

PROGRAMA *TROPICAL FOREST CONSERVATION ACT* – TFCA
AVALIAÇÃO FINAL



PRODUTO 3: RELATÓRIO FINAL



Angela Cordeiro

Junho de 2017

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| SIGLAS UTILIZADAS | 5 |
| SUMÁRIO EXECUTIVO..... | 6 |
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1. Escopo e objetivos da avaliação | 13 |
| 1.2. Metodologia..... | 13 |
| 1.3. Limites desta avaliação..... | 16 |
| 2. ANTECEDENTES DO PROGRAMA TFCA BRASIL..... | 18 |
| 2.1. Termos do Acordo TFCA..... | 18 |
| 3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO | 21 |
| 3.1. Resultados Globais do Programa TFCA | 21 |
| 3.1.1. Processo de seleção de propostas..... | 21 |
| 3.1.2. Perfil das instituições proponentes selecionadas | 25 |
| 3.1.3. Perfil dos projetos aprovados..... | 26 |
| 3.2. Contribuições para a Conservação das Florestas Tropicais..... | 31 |
| 3.2.1. Áreas Protegidas | 31 |
| 3.2.1.1. Criação de Unidades de Conservação | 31 |
| 3.2.1.2. Manutenção de Unidades de Conservação | 35 |
| 3.2.2. Conservação de espécies..... | 42 |
| 3.2.3. Manejo da Paisagem | 55 |
| 3.2.3.1. Restauração de Áreas Degradadas | 55 |
| 3.2.3.2. Manejo florestal sustentável..... | 60 |
| 3.2.3.3. Sistemas agroflorestais..... | 63 |
| 3.2.3.4. Fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade | 66 |
| 3.2.4. Projetos Comunitários..... | 73 |
| 3.2.5. Capacitação | 74 |
| 3.2.6. Mobilização de Recursos | 77 |
| 3.2.7. Fortalecimento de Redes..... | 80 |
| 3.3. Gestão do Programa TFCA | 82 |
| 3.3.1. Arranjo Institucional | 82 |
| 3.3.2. Gestão Operacional e Financeira | 84 |
| 4. POTENCIAIS APRENDIZADOS | 88 |
| 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 90 |
| A N E X O S | 95 |
| ANEXO 1 – Lista de documentos consultados | 96 |

| | |
|---|-----|
| ANEXO 2 – Questionário | 97 |
| ANEXO 3 - Lista das pessoas entrevistadas | 103 |
| ANEXO 4 – Lista de pessoas consultadas nas localidades visitadas | 104 |
| ANEXO 5 – Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Áreas Protegidas” | 107 |
| ANEXO 6 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Conservação de Espécies” | 109 |
| ANEXO 7 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Manejo da Paisagem” | 111 |
| ANEXO 8 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Projetos Comunitários” | 116 |
| ANEXO 9 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Capacitação” | 117 |
| ANEXO 10 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Mobilização de Recursos” .. | 118 |
| ANEXO 11 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Fortalecimento de Redes” ... | 119 |

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Marco analítico da avaliação do Programa TFCA..... | 16 |
| Figura 2: Número de propostas recebidas e aprovadas nas chamadas do Programa TFCA. ... | 21 |
| Figura 3: Tempo de execução dos projetos (meses)..... | 23 |
| Figura 4: Instituições apoiadas pelo Programa TFCA por categoria (%)..... | 26 |
| Figura 5: Distribuição dos recursos estimados e executados por Tema Prioritário (%)..... | 28 |
| Figura 6: Distribuição dos recursos do Programa nos diferentes biomas (%)..... | 30 |
| | |
| Tabela 1: Lista de projetos visitados para a avaliação do Programa TFCA..... | 15 |
| Tabela 2: Distribuição dos recursos da Conta TFCA | 20 |
| Tabela 3: Áreas temáticas e recursos previstos nas chamadas do Programa TFCA (R\$). | 24 |
| Tabela 4: Número de projetos e distribuição de recursos por Temas e Linhas de Ação. | 27 |
| Tabela 5: Situação das propostas de criação de UCs apoiadas pelo TFCA. | 33 |
| Tabela 6: UCs beneficiárias de projetos apoiados na área temática “Manutenção de UC” | 36 |
| Tabela 7: Espécies de fauna objeto de projetos de conservação apoiados pelo TFCA | 43 |

APRESENTAÇÃO

O Programa *Tropical Forest Conservation Act* (TCFA), gerenciado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) foi estruturado a partir de um acordo firmado entre o governo brasileiro e os EUA para converter US\$ 20,8 milhões da dívida do Brasil com esse país em apoio a projetos de conservação e manejo das florestas tropicais. O programa foi implementado entre 2010 e 2015, apoiando 82 projetos nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Como parte das atividades de encerramento do Programa TFCA, em setembro de 2016 o Funbio contratou uma consultoria externa para avaliar os resultados alcançados pelo programa, identificar possíveis impactos e gerar recomendações que possam orientar iniciativas futuras.

Este relatório traz os resultados finais da avaliação. Inicialmente são apresentados o escopo da avaliação, a metodologia e limites que condicionaram a coleta e análise das informações. Em seguida são tratados os antecedentes do programa, detalhando os aspectos mais relevantes definidos no Acordo TFCA. A seção seguinte descreve os resultados da avaliação, organizados em três blocos. Primeiramente são discutidos aspectos relacionados à implementação do programa a partir de análise do perfil dos projetos apoiados. Em seguida são apresentados os resultados de cada linha prioritária, apontando as evidências obtidas na revisão dos resultados dos projetos. No terceiro bloco são analisados aspectos relacionados à gestão do Programa TFCA.

A parte final do documento traz considerações sobre os potenciais aprendizados, seguida das conclusões finais e recomendações. A síntese dos conteúdos tratados é apresentada no formato de sumário executivo na parte inicial do documento. Informações complementares são apresentadas nos anexos.

Cabe aqui registrar os agradecimentos ao Funbio por todo o suporte à realização do trabalho e pela compreensão nas solicitações de dilatação do prazo para a conclusão da avaliação, permitindo assim analisar de forma mais aprofundada o vasto acervo de informações e dados do Programa TFCA. Fica também o agradecimento aos membros do Conselho Gestor e demais pessoas que aceitaram conceder entrevistas e a todas as organizações parceiras do programa que colaboraram nesta avaliação dando retorno ao questionário enviado. Um especial agradecimento às organizações que aceitaram colaborar presencialmente, recebendo e organizando as visitas de campo: Centro Vianei (SC), Associação Plantas do Nordeste (PE), Instituto Marista de Solidariedade (MS), Instituto Xopotó (MG), Organização de Conservação de Terras (BA), Centro Dom Helder /Assentamento Mário Lago (SP), Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (GO) /Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lassance (MG), e Rede Terra (GO). Os agradecimentos são extensivos aos agricultores, agricultoras e técnicos/as das equipes das organizações pela confiança, atenção e profícuas “rodas de conversa”.

SIGLAS UTILIZADAS

APP – Área de Preservação Ambiental
ATEF – Assistência Técnica e Extensão Florestal
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR – Cadastro Ambiental Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OBC – Organização de base comunitária
OCT – Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul
ONG – Organização Não-Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PARNA – Parque Nacional
PE – Parque Estadual
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PELP – Plano Estratégico de Longo Prazo
PMF – Plano de Manejo Florestal
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
RPPN – Reserva Privada do Patrimônio Natural
RSX – Rede de Sementes do Xingu
SAF – Sistema Agroflorestal
TdR – Termo de Referência
TFCA – Tropical Forest Conservation Act
UC – Unidade de Conservação
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO EXECUTIVO

ANTECEDENTES

O “*Tropical Forest Conservation Act*” (TFCA) é uma lei aprovada pelo Senado dos EUA no ano de 1998 que possibilita aos países devedores substituir suas dívidas com os EUA pela aplicação de recursos equivalentes na conservação de florestas tropicais. Em agosto de 2010, o Brasil firmou com os EUA o Acordo TFCA para a execução de recursos no valor de 20,8 milhões de dólares. O Acordo definiu um Comitê Gestor da Conta TFCA composto por representantes dos Governos dos EUA, do Brasil e da sociedade civil, com a presidência do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Acordo também estabeleceu que a administração da Conta ficaria a cargo de uma instituição não-governamental, função para qual foi nomeado o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Esta avaliação externa foi contratada pelo Funbio com o objetivo de verificar os “*resultados do Programa TFCA e seus impactos para os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica*”, contemplando os seguintes campos de análise: (i) procedimentos associados à seleção de projetos; (ii) alcances dos objetivos dos projetos apoiados pelo programa; (iii) arranjos financeiros implementados pelos projetos apoiados; (iv) estratégia de monitoramento e avaliação adotada pelo programa; (v) resultados globais do programa; (vi) recomendações para iniciativas futuras similares. O período de análise compreendeu a primeira fase do programa, executada entre os anos de 2010 e 2015, abrangendo um conjunto de 82 projetos.

A avaliação foi conduzida entre setembro de 2016 e junho de 2017, compreendendo atividades de revisão documental, aplicação e análise de questionário respondido por gestores dos projetos, reuniões com a equipe do Funbio, entrevistas com membros do Comitê Gestor da Conta TFCA e visitas de campo a projetos implementados por oito organizações apoiadas pelo programa. Os principais resultados da avaliação foram os seguintes:

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA:

- Entre novembro de 2011 e agosto de 2012, o Programa TFCA lançou quatro chamadas, recebendo 250 propostas. Dessas, foram aprovados 82 projetos, dos quais 30 no tema prioritário “*Manejo da Paisagem*”, 17 em “*Manejo de Espécies*”, 14 em “*Áreas Protegidas*”, 5 em “*Capacitação*” e 2 em “*Projetos Comunitários*”. Os temas “*Fortalecimento de Redes*” e “*Mobilização de Recursos*”, que contaram com chamadas exclusivas, tiveram 7 projetos aprovados cada. Apenas um projeto não foi concluído.
- O tempo de execução dos projetos variou entre 15 e 46 meses, sendo que 54% foram executados em até 36 meses. Contingências relacionadas a questões climáticas ou dinâmicas sociais locais exigiram que 61 projetos solicitassem aditivos aos contratos. O valor de financiamento por projeto variou entre R\$180 mil e R\$645 mil (US\$ 80 mil) e US\$287 mil, respectivamente)¹. Cerca de 50% dos projetos receberam desembolsos de até R\$458 mil

¹ A uma taxa de câmbio 1 US\$=R\$2,25, valor médio do período de execução do programa.

(US\$204 mil). Em relação às linhas temáticas, os projetos de “*Fortalecimento de Redes*” apresentaram o menor valor médio, em torno de R\$373 mil (US\$166 mil). Os projetos de Sistemas Agroflorestais (SAFs) apresentaram o maior valor médio, em torno de R\$470 mil (US\$209 mil).

- No conjunto dos 81 projetos executados integralmente, 51 foram no Bioma Mata Atlântica, 15 no Cerrado e 8 na Caatinga. Os demais foram implementados em mais de um bioma. Consequentemente, dos R\$34,3 milhões desembolsados para apoio a projetos, 59% foram destinados ao Bioma Mata Atlântica, quase o dobro do previsto no Plano Estratégico de Longo Prazo do Acordo TFCA. Esta avaliação concluiu que a falta de maior diversidade de representações da sociedade civil no Comitê Gestor dificultou a prospecção de boas propostas no Cerrado e na Caatinga.
- Os projetos foram implementados por 67 instituições, sendo 55 organizações não-governamentais (ONGs), nove grupos/núcleos de pesquisa organicamente ligados a universidades ou instituições de pesquisa, uma cooperativa de trabalho e duas organizações de base comunitária (OBCs).

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS

- No tema prioritário “*Áreas Protegidas*”, o Programa TFCA apoiou a realização de levantamentos bióticos, abióticos e socioeconômicos para a formulação de propostas de criação de 40 unidades de conservação (UC), de nível estadual e federal, compreendendo uma área superior a 160 mil hectares. Dessas, 32 foram protocoladas e aguardam a análise dos órgãos ambientais. Apoios para o fortalecimento dos mecanismos de gestão, melhorias de infraestrutura e de programas de proteção e uso público beneficiaram 10 UCs, abrangendo uma área total de 392.889 ha, sobretudo em categorias de proteção integral.
- Na área de “*Conservação de Espécies*” o TFCA apoiou a continuidade ações de conservação de 14 espécies de fauna, incluindo sete espécies de aves, cinco de mamíferos (sendo três de primatas), uma espécie de crustáceo e uma espécie de abelha nativa sem-ferrão, todas elas com algum grau de ameaçada de extinção. As ações foram articuladas com Planos de Ação Nacional, contribuindo para o alcance das metas desses planos.
- O apoio à conservação da flora do Cerrado resultou na elaboração e publicação de três planos: o Plano de Ação Nacional do Faveiro-de-Wilson (*Dimorphandra wilsonii* Rizzini), espécie endêmica de Minas Gerais e criticamente em perigo de extinção; o Plano de Ação Nacional da Serra do Espinhaço Meridional, região que abriga 256 espécies de flora ameaçadas; e o Plano de Ação Nacional para a Flora Ameaçada de Extinção da região de Francisco Sá/Grão Mogol, região que abriga 74 espécies da flora ameaçada de extinção. O conjunto de projetos na área de conservação de espécies subsidiaram propostas que levaram à indicação de um novo Sítio Ramsar no Brasil em Guaraqueçaba, e à criação de quatro RPPNs, um Parque Estadual, uma RDS, totalizando cerca de 40 mil ha de novas áreas protegidas.

- O apoio do TFCA permitiu o teste de diferentes modelos de restauração de áreas degradadas, gerando aprendizados técnicos e metodológicos. A ocorrência de estiagem e o curto prazo de execução dos projetos comprometeram o alcance de metas de áreas implantadas. Mesmo assim, pelo menos 150 ha receberam técnicas de restauração, dos quais 80% em propriedades privadas de agricultores, ocupando parcelas variando de 0,1 a 2 hectares. Os projetos de SAFs somaram outros 300 ha.
- Os projetos voltados à organização de cadeias produtivas da sociobiodiversidade trabalharam com produtos de pelo menos sete espécies florestais nativas - babaçu (*Attalea speciosa*), baru (*Dipteryx alata*), pequi (*Caryocar brasiliense*), jatobá (*Hymenaea* sp), juçara (*Euterpe edulis*), pinhão de Araucária (*Araucaria angustifolia*) - e sementes florestais de pelo menos outras 20 espécies. Estudos e pesquisas abrangeram outras espécies como a fava d'anta (*Dimorphandra* sp), gueroba (*Syagrus oleracea*), licuri (*Syagrus coronata*), jatobá-do-Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*) e piaçava (*Atalea funifera*). Investimentos em infraestrutura, capacitação, melhorias nos processos de manipulação e beneficiamento de produtos, melhorias na gestão das organizações favoreceram a ampliação e acesso a novos mercados, com resultados econômicos para as famílias.
- Por outro lado, ficaram evidentes os desafios enfrentados pelas organizações comunitárias para regularizar os empreendimentos e consolidar os negócios. Limites como falta de transporte, falta de capital de giro e dificuldade para que os avanços recentes na legislação sanitária sejam implementados pelos agentes locais da vigilância sanitária são entraves para a consolidação dos empreendimentos. A redução de orçamento de programas de compras governamentais nos últimos anos restringiu as oportunidades de mercado, limitando o alcance de algumas metas.
- A maioria dos projetos tratou a incidência em políticas públicas como tema transversal. Contudo, por razões diversas, os resultados ficaram abaixo do esperado e com pouca resposta por parte dos poderes executivo e legislativo, nas diferentes esferas de governo.
- O conjunto de projetos gerou informações científicas sobre a biodiversidade brasileira, oportunizando a condução de muitas pesquisas de doutorado e mestrado, bem como a formação de estudantes de graduação. Novas espécies foram identificadas, novos protocolos de pesquisa foram desenvolvidos e práticas de manejo foram aperfeiçoadas.

GESTÃO DO PROGRAMA TFCA

- A consulta realizada às instituições proponentes indicou uma avaliação bastante satisfatória do arranjo institucional adotado, particularmente no que diz respeito à decisão de delegar a operacionalização e administração dos desembolsos para uma organização não-governamental. As instituições proponentes com experiência na execução de recursos públicos geridos diretamente por órgãos de governo foram unânimes em afirmar que o Programa TFCA, comparativamente, foi a melhor experiência que tiveram até então.

- A revisão das Atas de reuniões indica que o trabalho do Comitê foi bastante intenso, com comprometimento da maior parte dos participantes, cumprindo seu papel de instância superior de decisão do Programa TFCA.
- As normas definidas no Manual do Programa TFCA e o sistema de monitoramento físico e financeiro adotado pelo Funbio conferiram clareza e agilidade ao processo, possibilitando um grau de controle satisfatório e baixa incidência de casos graves de má gestão (apenas dois casos identificados nesta avaliação). No caso de organizações com pouca estrutura gerencial, a orientação por parte do Funbio permitiu correções de maneira oportuna.
- A maior parte das organizações proponentes consultadas avaliou o sistema de monitoramento como muito satisfatório ou satisfatório. A equipe do Funbio foi elogiada, com destaque para a capacidade técnica, agilidade e empenho para a busca de soluções para os problemas envolvendo a execução dos projetos.
- Não foi realizada avaliação de meio-termo do programa, mas o Funbio recebeu auditoria externa independente para avaliar a prestação de contas do Programa TFCA e dos procedimentos contábeis adotados. Os relatórios de auditorias externas revisados nesta avaliação, referentes ao ano de 2014 e 2015, não apresentaram ressalvas, atestando a conformidade com o Acordo TFCA, normas contábeis e outros dispositivos legais existentes na legislação brasileira.

POTENCIAIS APRENDIZADOS

- Importância do fortalecimento da capacidade de órgãos ambientais para que o Estado possa cumprir o seu papel e dar a contrapartida necessária às ações de conservação executadas por organizações da sociedade civil.
- Importância de contar com instrumentos econômicos que coíbam o desmatamento e estimulem a recuperação de áreas degradadas.
- A conservação de espécies ameaçadas requer investimentos contínuos e tem maior chance de sucesso quando associada à educação ambiental.
- A restauração e o manejo sustentável dos recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, requer intervenções articuladas com a gestão da água.
- O acesso a mercados para produtos da biodiversidade é fator catalisador da conservação e manejo sustentável das florestas tropicais e da sociobiodiversidade.
- Sistemas ágeis de gestão como os que foram adotadas pelo Programa TFCA são condição para a eficiência no uso dos recursos públicos por meio de parceria com organizações da sociedade civil.

CONCLUSÕES

- O Programa TFCA apresentou uma **concepção satisfatória**, tratando o tema da conservação das florestas tropicais de forma abrangente. No entanto, faltou à formulação original detalhar os resultados esperados para as linhas prioritárias e respectivas metas.
- O arranjo institucional adotado conferiu **eficiência e transparência à gestão**, com a constituição de um Comitê Gestor com representação de diferentes setores sociais e a

execução dos recursos por meio de uma instituição com expertise e capacidade técnica e gerencial para a administração de fundos na área ambiental.

- O perfil das instituições apoiadas demonstrou conformidade com os critérios definidos no Acordo TFCA, priorizando organizações da sociedade civil. Mesmo assim, as organizações de base comunitária tiveram pouquíssima participação no portfólio dos projetos. Apesar da qualidade das propostas selecionadas, esta avaliação sugere aperfeiçoar o sistema de prospecção de propostas e o formato das chamadas em programas futuros, considerando modalidades de “*inception phase*”, com valores menores e possibilidade de renovação, para facilitar a inclusão de organizações locais de menor porte.
- Os **temas prioritários** eleitos pelo Programa TFCA são **de grande relevância** para o contexto brasileiro, tratando de áreas estratégicas para o país e mostrando convergência com a agenda global, como as Metas de Aichi para a Biodiversidade e os compromissos relacionados às mudanças globais do clima. Os temas também apresentam grande sinergia com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), continuando relevantes para programas futuros.
- No conjunto das linhas temáticas, **os resultados alcançados foram satisfatórios**. Esta avaliação encontrou evidências de contribuições concretas para a conservação das florestas tropicais, tais como: 10 UCs fortalecidas nos seus instrumentos de gestão, abrangendo uma área 392.889 ha, sobretudo em categorias de proteção integral; 32 estudos para criação de UCs realizados e protocolados, com uma área de pelo menos 160 mil ha, aguardando resposta dos órgãos ambientais; projetos na área de conservação de espécies de fauna e flora contribuindo para o cumprimento de metas ou formulação de Planos de Ação Nacional, subsidiando a criação de pelo menos seis UCs com área aproximada de 40 mil ha; implantação de técnicas de restauração em pelo menos 150 ha de áreas degradadas e implantação de 300 ha de SAFs.
- De um modo geral, o Programa mostrou níveis de **eficiência** satisfatórios, cobrindo itens de custo necessários para a execução das ações. Em relação aos valores alocados por projeto e benefícios gerados, os resultados foram a contento, com exceção dos projetos da área temática “*Mobilização de Recursos*” que apresentou relação custo/benefício questionável. Talvez o Comitê Gestor pudesse ter dado um tratamento diferenciado para esta área temática, diminuindo o valor dos projetos e ampliando o número de organizações beneficiadas.
- Além dos resultados diretos para a conservação das florestas tropicais e da biodiversidade, o apoio oferecido pelo Programa TFCA favoreceu, na maioria dos casos, a alavancagem de novos recursos para manter e/ou expandir as ações apoiadas pelo programa. De 75 projetos que responderam ao questionário aplicado nesta avaliação, 29 afirmaram ter captado novos recursos e 32 estavam em fase de negociação. Apenas três projetos foram interrompidos definitivamente por encerramento das atividades das organizações. Esses fatos sugerem que, em certa medida, a continuidade das ações está assegurada.

- Contudo, isso não implica, necessariamente, na sustentabilidade dos resultados. A maior parte das ações apoiadas exige o suporte de políticas públicas para que possam se consolidar e ganhar escala. Portanto, considerando esses condicionantes – a falta de suporte de políticas públicas, a natureza das ações apoiadas e o pequeno prazo para execução dos projetos (tempo médio de 34 meses, com alguns contanto com apenas 18 meses) – não se justifica, nesta avaliação, uma análise *strictu sensu* do critério sustentabilidade.
- Por fim, cabe destacar que o Programa TFCA produziu resultados e um conjunto de aprendizados gerenciais, técnicos e metodológicos que podem inspirar programas similares no futuro, bem como a adequação de estratégias e políticas de Estado que buscam alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os resultados do Programa TFCA também demonstram que as organizações da sociedade civil têm papel relevante no tratamento de questões que afetam interesses difusos da sociedade, com capacidade de imprimir dinâmicas virtuosas e inovações na agenda da conservação das florestas tropicais.

RECOMENDAÇÕES

Considerando todas as análises apresentadas, esta avaliação faz as seguintes recomendações:

Ao Comitê Gestor:

- i. Documentar e divulgar os resultados e aprendizados gerados com o apoio do Programa TFCA, organizando publicações temáticas com a contribuição das organizações executoras dos projetos e de especialistas externos que possam analisar os resultados a partir da perspectiva técnica da temática e também da perspectiva de políticas públicas.
- ii. Divulgar os resultados do Programa TFCA para os atuais gestores do Ministério do Meio Ambiente e solicitar que resultados de projetos apoiados pelo programa que não se consolidaram por falta de resposta de órgãos ambientais possam ser priorizados. Especial atenção deve ser dada à análise de processos de criação de unidades de conservação protocolados no ICMBio e que ainda não tiveram resposta.

Ao Ministério do Meio Ambiente:

- i. Compartilhar os resultados do Programa TFCA nos espaços de governo que estão articulados em torno da Agenda 2030, com vistas a aproveitar os resultados e aprendizados para a formulação de novas ações de governo e para a definição de prioridades de políticas alinhadas com a conservação e manejo sustentável das florestas tropicais e a inclusão econômica de povos e comunidades tradicionais.
- ii. Considerar a mobilização de novos recursos para parcerias com as organizações da sociedade civil, constituindo um novo programa no formato do TFCA, por um período mínimo de sete anos e com mais oferta de recursos para o Bioma Cerrado e Caatinga.
- iii. Buscar a ampliação do orçamento de órgãos ambientais para garantir maior efetividade na gestão de áreas protegidas e na aplicação da legislação ambiental.

À USAID

- i. Considerar em outros Acordos TFCA a pertinência da adoção de modalidades de projetos “*inception phase*”, com menor volume de recursos e com possibilidade de renovação, para atender as possibilidades de organizações de base comunitária e o apoio a iniciativas inovadoras que necessitem de uma etapa de validação e/ou mobilização social para a sua implementação.
- ii. Estimular os países parceiros nos Acordos a definirem um conjunto mínimo de resultados e metas na elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo, com flexibilidade para ajustes ao longo da execução.
- iii. Considerar, nas situações que assim se justifiquem, a solicitação de contrapartidas financeiras dos países para alavancar os fundos do Programa TFCA e/ou para ampliar orçamentos de órgãos ambientais relevantes para o alcance dos objetivos de conservação das florestas tropicais.

Ao Funbio:

- i. Compartilhar internamente os resultados e aprendizados do Programa TFCA, incorporando ajustes que possam aprimorar o sistema gerencial. No caso do monitoramento, considerar a manutenção de visitas a pelo menos uma amostra de projetos apoiados para manter os benefícios do contato pessoal apontados nesta avaliação.
- ii. Em novos programas dessa magnitude, considerar a instalação de plataformas de comunicação virtual que favoreçam o intercâmbio entre os projetos e a conformação de redes colaborativas.
- iii. Em novas chamadas a serem lançadas pelo Funbio em outros programas tratando temas correlatos, considerar as organizações apoiadas pelo Programa TFCA no processo de prospecção de propostas.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Escopo e objetivos da avaliação

Conforme as definições do Termo de Referência (TdR), esta avaliação externa foi concebida com o objetivo de verificar os “*resultados do Programa TFCA e seus impactos para os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica*”, contemplando os seguintes campos de análise:

- Procedimentos associados à seleção de projetos;
- Alcances dos objetivos dos projetos apoiados pelo programa;
- Arranjos financeiros implementados pelos projetos apoiados;
- Estratégia de monitoramento e avaliação adotada pelo programa;
- Resultados globais do programa
- Recomendações para iniciativas futuras similares.

O período de análise compreendeu a primeira fase do programa, executada entre os anos de 2010 e 2015, abrangendo um conjunto de 82 projetos.

1.2. Metodologia

A avaliação foi conduzida entre setembro de 2016 e junho de 2017, compreendendo as seguintes atividades:

i. Revisão documental:

A revisão documental foi realizada ao longo do processo de avaliação. A lista de documentos consultados inclui as atas das reuniões do Comitê Gestor do TFCA, o relatório final de cada projeto, os relatórios de monitoria de projetos e outros documentos relevantes sobre o programa (ver anexo 1). Quando necessário foram realizadas buscas adicionais na Internet e nas páginas das instituições beneficiárias, para complementar e triangular informações.

ii. Aplicação de questionário aos coordenadores de projetos

Diante da abrangência geográfica, temática e temporal do programa e do pequeno prazo para obter os resultados preliminares da avaliação, em acordo com o Funbio foi feita uma adequação à metodologia de trabalho sugerida no TdR. Nesse sentido, em vez de iniciar com entrevistas por telefone a uma parcela das organizações executoras dos projetos, optou-se por enviar um questionário a todas elas.

O questionário foi instalado na plataforma SurveyMonkey, ficando aberto para respostas entre 19/09/2016 e 06/10/2016. As nove perguntas foram distribuídas em três blocos: (i) duas questões sobre a natureza do apoio recebido; (ii) três questões sobre os resultados do projeto executado; (iii) três questões referentes à operacionalização do Programa TFCA e uma pergunta aberta para comentários adicionais (anexo 2).

O questionário contou com 69 respondentes, representando 77 dos 82 projetos apoiados pelo Programa TFCA. Isso equivale a uma taxa de resposta de 97% e cobertura de 94% dos projetos.

Apenas cinco participantes não responderam à totalidade das perguntas. Os resultados foram sistematizados e apresentados no primeiro produto da consultoria.

iii. Entrevistas com informantes-chave

As entrevistas tiveram como propósito tratar aspectos relacionados à gestão e operacionalização do programa, envolvendo principalmente membros do Comitê da Conta TFCA e da equipe técnica do Funbio. As consultas foram realizadas de forma presencial ou por telefone, seguindo um roteiro semiestruturado, ajustado de acordo com o papel do/a entrevistado/a. O anexo 3 traz a lista das pessoas entrevistadas.

iv. Visitas de campo aos projetos

O TdR da avaliação determinou a realização de visitas a oito projetos apoiados pelo programa, contemplando nessa amostra projetos dos três biomas. Originalmente, as visitas haviam sido programadas para serem realizadas até o final de 2016. Diante da impossibilidade de conseguir o aceite de oito instituições nesse prazo, para receber a consultora e organizar conversas com beneficiários, as visitas foram realizadas entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, conforme descrito na tabela 1.

A amostra priorizou projetos da linha “*Manejo da Paisagem*” que incluíram ações diretas com comunidades locais. Além desse critério e das definições do TdR acima mencionadas, a lista final de projetos visitados ficou condicionada pela disponibilidade das instituições para receber a consultora.

A programação de cada visita foi variada, mas de um modo geral envolveu reuniões com a equipe da instituição executora e entrevistas individuais e/ou reuniões no formato “roda de conversa” com agricultores/as beneficiados pelo projeto. Além das rodas de conversa, foram realizadas visitas a campo para conhecer *in loco* ações executadas com apoio do programa.

Nas oito visitas foram consultadas 86 pessoas, sendo 61 beneficiários diretos das ações dos projetos apoiados pelo TFCA e 25 técnicos das instituições proponentes (ver lista das pessoas consultadas no anexo 4). Em duas localidades foram executados mais de um projeto, totalizando 10 projetos visitados.

v. Sistematização e análise de resultados:

Inicialmente foi definido um conjunto de descritores para a caracterização do programa, sendo sistematizados em uma matriz os dados mais relevantes sobre os projetos apoiados. As análises abrangeram 81 projetos indicados pelo Funbio, eliminando um projeto que teve as atividades descontinuadas. Em seguida foi feita uma análise exploratória global para obter uma caracterização do programa. Os resultados preliminares foram sistematizados em uma primeira versão de relatório submetida ao Funbio.

A análise global dos resultados, descrita na seção de “Conclusões”, considerou os critérios de relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade, tendo como referência o marco analítico apresentado na figura 1.

Tabela 1: Lista de projetos visitados para a avaliação do Programa TFCA.

| # | Período da viagem | Bioma | Estado | Proponente | Projeto |
|---|-------------------|----------------|---------|--|---|
| 1 | 21 e 22/11/2016 | Mata Atlântica | SC | Centro Vianei de Educação Popular | Promoção e Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Pinhão na Serra Catarinense, Tendo como Protagonista a Agricultura Familiar Agroecológica e como Mote a Agregação de Valor e o Fortalecimento de Mercados Sustentáveis |
| 2 | 04 a 09/12/2016 | Caatinga | PE | Associação Plantas do Nordeste – APNE | Avaliação e Implementação Comunitária de Manejo Florestal Sustentável da Caatinga |
| 3 | 19 a 21/12/2016 | Cerrado | MS | Instituto Marista de Solidariedade – IMS | Estruturação da Cadeia Produtiva do Pequi |
| 4 | 11 a 13/01/2017 | Mata Atlântica | MG | Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social, Econômico, Ambiental | Agente Ambiental – Produtor Rural Prestador de Serviços Ambientais |
| 5 | 16/01/2017 | Mata Atlântica | SP | Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara | Projeto Candeia - Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani |
| 6 | 17 a 19/01/2017 | Mata Atlântica | BA | Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul – OCT | Uma Estratégia de Agroconservação na Bacia do Rio Juliana – APA do Pratigi |
| | | | | | Restaurando Serviços Ambientais nas Sub-Bacias do Mina Nova e Vargido – APA do Pratigi |
| 7 | 01 a 03/02/2017 | Cerrado | MG | (a) Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado – Coopcerrado (b) CEDAC | (a) Fortalecendo a Organização Comunitária em Rede, dos Agroextrativistas do Cerrado |
| | | | | | (b) Agroextrativistas Garantindo seu Território: Reservas Extrativistas no Cerrado. |
| 8 | 08 e 09/02/2017 | Cerrado | DF e GO | Instituto de Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – Rede Terra | Recuperação de Áreas Degradadas com SAFs na Bacia do Rio São Bartolomeu e entorno |

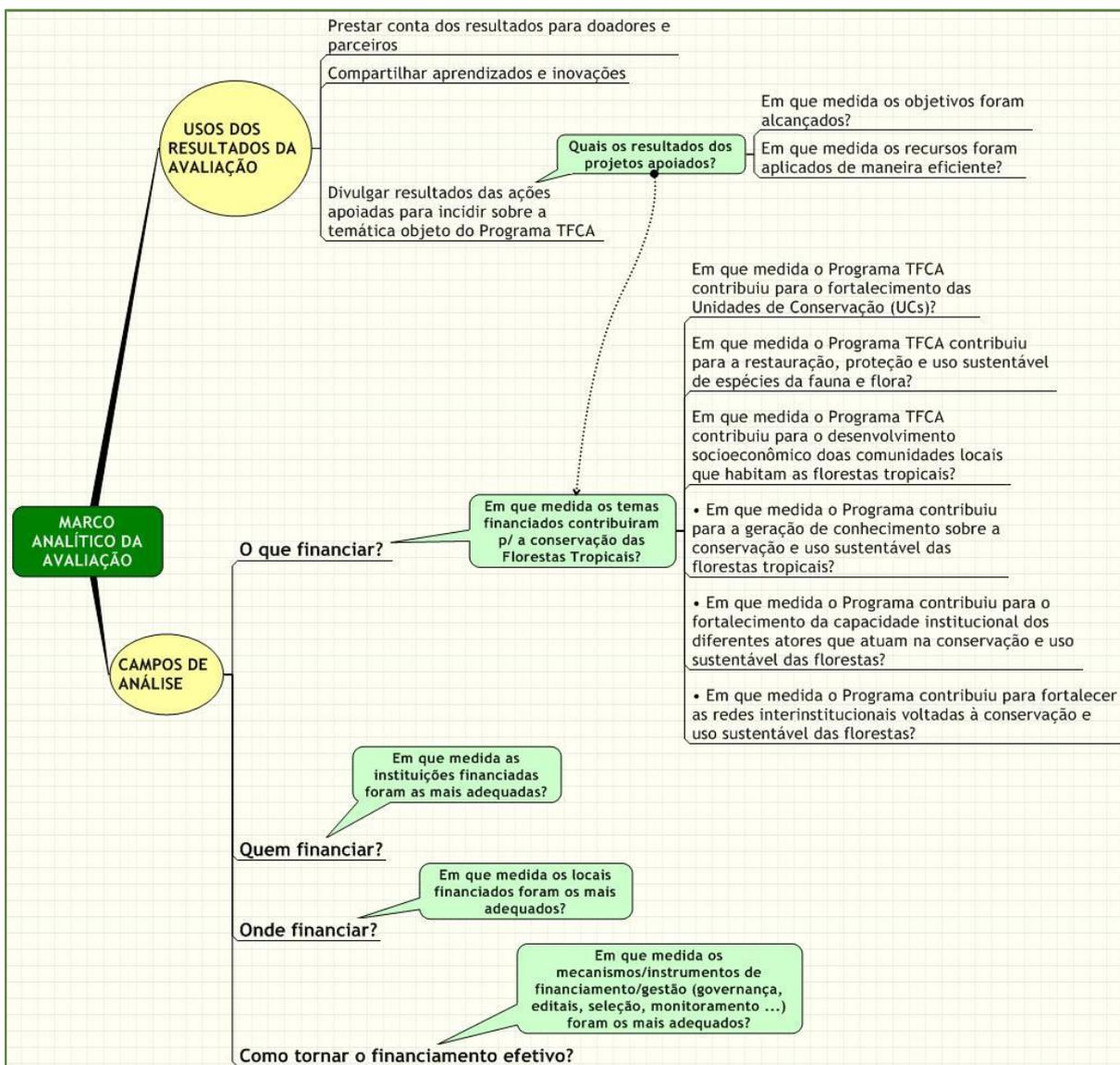


Figura 1: Marco analítico da avaliação do Programa TFCA

1.3. Limites desta avaliação

As principais limitações encontradas durante a condução da avaliação e as respectivas medidas corretivas adotadas foram as seguintes:

- Falta de um marco lógico do Programa TFCA: Embora o programa conte com um “Plano Estratégico de Longo Prazo da Conta TFCA” (PELP), o mesmo não definiu metas estratégicas, tanto no nível global como nas linhas temáticas priorizadas. Diante da falta dessas definições, as análises tiveram como referência os objetivos gerais do PELP.
- Limitações no marco lógico dos projetos: Apesar de os projetos contarem com um marco lógico, na maior parte dos casos, os indicadores propostos estavam mais relacionados à execução atividades (*outputs*) do que efeitos (*outcomes*) das ações

apoiadas pelo programa. Para contornar essas limitações se buscou, sempre que possível, revisão documental adicional, buscas de informações nas páginas e perfis institucionais na Internet e, no caso dos projetos visitados, levantar informações sobre potenciais efeitos e impactos durante as visitas.

- Limitações para a análise de impacto: Embora o TdR tenha apontado como expectativa a verificação de impactos do Programa TFCA, isso não foi possível devido a uma série de fatores, tais como: a natureza do Programa, o formato da avaliação, a falta de dados de linha de base e limitações na formulação do marco lógico. De todo modo, sempre que possível foram consideradas as informações disponíveis que indicavam potenciais impactos.
- Lacunas de registros: Na maioria dos casos, os relatórios dos projetos não forneceram registros quantitativos necessários para dimensionar os efeitos de ações apoiadas pelo Programa TFCA. Optou-se por valorizar as informações disponíveis, mesmo reconhecendo que isso acarretou diferenças no volume de evidências apresentadas para cada Tema Prioritário.
- Delimitação da contribuição específica do Programa TFCA: De um modo geral, as organizações parceiras trabalham a partir de programas institucionais, contando com o apoio de vários doadores. Desse modo, muitas das ações apoiadas pelo Programa TFCA contam com apoio de outros doadores, dificultando delimitar qual a sua contribuição específica. Para contornar essa situação foram incluídas questões nos questionários buscando identificar a contribuição específica do Programa, assim como nas visitas de campo.
- Diversidade de organizações apoiadas: As organizações apoiadas apresentam diferenças em relação à natureza institucional, trajetória e acúmulos nas diferentes temáticas. Isso tem implicações diretas na abrangência e alcance dos resultados de ações apoiadas pelo TFCA. Sempre que necessário, se buscou explicitar essas diferenças para contextualizar o alcance dos resultados.

2. ANTECEDENTES DO PROGRAMA TFCA BRASIL

No ano de 1998, o Senado dos Estados Unidos da América aprovou o “*Tropical Forest Conservation Act*”, lei que estabeleceu condições para que países devedores pudessem substituir suas dívidas com os EUA pela aplicação de recursos equivalentes na conservação de florestas tropicais. O TFCA é, portanto, uma modalidade de acordo bilateral entre governos que possibilita transações do tipo “dívida-pela-natureza” (“*debt-for-nature*”).

O Brasil é um dos 14 países que firmaram acordo com os EUA para implementar programas de conservação das florestas tropicais com base no TFCA. Depois de um período de negociações entre os governos dos dois países, o acordo foi firmado em 12 de agosto de 2010, com prazo de execução de cinco anos. O Programa TFCA é, portanto, uma iniciativa de apoio a projetos para a conservação das florestas tropicais com recursos oriundos da dívida brasileira com os EUA negociados no âmbito do Acordo TFCA.

2.1. Termos do Acordo TFCA

Os termos do Acordo TFCA firmado entre os governos dos EUA e do Brasil definiram as bases para a implementação do Programa TFCA, com destaque para os seguintes aspectos:

- *Objetivo*: Apoiar a conservação e o uso sustentável de florestas tropicais no Brasil, estabelecendo uma Conta para a Conservação de Florestas Tropicais (Conta TFCA) e um Comitê para a gestão da conta.
- *Período de vigência*: O acordo TFCA foi assinado em 12 de agosto de 2010, com um cronograma de desembolsos abrangendo o período de novembro de 2010 a agosto de 2015.
- *Montante de recursos*: Equivalente à soma do valor principal e de juros de um grupo de empréstimos contraídos pelo Governo do Brasil perante o Governo dos EUA, totalizando US\$20.841.644,30 na data de assinatura do acordo.
- *Pagamentos na Conta TFCA*: O anexo A previu que o governo brasileiro faria o pagamento do valor acordado em 61 parcelas, distribuídas entre outubro de 2010 e agosto de 2015.
- *Gestão da Conta TFCA*: O acordo definiu a obrigatoriedade de criar um Comitê da Conta TFCA, com nove assentos e a seguinte composição: (a) um representante indicado pelo Governo dos Estados Unidos da América; (b) três representantes indicados pelo Governo da República Federativa do Brasil, incluindo representação do Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente; e (c) cinco representantes de organizações e instituições que desenvolvam trabalhos relativos a florestas, incluindo organizações ambientais não-governamentais; organizações não-governamentais voltadas para o desenvolvimento de comunidades locais; e organizações científicas, acadêmicas e/ou de florestas. Os indicados neste último grupo deveriam incluir representação do Conselho Nacional de Biodiversidade – CONABIO (dois assentos), do Conselho Nacional de Florestas – CONAFLO (dois assentos) e do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (um assento).

- *Administração da Conta TFCA*: O Acordo definiu que a administração da Conta deveria ficar a cargo de uma entidade não-governamental, função para qual o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio foi nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA.
- *Biomass elegíveis para implementação*: Mata Atlântica; Floresta tropical da Caatinga e suas zonas de transição; e Floresta tropical do Cerrado e suas zonas de transição.
- *Atividades elegíveis*: O Acordo estabeleceu que os recursos da Conta TFCA deveriam ser aplicados em projetos voltados à conservação, manutenção e restauração das florestas tropicais nos biomas especificados, definindo as seguintes atividades elegíveis:
 - (a) Estabelecimento, restauração, proteção, e manutenção de parques, unidades de conservação e reservas;
 - (b) Desenvolvimento e implementação de sistemas cientificamente confiáveis de gestão de recursos naturais, incluindo práticas de manejo de solos e de ecossistemas;
 - (c) Programas de treinamento para aumentar as capacidades científicas, técnicas e gerenciais de indivíduos e organizações atuando em prol da conservação de florestas;
 - (d) Restauração, proteção ou uso sustentável de espécies variadas de animais e plantas; e
 - (e) Desenvolvimento e apoio aos modos de vida dos habitantes de florestas tropicais, ou em suas proximidades, de forma consistente com a proteção de tais florestas tropicais.
- *Instituições elegíveis para receber doações*: Foram definidas como elegíveis as organizações não-governamentais brasileiras, cuja missão institucional fosse vinculada ao meio ambiente, florestas ou povos indígenas, especialmente aquelas envolvidas em atividades de desenvolvimento, educação, pesquisa científica ou manejo florestal; outras entidades regionais e locais apropriadas e; em circunstâncias excepcionais, o Governo do Brasil. Os projetos geridos por organizações não-governamentais e outras entidades privadas, envolvendo comunidades locais em seu planejamento e execução, deveriam ter prioridade na concessão de doações.
- *Plano de ação*: O Acordo determinou que o Comitê deveria elaborar um Plano Estratégico de Longo Prazo - PELP para a operação da Conta TFCA. Em relação à distribuição de recursos, o PELP estabeleceu que 65% seriam aplicados em ações diretas nos biomas, sendo destinados 15% para a Caatinga, 15% para o Cerrado, 20% para Mata Atlântica (equivalente a 31% do total de desembolsos para projetos) e 15% para projetos abrangendo mais de um bioma ou sem esse recorte. A tabela 2 traz a distribuição global de recursos por área temática².

² Cabe lembrar que a cota de 15% equivale a 23% do valor total de desembolsos destinados a projetos e que a cota de 20 % equivale a 31% do total de desembolsos para projetos.

Tabela 2: Distribuição dos recursos da Conta TFCA

| ATIVIDADES ELEGÍVEIS | % dos recursos |
|---|----------------|
| 1. Ações Diretas/Biomas | 65 |
| A. Estabelecimento, restauração, proteção e manutenção de parques, unidades de conservação e reservas. | 25 |
| B. Desenvolvimento e implementação de sistemas cientificamente confiáveis de gestão de recursos naturais, incluindo práticas de manejo de solos e de ecossistemas. | 21 |
| C. Programas de treinamento para aumentar as capacidades científicas, técnicas e gerenciais de indivíduos e organizações envolvidos em esforços de conservação de florestas. | 5 |
| D. Restauração, proteção ou uso sustentável de espécies variadas de animais e plantas. | 5 |
| E. Desenvolvimento e apoio aos modos de vida de indivíduos que habitem florestas tropicais, ou em suas proximidades, de forma consistente com a proteção de tais florestas tropicais. | 9 |
| 2. Investimento na alavancagem de recursos (03) biomas | 9 |
| 3. Investimento nas redes sociais (03) biomas | 9 |
| 4. Verba de contingência | 10 |
| 5. Custo Administrativo | 7 |

Fonte: MMA, 2011

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

3.1. Resultados Globais do Programa TFCA

3.1.1. Processo de seleção de propostas

- Entre novembro de 2011 e agosto de 2012, o Programa TFCA lançou quatro chamadas, cada qual contemplando determinadas linhas temáticas e um certo volume de recursos (Tabela 3).
- A divulgação foi feita na página do Funbio na Internet, sendo acompanhada de farta documentação detalhando o objetivo da chamada, os requisitos e prazos para a apresentação de propostas e o processo de seleção. Após o lançamento pelo Funbio, as chamadas receberam ampla divulgação na Internet, nas redes sociais e até na imprensa.
- Ao todo foram recebidas 250 propostas e aprovados 82 projetos (Fig.3). Os resultados de cada chamada foram divulgados na página do Funbio e comunicados oficialmente, por meio de carta, às instituições proponentes das propostas selecionadas.
- A seleção das propostas foi realizada por Câmaras Técnicas instituídas no âmbito do Comitê da Conta TFCA. No primeiro edital, a seleção foi feita de maneira menos sistemática, a partir da análise da qualidade técnica das propostas e da capacidade institucional da proponente, se baseando sobretudo no conhecimento que os membros das câmaras técnicas tinham sobre as organizações autoras das propostas. A partir da segunda chamada o sistema foi aperfeiçoado, com a adoção de fichas de avaliação e inclusão de novos critérios. Na quarta chamada, por exemplo, não foram aceitas instituições que já haviam sido contempladas nas chamadas anteriores.

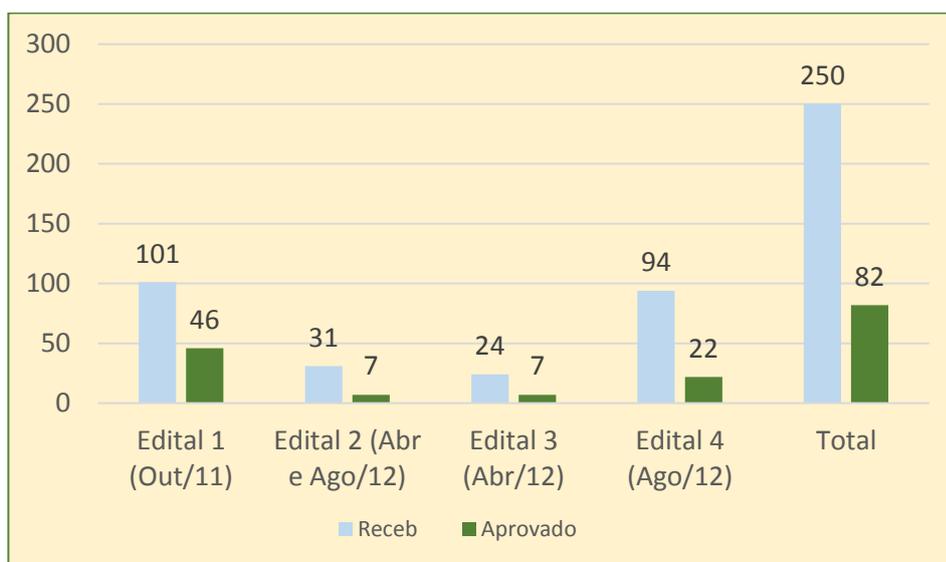


Figura 2: Número de propostas recebidas e aprovadas nas chamadas do Programa TFCA.

- Os membros do Comitê da Conta TFCA consultados nesta avaliação qualificaram o processo de seleção como transparente e democrático, considerando positiva a dinâmica de trabalho do Comitê e as rotinas e procedimentos adotados pelo Funbio. Entre os 65 respondentes do questionário aplicado aos coordenadores de projetos das instituições proponentes, 63% consideraram o processo de seleção como muito satisfatório e 34% como satisfatório, avaliando como ágil, claro, transparente e objetivo.
- Os resultados das consultas apontam para um alto grau de satisfação das organizações proponentes com o sistema de captação e seleção de propostas adotado pelo Programa TFCA, principalmente quando comparado com outros programas governamentais e com editais de outras agências financiadoras. Os registros das Atas das reuniões do Comitê revelam o empenho dos participantes do Comitê e do Funbio para garantir um processo criterioso, ágil e transparente na seleção de propostas.
- As principais questões levantadas em relação ao processo de seleção e formatos das chamadas estão relacionadas a prazos. O lançamento da 1ª Chamada, que envolveu maior volume de recursos e número de projetos aprovados, foi feito em 07/10/2011, com o prazo de apenas um mês para receber propostas. Esse prazo parece insuficiente para que propostas com arranjos institucionais mais complexos sejam elaboradas em tempo e com qualidade, particularmente aquelas que envolvem maior envolvimento de beneficiários na sua formulação, caso da linha temática “*Projetos Comunitários*”. Prazos curtos favorecem sobretudo, instituições com maior capacidade institucional para a elaboração de propostas.
- Um outro aspecto a considerar é o prazo entre o lançamento da 1ª e 4ª Chamadas, que tratavam das mesmas linhas temáticas. Apenas nove meses separaram essas chamadas, impossibilitando que organizações proponentes com ações de longo prazo, caso de boa parte dos projetos, pudessem ter a oportunidade de apresentar uma nova proposta e assim garantir a consolidação das ações apoiadas com recursos da 1ª Chamada.
- O prazo para execução das propostas foi outro tema recorrente nas consultas realizadas às organizações proponentes, tanto por meio de questionário como nas visitas de campo. De um modo geral, o prazo de 36 meses foi considerado insuficiente para a implementação das ações das linhas temáticas da 1ª e 4ª Chamadas. A demanda de tempo para identificar beneficiários interessados, adversidades climáticas e o maior tempo de reposta para pesquisas e práticas de manejo são algumas das limitações identificadas. Cabe mencionar que o tempo de execução dos projetos variou entre 15 e 46 meses, sendo que 54% dos projetos foram executados até 36 meses (Fig.2). O grande número de aditivos aos contratos, caso de 61 projetos, indica a necessidade de refletir sobre essa questão.
- É certo que as decisões que foram tomadas em relação aos prazos de implementação dos projetos e período de lançamento de chamadas foram feitas para adequar aos prazos de execução de recursos definidos no Acordo TFCA. Por um lado, o Comitê e o Funbio mostraram grande eficiência na gestão e operacionalização do programa, executando os recursos em um prazo bem inferior àquele registrado em outros países que também

executam Acordos TFCA. Isso é um indicador de sucesso da perspectiva de gestão dos recursos.

- No entanto, cabe considerar em que medida não seria mais interessante ampliar os prazos do ciclo do Programa TFCA para não ter que acelerar tanto a operacionalização. Os resultados da avaliação sugerem que um prazo de sete anos poderia ser mais adequado para garantir um ano de preparação e a possibilidade de que projetos envolvendo ações de longo prazo (como manejo florestal) pudessem contar com uma renovação por mais dois anos e assim obter resultados mais consistentes.

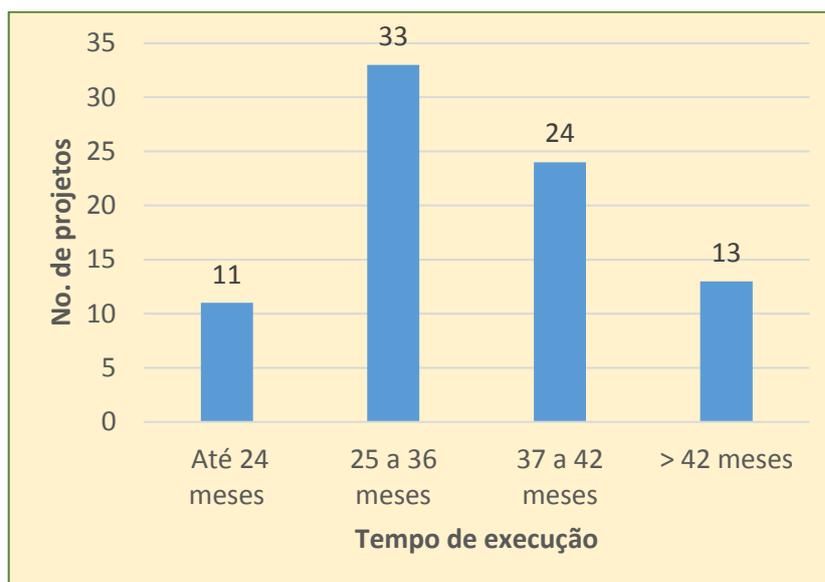


Figura 3: Tempo de execução dos projetos (meses).

Tabela 3: Áreas temáticas e recursos previstos nas chamadas do Programa TFCA (R\$).

| Temas Prioritários | Linhas de Ação Temáticas | Chamada 1 | Chamada 2 | Chamada 3 | Camada 4 | Total | % do Total |
|----------------------------|---|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------------|
| 1. ÁREAS PROTEGIDAS | 1.1. Criação de Áreas Protegidas | 6.100.000,00 | | | 7.500.000,00 | 7.500.000,00 | 24,9% |
| | 1.2. Manutenção de Áreas Protegidas | | | | | | |
| 2. MANEJO DE PAISAGEM | 2.1. Recuperação de Áreas Degradadas | 4.900.000,00 | | | 7.200.000,00 | 7.200.000,00 | 23,9% |
| | 2.2. Manejo Florestal Sustentável | | | | | | |
| | 2.3. Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade | | | | | | |
| | 2.4. Sistemas Agroflorestais | | | | | | |
| 3. CAPACITAÇÃO | 3.1. Projeto de Capacitação de Indivíduos | 1.800.000,00 | | | 2.800.000,00 | 2.800.000,00 | 9,3% |
| | 3.2. Capacitação de Organizações Locais | | | | | | |
| 4. MANEJO DE ESPÉCIES | 4.1. Espécies Ameaçadas de extinção, e exóticas invasoras | 1.600.000,00 | | | 3.400.000,00 | 3.400.000,00 | 11,3% |
| | 4.2. Promoção de espécies para manejo sustentado | | | | | | |
| 5. PROJETOS COMUNITÁRIOS | 5.1. Projetos Comunitários (comunidades tradicionais e povos indígenas) | 2.100.000,00 | | | 2.600.000,00 | 2.600.000,00 | 8,6% |
| 6. FORTALECIMENTO DE REDES | | | 3.300.000,00 | | | 3.300.000,00 | 11,0% |
| 7. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS | | | | 3.300.000,00 | | 3.300.000,00 | 11,0% |
| TOTAL | | 16.500.000,00 | 3.300.000,00 | 3.300.000,00 | 7.000.000,00 | 30.100.000,00 | 100% |

Fonte: MMA, 2011

3.1.2. Perfil das instituições proponentes selecionadas

- O Programa TFCA apoiou 67 instituições, sendo que 10 delas aprovaram dois projetos e duas aprovaram 3 projetos. A 1ª e 4ª Chamadas aprovaram o maior número de propostas, com 39 e 22 instituições participantes, respectivamente. A 2ª e 3ª Chamadas contemplaram sete proponentes cada.
- Entre as 67 instituições apoiadas, duas delas são cooperativas rurais, cuja natureza institucional se aproxima do tipo “organização de base comunitária” (OBC). As demais dividem-se em dois grupos: 55 organizações não-governamentais (ONGs) e nove grupos/núcleos de pesquisa organicamente ligados a universidades ou instituições de pesquisa (Fig. 5). Há ainda uma cooperativa de trabalho que presta serviços de assessoria técnica na área da conservação.
- Em relação à natureza institucional, a missão das instituições abarca aspectos relacionados tanto à agenda ambiental *stricto sensu* como o desenvolvimento sustentável. Para o propósito desta caracterização, as instituições proponentes foram agrupadas em duas categorias: (i) conservação da natureza; (ii) desenvolvimento local sustentável. O primeiro grupo reuniu 36 instituições (54%) e o segundo grupo 31 instituições (44%). Cabe considerar que esta divisão é uma aproximação levando em conta a ênfase da ação institucional, pois a maioria das organizações combina, em amplitudes variadas, ambas abordagens.
- O tempo de criação das organizações proponentes foi considerado como uma *proxy* para inferir sobre a maturidade da trajetória institucional. No ano de 2012, quando o TFCA lançou três dos quatro editais, o tempo de atividade das instituições variava entre menos de um ano até 45 anos³, sendo que 50% delas tinham menos de 14 anos de existência.
- A análise dos dados das instituições apoiadas demonstra conformidade com os critérios definidos no Acordo TFCA. Mesmo prevendo, em casos excepcionais, a possibilidade de apoiar organizações governamentais, apenas um projeto envolveu diretamente uma empresa pública. A lista de instituições apoiadas também mostrou um equilíbrio em relação às prioridades institucionais, considerando tanto aquelas com atuação na área da conservação como na área de desenvolvimento. Isso conferiu um grau satisfatório de diversidade de atores apoiados pelo programa.
- Cabe salientar que apenas duas instituições proponentes se enquadram na categoria de organização de base comunitária (OBC), dirigidas e/ou incluindo na sua estrutura de governança os próprios beneficiários das ações. Isso talvez se deva a dificuldade de organizações dessa natureza prepararem propostas que atendam o padrão técnico

³ No caso de projetos apresentados por meio de Fundações Universitárias, foi considerado o ano de criação do Núcleo/Centro de Pesquisa responsável pela coordenação técnica do projeto.

esperado pelo Comitê Gestor, critério principal considerado na seleção de propostas, conforme registros nas Atas de Reuniões do Comitê. Todavia, isso não significa necessariamente que elas não tenham boas ideias ou não tenham boa capacidade de execução.

- Nesse sentido, em iniciativas futuras seria interessante considerar a adoção de mecanismos e formatos de chamada voltados à prospecção de projetos nesse segmento, buscando uma maior representatividade das OBCs. Isso contribuiria para um maior envolvimento de atores que são relevantes para a conservação das florestas tropicais, e que apresentam vantagens comparativas em relação à capilaridade de maior proximidade com aqueles que manejam diretamente os recursos naturais.

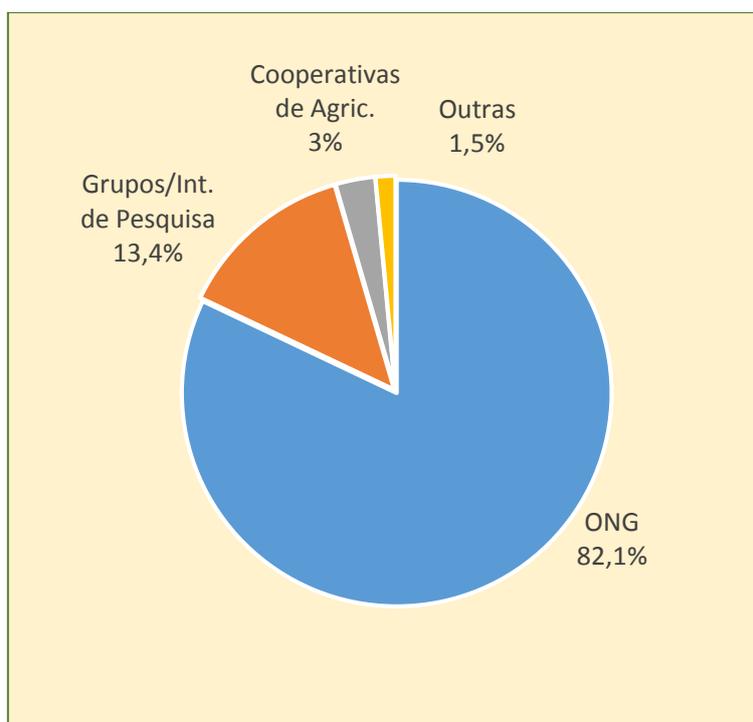


Figura 4: Instituições apoiadas pelo Programa TFCA por categoria (%).

3.1.3. Perfil dos projetos aprovados

- Nas quatro chamadas lançadas pelo Programa TFCA foram aprovados 82 projetos, dos quais 30 no tema prioritário “*Manejo da Paisagem*”, 17 em “*Manejo de Espécies*”, 14 em “*Áreas Protegidas*”, 5 em “*Capacitação*” e 2 em “*Projetos Comunitários*”. Os temas “*Fortalecimento de Redes*” e “*Mobilização de Recursos*”, que contaram com chamadas exclusivas, tiveram 7 projetos aprovados cada. Em termos da distribuição de projetos por linhas temáticas, os temas “*Espécies Ameaçadas de Extinção e Exóticas Invasoras*” e “*Recuperação de Áreas Degradadas*” ficaram nas primeiras posições, com 18 e 11 projetos, respectivamente (Tab.4). Apenas um projeto da linha

temática “Recuperação de Áreas Degradadas” teve descontinuidade durante o período de execução.

Tabela 4: Número de projetos e distribuição de recursos por Temas e Linhas de Ação.

| Temas e Linhas de Ação | # Projetos aprovados nas 4 chamadas | % do Total de projetos | Valor Comprometido R\$ | Valor Desembolsado R\$ (até set/2016) | % valor total aplicado em projetos |
|--|-------------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. ÁREAS PROTEGIDAS | 14 | 17,1% | 6.008.219,49 | 5.795.704,77 | 16,9% |
| 1.1. Criação de Áreas Protegidas | 7 | 8,5% | 3.065.275,22 | 3.013.642,46 | 8,8% |
| 1.2. Manutenção de Áreas Protegidas | 7 | 8,5% | 2.942.944,27 | 2.782.062,31 | 8,1% |
| 2. MANEJO DE PAISAGEM | 30 | 36,6% | 13.733.673,07 | 13.162.310,67 | 38,3% |
| 2.1. Recuperação de Áreas Degradadas | 11 | 13,4% | 4.753.038,01 | 4.293.321,48 | 12,5% |
| 2.2. Manejo Florestal Sustentável | 3 | 3,7% | 1.399.086,50 | 1.399.086,50 | 4,1% |
| 2.3. Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade | 9 | 11,0% | 4.244.669,98 | 4.176.474,08 | 12,2% |
| 2.4. Sistemas Agroflorestais | 7 | 8,5% | 3.336.878,58 | 3.293.428,61 | 9,6% |
| 3. CAPACITAÇÃO | 5 | 6,1% | 2.076.829,75 | 2.060.717,66 | 6,0% |
| 3.1. Projeto de Capacitação de Indivíduos | 3 | 3,7% | 1.217.114,00 | 1.201.001,91 | 3,5% |
| 3.2. Capacitação de Organizações Locais | 2 | 2,4% | 859.715,75 | 859.715,75 | 2,5% |
| 4. MANEJO DE ESPÉCIES | 17 | 20,7% | 7.204.910,87 | 7.076.180,79 | 20,6% |
| 4.1. Espécies Ameaçadas de extinção e exóticas invasoras | 15 | 18,3% | 6.351.164,47 | 6.233.964,73 | 18,2% |
| 4.2. Promoção de espécies para manejo sustentado | 2 | 2,4% | 853.746,40 | 842.216,06 | 2,5% |
| 5. PROJETOS COMUNITÁRIOS | 2 | 2,4% | 909.195,85 | 909.195,85 | 2,6% |
| 6. FORTALECIMENTO DE REDES | 7 | 8,5% | 2.607.441,30 | 2.607.441,30 | 7,6% |
| 7. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS | 7 | 0,0% | 2.879.076,03 | 2.723.456,03 | 7,9% |
| TOTAL | 82 | 100,0% | 35.419.346,36 | 34.335.007,07 | 100,0% |

Fonte: elaboração a partir de dados fornecidos pelo Funbio.

- De um modo geral, a proporção de recursos por Tema Prioritário e Linha de Ação Temática, em relação ao montante total desembolsado pelo programa, foi equivalente ao número de projetos. Apenas o tema “*Manejo da Paisagem*” apresentou uma proporção superior, absorvendo 38,3% do total de recursos desembolsados para 36,6% de projetos aprovados.
- Ao longo da execução do programa, as variações cambiais e rendimentos agregaram pelo menos 17% no volume de recursos previstos para aplicação nos projetos. Na data do primeiro pagamento previsto no cronograma do Acordo do TFCA, o dólar estava cotado a R\$1,66. Depois de uma leve queda em abril de 2011, manteve uma tendência de alta constante, alcançando R\$3,41 em 20/08/2014, data prevista para o último pagamento de parcelas do grupo de “Obrigações #4”⁴.
- Analisando o planejado, observa-se que além do volume de recursos, ocorreram ajustes na distribuição dos recursos por área temática (Fig.4). Na área da conservação, a menor proporção de recursos aplicados em “*Áreas Protegidas*” foi compensada por uma ampliação significativa de recursos para ações na área “*Manejo de Espécies*”, muitas delas implementadas em unidades de conservação (UC). A proporção de recursos aplicada no tema “*Manejo da Paisagem*” foi bem superior à estimada no PELP. Dada a sinergia desse tema com “*Projetos comunitários*”, a menor proporção de recursos aplicados neste tema foi de certa forma compensada. Esses ajustes foram decididos no âmbito do Comitê, conforme registros das Atas de Reuniões.

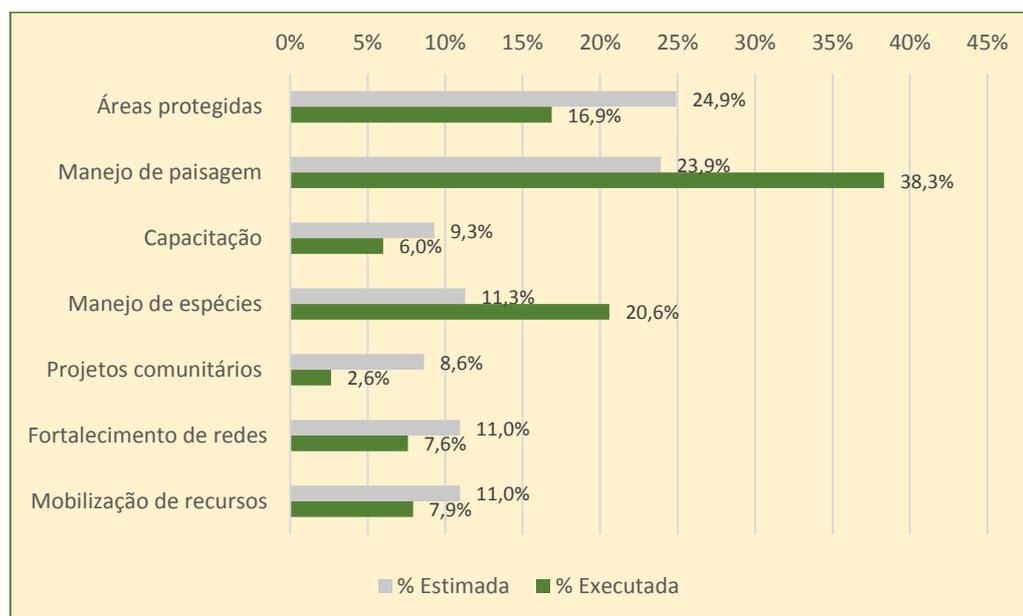


Figura 5: Distribuição dos recursos estimados e executados por Tema Prioritário (%)

⁴ Denominação de grupo de parcelas da dívida, conforme consta no Anexo A do Acordo TFCA.

- O valor de financiamento por projeto variou entre R\$180 mil e R\$645 mil (US\$ 80 mil e US\$287 mil, respectivamente)⁵. Cerca de 50% dos projetos receberam desembolsos de até R\$458 mil (US\$204 mil). Em relação às linhas temáticas, os projetos de “*Fortalecimento de Redes*” apresentaram o menor valor médio, em torno de R\$373 mil (US\$166 mil). Os projetos de Sistemas Agroflorestais (SAFs) apresentaram o maior valor médio, em torno de R\$470 mil (US\$209 mil).
- Em relação à região de execução dos projetos, 31% foram implementados no Nordeste, seguido da região Sudeste com 25% e da região Sul com 13%. Uma parte dos projetos teve abrangência em mais de uma região (20%). As regiões Centro-Oeste e Norte foram o local de implementação de 9% e 2% dos projetos, respectivamente. Pelo menos 22 projetos foram implementados em mais de um estado, em alguns casos abrangendo mais de um bioma. No grupo dos projetos implementados em um único estado, a Bahia e São Paulo foram os que receberam maior número de projetos, com 10 e 8 projetos, respectivamente, sendo que 15 deles foram implementados no bioma Mata Atlântica.
- No conjunto dos 81 projetos executados integralmente, 51 foram no Bioma Mata Atlântica, 15 no Cerrado e 8 na Caatinga. Os demais foram implementados em mais de um bioma. Consequentemente, dos R\$34,3 milhões desembolsados pelo programa para apoio a projetos, 59% foram destinados ao Bioma Mata Atlântica, quase o dobro do previsto no PELP⁶. O Cerrado recebeu 19% dos recursos, mas a Caatinga recebeu apenas 11%, menos da metade dos 23% que equivaleria a cota de 15% prevista no PELP (Fig.8).
- Alguns entrevistados atribuíram este fato à melhor qualidade dos projetos apresentados pelas organizações que atuam nesse bioma, muitas delas com mais capital social e expertise nos temas apoiados pelo programa. Na revisão de Atas de Reuniões do Comitê, constatou-se também a percepção da ausência de organizações no Bioma Caatinga, fato que contradiz com a grande densidade de redes de organizações de base comunitária existentes no semiárido brasileiro.

⁵ A uma taxa de câmbio 1 US\$=R\$2,25, valor médio do período de execução do programa.

⁶ Tendo como referência 31%, proporção do total de desembolsos a projetos equivalente a cota de 20% das doações estabelecida no PELP para a Mata Atlântica e 23% como valor equivalente a cota de 15% estabelecida para Cerrado e Caatinga.

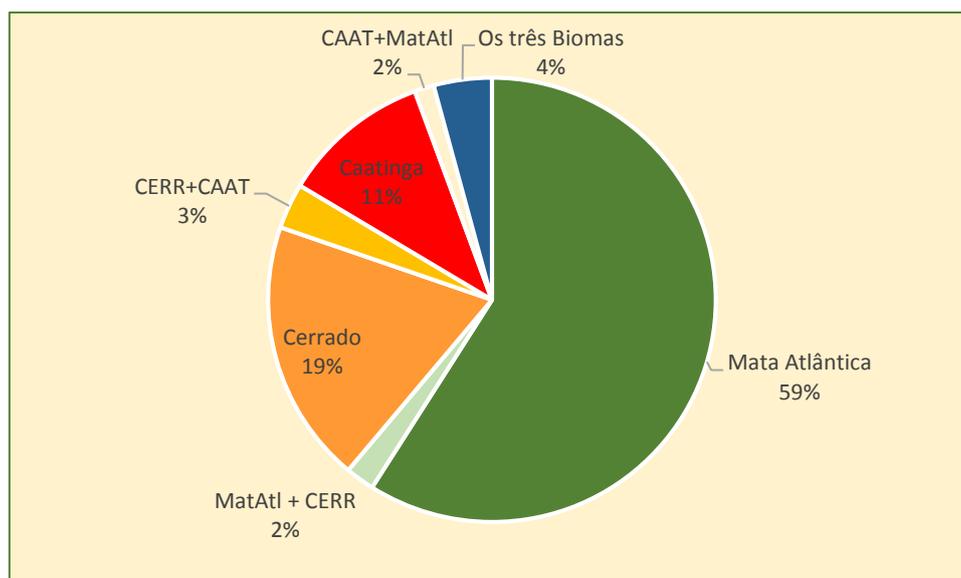


Figura 6: Distribuição dos recursos do Programa nos diferentes biomas (%).

- A decisão de apoiar projetos de capacitação para captação de recursos indica uma ação corretiva para buscar o fortalecimento institucional de organizações que atuam nos outros biomas. Todavia, os dados sugerem que os projetos apoiados nessa linha se concentraram sobretudo no bioma Mata Atlântica e em um círculo institucional que de certa forma já está integrado a redes com maior acesso a recursos.
- As Atas indicam a preocupação constante do Comitê em alcançar um equilíbrio na distribuição de recursos entre linhas temáticas e os biomas, conforme as definições do PELP. No Relatório da 4ª reunião ordinária realizada em março de 2012 foi intenso o debate sobre como garantir um processo de seleção que possibilitasse maior participação de organizações atuando na Caatinga e na linha temática “*Projetos Comunitários*”.
- Verifica-se, portanto, que a concentração na Mata Atlântica foi objeto de preocupação do Comitê ao longo da execução do programa e que foram consideradas medidas para superar essa dificuldade, como a contratação de consultoria para realização de um diagnóstico, decisão que foi substituída por um questionário *on line* aplicado pelo Funbio. O lançamento de uma chamada específica para a Caatinga em 2016, com recursos que sobraram da primeira fase do TFCA, confirmam os esforços para adotar uma medida corretiva e ampliar o número de beneficiários nesse bioma.
- No entanto, cabe considerar que talvez essa solução pudesse ter sido antecipada por meio de uma maior aproximação com redes da sociedade civil com densidade no semiárido brasileiro. No momento em que as dificuldades foram identificadas, o Comitê poderia ter feito um convite para representações de redes como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e

representações da sociedade civil com assento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF) e Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) para fazer uma consulta sobre os melhores caminhos para superar essas dificuldades. A pouca representatividade no Comitê de atores da sociedade civil com atuação na área de desenvolvimento provavelmente foi um elemento que dificultou a solução desses impasses de forma oportuna.

- Nesse sentido, em iniciativas futuras seria interessante considerar a adoção de um sistema diferenciado para a prospecção de projetos em regiões prioritárias. Isso possibilitará diminuir a disparidade de acesso a recursos entre as regiões/biomas e diversificar ainda mais o perfil institucional das executoras dos projetos, integrando um maior número de organizações de base comunitária (OBC) e fora do círculo das ONGs de maior tradição.
- Importante afirmar que essas questões levantadas em relação à distribuição de recursos e projetos entre os biomas e tipos de organizações não comprometem ou diminuem os bons resultados do programa ou desmerecem a boa performance das instituições que tiveram um ou mais projetos aprovados. Essas observações são no sentido de considerar possibilidades de aperfeiçoamentos futuros no mecanismo de prospecção de propostas de maneira a favorecer a inclusão de outros tipos de organizações, grupos sociais e localidades.

3.2. Contribuições para a Conservação das Florestas Tropicais

3.2.1. Áreas Protegidas

Do conjunto de projetos apoiados, 14 foram no Tema Prioritário “*Áreas Protegidas*”, sendo sete deles na área temática “*Criação de UCs*” sete destinados na área “*Manutenção de UCs*”, incluindo ações como: elaboração e/ou revisão de plano de manejo, capacitação de membros de Conselhos Consultivos, pesquisas, entre outros. Sete dos projetos foram implementados na Mata Atlântica, quatro na Caatinga e três no Cerrado. O anexo 5 traz a lista de projetos deste tema. Os principais resultados identificados em cada área temática são descritos a seguir:

3.2.1.1. Criação de Unidades de Conservação

Os sete projetos apoiados nesta área temática envolveram, sobretudo, a realização de estudos (bióticos, abióticos e socioeconômicos) e consultas com diferentes setores sociais para subsidiar a elaboração de propostas de criação de unidades de conservação de diferentes categoriais, em âmbito federal e estadual, incluindo Reserva Extrativista (Resex), Monumento Natural (Mona), Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN),

Parque Estadual/Nacional e Área de Proteção Ambiental. Um dos projetos teve como objetivo a realização de estudo prospectivo sobre as oportunidades de criação de UC no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase no Bioma Caatinga. Os principais resultados alcançados foram os seguintes:

i. Elaboração de propostas de criação de 40 UCs de diferentes categorias:

- Os aportes oferecidos pelo Programa TFCA possibilitaram a realização de levantamentos bióticos, abióticos e socioeconômicos para a formulação de propostas de criação de 40 unidades de conservação, de nível estadual e federal, compreendendo uma área superior a 160 mil hectares (Tab. 5). Todas as organizações proponentes concluíram satisfatoriamente a realização dos estudos, encaminhando aos órgãos competentes dossiês com os estudos técnicos realizados e documentos necessários para submeter a proposta de criação. Exceção para nove RPPNs que, até a data do relatório final do respectivo projeto, não tinham a proposta protocolada no órgão ambiental devido a pendência de documentação dos imóveis.
- No caso das propostas de Resex, o projeto executado pelo CEDAC tinha como meta realizar os estudos e consultas públicas com a anuência do ICMBio. No entanto, o ICMBio alegou falta de condições para realizar as consultas antes da conclusão do projeto, impossibilitando o cumprimento desta meta.
- No caso da proposta de PE Serra da Catarina (PB), ainda que a UC não tenha sido criada, os resultados do projeto facilitaram o convênio firmado entre o ICMBio e o Governo do Estado para a criação de um parque nacional na Caatinga paraibana, tendo como contrapartida a proposta de parque estadual elaborada com o apoio do TFCA. Em 2016, as duas propostas de UCs obtiveram aportes do Projeto GEF Terrestre executado pelo MMA para dar andamento ao processo de criação das UCs.
- Portanto, do conjunto de 32 propostas de criação submetidas aos órgãos ambientais, nenhuma UC foi criada até a data de condução desta avaliação. A pouca agilidade dos órgãos ambientais, justificada pela falta de pessoal e recursos financeiros, foi um dos principais entraves ao maior alcance dos resultados nesta área temática. Em entrevista com o responsável pelo setor de criação de UC do ICMBio foi mencionado que, atualmente, o órgão tem mais de trezentas propostas de criação para análise, contando com uma equipe de apenas cinco técnicos para atender a essas demandas. As fragilidades dessa natureza são ainda maiores nas OEMAs.
- Talvez uma maior articulação política do Comitê Gestor do programa com os órgãos ambientais envolvidos pudesse ter contribuído para dar maior agilidade ao processo. Considerando que as propostas submetidas foram financiadas com recursos públicos, esse poderia ter sido um dos critérios adotados pelo ICMBio para a priorização de quais propostas analisar. O mesmo se aplica aos demais órgãos estaduais envolvidos.

Tabela 5: Situação das propostas de criação de UCs apoiadas pelo TFCA.

| Bioma | Nível de gestão | Categoria | Nome da UC proposta / Estado | Área (ha) | Situação |
|----------------|------------------------|------------------|---|------------------|--|
| Caatinga | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual Serra das Águas Sertanejas (PB) | n.d ⁷ | Processo protocolado na Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Paraíba, em 12/11/2015 |
| Caatinga | Estadual | MONA | Monumento Natural Cavernas de Martins (RN) | 1.449 | Processo Protocolado no Instituto de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. |
| Cerrado | Federal | RESEX | Resex Contagem dos Buritis (GO) | 19.350 | Processo protocolado e entregue ao ICMBio |
| Cerrado | Federal | RESEX | Resex Barra do Pacuí (MG) | 50.000 | Processo protocolado e entregue ao ICMBio |
| Cerrado | Federal | RESEX | Resex Três Riachos/Mucambo (MG) | 30.000 | Processo protocolado e entregue ao ICMBio |
| Cerrado | Federal | RESEX | Resex Sempre Viva (MG) | 25.000 | Processo protocolado e entregue ao ICMBio |
| Cerrado | Federal | RESEX | Resex Curumataí (MG) | 19.070 | Processo protocolado e entregue ao ICMBio |
| Mata Atlântica | Federal | Parque e APA | Mosaico de Conservação da Serra da Jiboia (BA) | 22.000 | Proposta elaborada e entregue ao ICMBio e Instituto Estadual de Meio Ambiente da Bahia (INEMA) e Prefeituras dos cinco municípios de abrangência. |
| Mata Atlântica | Federal | RPPN | RPPNs no entorno dos Parques Nacionais do Descoberto e Monte Pascoal (BA) | n.d | <ul style="list-style-type: none"> • 1 RPPN c/ proposta protocolada no ICMBio • 9 propostas concluídas com pendências de documentação para envio ao ICMBio |
| Mata Atlântica | Federal | RPPN | RPPNs no Sul da Bahia (BA) | 1.630 | 21 RPPNs protocoladas nos órgãos ambientais |

Fonte: Elaborado a partir de dados disponíveis nos relatórios dos projetos.

- No caso das RPPNs, os resultados dos projetos apontam que, apesar do interesse de proprietários, dificuldades na obtenção da documentação dos imóveis inviabilizaram algumas iniciativas. Esse parece ser um aspecto importante a ser considerado em novos programas voltados à promoção de RPPN. Os resultados da avaliação sugerem a necessidade de simplificar o processo burocrático e considerar a adoção de instrumentos econômicos adicionais que facilitem a regularização dos imóveis e estimulem os proprietários a criarem RPPNs.

⁷ n.d. = não disponível na documentação consultada.

ii. **Geração de informações sobre a biodiversidade das áreas estudadas:**

- Apesar desses limites na concretização da criação das UCs, os apoios oferecidos pelo TFCA contribuíram para melhorar o conhecimento sobre a biodiversidade nas áreas estudadas. No caso do projeto que analisou o potencial para conservação da Caatinga do Rio Grande do Norte, as 10 áreas identificadas com as melhores oportunidades para a conservação foram incluídas no documento de revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente.
- Os estudos bióticos realizados para a formulação da proposta de Mosaico de UCs na Serra da Jiboia, Sul da Bahia, identificaram novas espécies de flora e fauna, incluindo vertebrados e invertebrados. No caso de espécies de borboletas, por exemplo, foram identificados 36 novos registros, ampliando lista de ocorrência na Serra da Jiboia para 176 espécies de borboletas e colocando a área proposta para o Mosaico como a de maior diversidade de espécies deste grupo no estado da Bahia.
- A natureza dos estudos exigiu a articulação das organizações executoras com grupos de pesquisas de universidades, criando oportunidades para parcerias de pesquisa e para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, que desenvolveram trabalhos de conclusão de curso e dissertação de mestrado tendo como objeto temas tratados nos projetos apoiados pelo TFCA.

iii. **Inovações metodológicas na elaboração de propostas de criação de UC:**

- Os projetos também geraram aprendizados metodológicos relacionados a estratégias para a criação de UC. As propostas de Resex elaboradas pelo CEDAC tiveram na sua origem a demanda de extrativistas de comunidades locais ligados à Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (RCS), adotando metodologias participativas inclusive para a elaboração dos estudos técnicos.
- O projeto implementado no sul da Bahia pelo Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), contou com um Conselho Gestor com representantes de governo, de instituições de pesquisa e da sociedade civil.

Portanto, com base nas evidências encontradas, pode-se avaliar que, apesar dos esforços das instituições executoras na realização dos estudos, os efeitos dos resultados nesta área temática foram **parcialmente satisfatórios**. A falta de resposta dos órgãos ambientais de âmbito federal e estadual, para dar andamento à análise das propostas elaboradas com o apoio do TFCA, impediu que o impacto esperado fosse alcançado.

3.2.1.2. Manutenção de Unidades de Conservação

Os sete projetos apoiados pelo TFCA nesta área temática beneficiaram 10 UC, abrangendo uma área total de 392.889 ha de áreas protegidas, sobretudo em categorias de proteção integral (Tab. 6). Desse conjunto, oito das UCs beneficiárias estão situadas no Bioma Mata Atlântica, sendo cinco delas no estado de Santa Catarina. Em termos da escala de gestão, seis são de nível estadual e quatro de nível federal. Os apoios recebidos do TFCA foram destinados à elaboração/revisão de planos de manejo, criação/fortalecimento de mecanismos de gestão, melhorias/adequações nos programas de proteção e uso público, investimentos em infraestrutura e produção de material de divulgação. Os principais resultados são descritos a seguir.

i. Melhor conhecimento das UCs e da biodiversidade:

- O apoio à elaboração e revisão de planos de manejo dotou as UCs de instrumentos de gestão mais qualificados. Com o apoio do TFCA foram elaborados os planos de manejo da RPPN Fazenda Almas (PB) e da ARIE da Serra da Abelha (SC), bem como a revisão do plano de manejo do PE Fritz Plaumann e PARNA Araucárias, ambos situados em Santa Catarina.
- Além de oferecer melhores bases de conhecimento para formular a gestão das UCs, os estudos conduzidos ampliaram o conhecimento da biodiversidade. Os dados levantados na revisão do plano de manejo do PE Fritz Plaumann confirmaram que a criação da UC vem contribuindo para a ampliação da riqueza de diferentes grupos faunísticos e da flora existente na área do Parque. No grupo de aves foram registradas 232 espécies, valor significativamente superior às 120 espécies identificadas na primeira edição do Plano de Manejo e equivalente a 70% das espécies esperadas para o Parque e 35% das aves conhecidas em Santa Catarina. Além disso, os estudos geraram informações que dão suporte ao status de ameaça de algumas das espécies. Nas espécies de aves registradas na UC, cinco são ameaçadas de extinção no estado de SC (como o macuco *Tinamus solitarius*, o anu-coroça *Crotophaga major* e o pavó *Pyroderus scutatus*) e 13 são consideradas raras ou de importância especial para a conservação.
- O processo de revisão do plano de manejo do PE Fritz Plaumann também gerou aprendizados metodológicos com potencial de replicação em outras UC: A Coordenação Regional Sul do ICMBio manifestou interesse em replicar a metodologia de avaliação de efetividade utilizada na revisão do plano de manejo para a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC).

Tabela 6: UCs beneficiárias de projetos apoiados na área temática “Manutenção de UC”

| Bioma | Nível de gestão | Categoria | Nome da UC / Estado(s) | Área (ha) | Principais tipos de apoio à UC |
|---------------------|-----------------|-----------------|--|-----------|--|
| Caatinga | Federal | RPPN | RPPN Fazenda Almas (PB) | 3.505 | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Manejo • Elaboração do Projeto de Sustentabilidade da RPPN • Criação e operação do Grupo de Gestão • Investimentos em infraestrutura • Estruturação para uso público • Educação Ambiental • Melhorias no Plano de Proteção da UC, com a contratação de guarda-parque e realização de operações de fiscalização. • Produção de material de divulgação da UC |
| Cerrado | Federal | Parque Nacional | Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG, BA) | 230.856 | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do Conselho Consultivo • Estruturação para uso público • Divulgação do PARNA em palestras e eventos. • Investimentos em infraestrutura • Melhorias no Plano de Proteção, com a contratação de guarda-parque e realização de operações de fiscalização. • Produção de material de divulgação da UC |
| Cerrado (transição) | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual do Cantão (TO) | 90.000 | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorias no Plano de Proteção, com a contratação de guarda-parque e realização de operações de fiscalização. • Estruturação para uso público • Produção de material de divulgação da UC |
| Mata Atlântica | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual da Serra do Conduru (BA) | 9.275 | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do Conselho Consultivo • Estruturação para uso público • Divulgação do Parque em palestras e eventos • Elaboração e divulgação da proposta de Estradas-parque no Corredor Ecológico Esperança - Conduru • Produção de material de divulgação da UC |

(Continuação da Tabela 6)

| Bioma | Nível de gestão | Categoria | Nome da UC / Estado(s) | Área (ha) | Principais tipos de apoio à UC |
|----------------|------------------------|--|---|------------------|---|
| Mata Atlântica | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual Fritz Plaumann (SC) | 717 | <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano de Manejo • Banco de dados das pesquisas científicas realizadas no Parque e entorno |
| Mata Atlântica | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual da Serra do Papagaio (MG) | 22.917 | <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de brigadistas • Implantação de Bases Comunitárias de Combate a Incêndios • Investimentos em infraestrutura para o combate a incêndios florestais |
| Mata Atlântica | Federal | Parque Nacional | Parque Nacional da Araucárias (SC) | 12.809 | <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano de Manejo • Fortalecimento do Conselho Consultivo |
| Mata Atlântica | Estadual | Parque Estadual | Parque Estadual Rio Canoas (SC) | 1.200 | <ul style="list-style-type: none"> • Criar e operacionalizar o Conselho Consultivo |
| Mata Atlântica | Federal | Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) | ARIE da Serra da Abelha (SC) | 5.016 | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Manejo • Fortalecimento do Conselho Consultivo |
| Mata Atlântica | Federal | Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) | REVIS dos Campos de Palmas (PR/SC) | 16.594 | <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação para conselheiros sobre alternativas do uso do fogo |
| TOTAL | | | | 392.889 | |

Fonte: Elaborado a partir da compilação de dados dos relatórios dos projetos e dados oficiais das UCs.

ii. **Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão:**

- O apoio à criação e/ou fortalecimento de Conselhos Consultivos contribuiu para aperfeiçoar os mecanismos de gestão das UCs. Com o suporte de recursos do TFCA foram criados os Conselhos da RPPN Fazenda Almas (PB) e do Parque Estadual Rio Canoas (SC) e oferecidas atividades de capacitação para o fortalecimento dos Conselhos do PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA), Parque Estadual da Serra do Conduru (BA), PARNA das Araucárias (SC) e ARIE da Serra da Abelha (SC).
- Além dos benefícios à gestão das UCs, há indicações de que o fortalecimento dos Conselhos contribuiu para dinamizar as redes colaborativas envolvendo os diferentes setores sociais mobilizados para participar nos Conselhos. No PE da Serra do Conduru (BA), as atividades de capacitação do Conselho resultaram na criação da criação da “Rede Esperança – Conduru”, um espaço voltado a integração e articulação de pessoas, instituições e iniciativas socioambientais no Corredor Ecológico Esperança - Conduru. Em Santa Catarina, ações de capacitação de conselheiros do PARNA das Araucárias incluíram intercâmbios com conselheiros do PE Fritz Plaumann, favorecendo a troca de experiência e articulação em torno da agenda das áreas protegidas.

iii. **Melhorias nos planos de proteção e monitoramento das UCs:**

- O apoio do TFCA contribuiu para elaborar/aperfeiçoar os planos de proteção da RPPN Fazenda Almas (PB), PE do Cantão (TO), PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA) e PE Serra do Papagaio (MG). Nas três primeiras foram contratados guardas-parque e implementadas rotinas de fiscalização. No caso do PE Serra do Papagaio os investimentos feitos foram voltados à estruturação do plano de combate a incêndios, com investimentos na instalação de quatro bases comunitárias e na capacitação de brigadistas voluntários.
- Os registros analisados nesta avaliação indicam que esses investimentos contribuíram positivamente na melhoria das condições de proteção das UCs, resultando na diminuição de ocorrências e com reflexos visíveis na proteção da biodiversidade. Na RPPN Fazenda Almas foi apontado que as ações de proteção levaram a uma diminuição da caça, levando a um aumento na frequência de avistagem de aves como o jacu e o pintassilgo, espécies ameaçadas de extinção e sem registro na RPPN há alguns anos. Como resultado das melhorias em proteção, a RPPN foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), por meio do Programa Homem e a Biosfera, recebendo o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Caatinga, um dos quatro existentes no Brasil.

- Os apoios do TFCA ao PE Serra do Papagaio permitiram ampliar o número de brigadistas capacitados, possibilitando pronta resposta na temporada de incêndios. No ano de 2014, um dos anos mais secos das últimas décadas, a região do Parque foi afetada por muitas ocorrências. O número de pessoas mobilizadas foi de 110 combatentes, entre parceiros, bombeiros, polícia militar aérea, brigadistas voluntários (em torno de 60), brigadistas contratados e funcionários do Parque. Acredita-se que se não fossem os investimentos realizados com o apoio do TFCA, os 22 mil ha de área do Parque teriam sido queimados.
- O grupo de brigadistas capacitados colaborou também com ocorrências fora do Parque, ajudando no combate de outro grande incêndio na região de Carrancas e Minduri de grande relevância para a biodiversidade, situada a 100 km de distância do Parque. Toda a mobilização realizada por meio do projeto resultou em desdobramentos, com a criação da Associação Vale das Montanhas na comunidade da Piracicaba, na cidade de Baependi/MG e da brigada voluntária na região de Carrancas e Minduri.

iv. **Melhoria da infraestrutura para uso público:**

- Os investimentos em infraestrutura, capacitação e monitoramento para fins de uso público beneficiaram o PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA), o PE do Cantão (TO), o PE Serra do Conduru (BA) e a RPPN Fazenda Almas (PB). Nessas UCs foram adquiridos equipamentos, construídas instalações, delimitadas trilhas e realizadas visitas monitoradas, ampliando o acesso público às belezas cênicas das UCs.
- No caso do PARNA Grande Sertão Veredas, o apoio do TFCA garantiu os investimentos necessários para delimitar a Trilha do Mato Grande, inaugurada em outubro de 2015. A melhoria na infraestrutura de visitação deve atrair maior fluxo de turistas, com potenciais impactos positivos para a economia da região.
- No PE do Cantão (TO), a delimitação de trilhas foi acompanhada de ações de monitoramento para avaliar o impacto da visitação. Isso resultou no aumento da frequência de rondas na UC, incluindo técnicos do projeto, gestores e pesquisadores. Segundo registros nos relatórios do projeto, a maior presença de pessoas contribuiu para inibir atividades ilegais de caça e pesca, melhorando a proteção da UC. Os resultados do monitoramento da ariranha constataram que os animais foram regularmente avistados pelos visitantes, não sendo identificados distúrbios da visitação para essa espécie.

v. **Melhor visibilidade das UCs perante a opinião pública:**

- Os investimentos em adequação para o uso público e em produção de material de divulgação das UCs contribuíram para melhorar a visibilidade das áreas

protegidas. No PE Serra do Conduru (BA), a criação do Centro de Informação para atender visitantes melhorou a divulgação de informações do Parque para turistas, estudantes e moradores locais. As atividades de educação ambiental realizadas com apoio do projeto permitiram a formação de monitores multiplicadores e a realização de 22 visitas guiadas envolvendo cerca de 500 pessoas da região, favorecendo a criação de uma percepção mais positiva em relação ao Parque.

- Na RPPN Fazenda Almas (PB) foi realizado um conjunto de atividades de educação ambiental com nove escolas dos três municípios de abrangência (Sumé, São José dos Cordeiros e Livramento), contando com a participação de mais de duas mil pessoas, incluindo alunos e professores. No PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA), após a delimitação das trilhas foram realizadas 42 visitas guiadas envolvendo cerca de 976 alunos e 23 visitas envolvendo outras 483 pessoas. As visitas guiadas e distribuição dos materiais de divulgação contribuíram para que alunos da rede escolar, agricultores, comerciantes e políticos locais passassem a conhecer melhor o Parque.

vi. **Pouca incidência em políticas públicas:**

- A incidência em políticas públicas não foi uma regra nos projetos. De um modo geral, as instituições enfrentaram dificuldades de relacionamento com os órgãos ambientais, fato que limitou a internalização dos resultados dos projetos.
- Alguns resultados foram apresentados pelo projeto envolvendo o PE da Serra do Conduru (BA). Apesar das dificuldades de envolvimento do órgão ambiental estadual, as dinâmicas geradas pelas ações de fortalecimento do Conselho contribuíram para maior proatividade no campo das políticas públicas. A proposta de regulamentação da Estrada-parque no Corredor Ecológico Esperança-Conduru, um dos produtos do projeto apoiado pelo TFCA, foi apresentada à Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. Outro resultado foi o lançamento de Edital de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltado à promoção da transição agroecológica de 200 propriedades rurais no entorno do PE da Serra do Conduru. O Conselho também influenciou a decisão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia em dar início ao processo de implantação de uma parceria público-privada para a gestão do PE Serra do Conduru.

vii. **Pouco apoio de órgãos ambientais:**

- Com exceção do PE Serra do Papagaio (MG), que o projeto foi implementado por parceria estreita entre a ONG proponente e o órgão gestor da UC, os demais projetos apontaram dificuldades na relação com os órgãos ambientais, em alguns casos comprometendo o cronograma das ações e até a sustentabilidade dos

resultados. Mudanças políticas no órgão gestor durante o período de execução dos projetos foi um dos fatores apontados para dificuldades enfrentadas pelos projetos executados no PE do Cantão (TO) e nas UC de Santa Catarina.

- No caso do Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), a organização executora lamentou a falta de envolvimento do órgão ambiental estadual no processo de revisão do plano de manejo. A greve de funcionários do órgão ambiental de Santa Catarina e o pedido de exoneração dos gestores responsáveis pelo PARNA das Araucárias e PE Rio Canoas afetaram a parceria e o cumprimento do cronograma do projeto executado nessas UCs. A centralização das decisões na sede do órgão ambiental estadual em Florianópolis dificultou a interlocução com o órgão gestor. Além disso, o não cumprimento de contrapartidas do órgão ambiental gerou desmotivação nas comunidades locais, comprometendo as ações de mobilização para a gestão participativa promovidas pelo projeto.

viii. **Limitações para a sustentabilidade de alguns resultados:**

- Os apoios feitos pelo Programa TFCA para atividades que têm demanda permanente de recursos de custeio, caso das ações de proteção e o funcionamento de Conselhos Consultivos, correm o risco de serem interrompidas após a conclusão dos projetos. O pagamento de guardas-parques e o custeio de rotinas de fiscalização não se mantêm sem o aporte contínuo de recursos financeiros.
- É certo que o apoio pontual por meio de programas como o TFCA é positivo, seja para demonstrar a eficácia de investimentos estruturantes nas UC, seja para gerar dinâmicas que resultem no aporte de recursos permanentes. No caso do PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA), a questão da proteção foi parcialmente resolvida com a decisão do ICMBio de manter dois guardas-parques por meio da contratação de serviços terceirizados. O Conselho Consultivo do PE Serra do Conduru encaminhou demandas aos órgãos ambientais da Bahia para a aplicação de recursos de compensação ambiental em ações estruturantes voltadas ao fortalecimento do Parque.
- Além das questões que envolvem a estruturação e manutenção da UC, a presença dos órgãos ambientais é extremamente necessária para lidar com os desafios do entorno. A regularização ambiental de propriedades rurais situadas no entorno das UCs depende diretamente da capacidade dos órgãos ambientais em atender demandas como a averbação de Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural. No caso da RPPN Fazenda Almas (PB) a falta de capacidade do órgão ambiental para oferecer a assistência necessária aos proprietários impossibilitou alcançar as metas propostas no projeto relacionadas à adequação ambiental das propriedades do entorno.

De todo modo, os **resultados** apresentados nesta área temática são considerados **satisfatórios**. Os investimentos realizados melhoraram as condições das UCs beneficiadas, dotando-as com instrumentos e mecanismos de gestão que conferem melhor capacidade para cumprir com os objetivos da conservação.

3.2.2. Conservação de espécies

O TFCA apoiou 17 projetos neste tema prioritário, aplicando em torno de sete milhões de reais (anexo 6). Desse conjunto de projetos, 11 foram executados na Mata Atlântica, quatro no Cerrado e dois deles em mais de um bioma. A maior parte dos projetos envolveu ações voltadas à conservação de espécies de fauna. Dois projetos tiveram como foco espécies da flora do Cerrado.

As atividades apoiadas envolveram ações de pesquisa, monitoramento populacional, educação ambiental e produção de material de divulgação. A maior parte dos projetos mostrou sinergia com iniciativas de elaboração/e ou implementação de Planos Nacionais de conservação de espécies. As áreas de pesquisas de todos os projetos abrangeram, em algum grau, unidades de conservação federais, estaduais e até municipais, contribuindo diretamente com as UC. Em vários casos as atividades de pesquisa geraram informações inéditas, possibilitando a atualização de dados sobre a distribuição populacional e sobre o status da conservação de espécies.

A tabela 7 traz uma lista das 14 espécies de fauna objeto dos projetos de conservação apoiados pelo TFCA. A lista inclui sete espécies de aves, cinco espécies de mamíferos (sendo três de primatas), uma espécie de crustáceo e uma espécie de abelha nativa, todas com algum grau de ameaça de extinção. A seguir são apresentadas algumas evidências dos principais resultados identificados:

i. Geração de dados científicos sobre o status de conservação de espécies para subsidiar planos de conservação:

- O projeto voltado à reintrodução do pássaro bicudo (*Sporophila maximiliani*) foi apontado como o maior esforço amostral realizado para o levantamento da situação de conservação da espécie, atualizando informações sobre sua distribuição, comportamento reprodutivo e status de conservação. Além dos levantamentos a campo, o apoio do TFCA possibilitou consultas a coleções em museus nacionais e dos EUA. As observações de campo e análise de dados sobre a espécie no PARNA das Emas (MT) indicaram que a espécie se encontra extremamente reduzida e com grande chance de extinção nos próximos anos. Apesar de todo o esforço amostral realizado, foi encontrado apenas um casal na natureza, em localidade no sul do Mato Grosso, fora da área de abrangência das três UCs pesquisadas. Os resultados da pesquisa foram divulgados no *Neotropical Ornithological Congress* e XXII Congresso Brasileiro de Ornitologia e publicados em 2016 no periódico científico *The Wilson Journal of Ornithology*.

Tabela 7: Espécies de fauna objeto de projetos de conservação apoiados pelo TFCA

| Bioma | Grupo/Subgrupo Taxonômico | Espécie | Status de Conservação ⁸ | Foco do projeto | UCs de abrangência das pesquisas |
|----------------|---------------------------|--|--|--|--|
| Caatinga | Aves | Periquito cara-suja (<i>Pyrrhura griseipectus</i>) | De "Criticamente em perigo" p/ "Em perigo" | Educação ambiental e monitoramento populacional | APA Estadual da Serra do Baturité (CE) |
| Cerrado | Aves | Bicudo (<i>Sporophila maximiliani</i>) | Criticamente em perigo | Pesquisa e reintrodução da espécie | PARNA Chapada dos Guimarães (MT), PARNA Chapada dos Veadeiros (MT), PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA); RPPN Olavo Setúbal (SP) |
| Cerrado | Mamíferos | Cervo-do-Pantanal | Em perigo | Pesquisa e monitoramento populacional | ESEC Jataí (SP) |
| Mata Atlântica | Aves | Bicudinho-do-brejo (<i>Stymphalornis acutirostris</i>) | Em perigo | Pesquisa, monitoramento populacional e criação de área protegida | APA de Guaratuba (PR) |
| Mata Atlântica | Aves | Papagaio do peito-roxo (<i>Amazona vinacea</i>) | Em perigo | Pesquisa, monitoramento populacional e educação ambiental | PARNA São Joaquim (SC), PE do Papagaio-Charão (RS) |
| Mata Atlântica | Aves | Papagaio-charão (<i>Amazona pretrei</i>) | Vulnerável | Pesquisa, monitoramento populacional e educação ambiental | PARNA São Joaquim (SC), PE do Papagaio-Charão (RS) |
| Mata Atlântica | Aves | Papagaio-de-Cara-Roxa (<i>Amazona brasiliensis</i>) | De "Vulnerável" p/ "Quase Ameaçada" | Monitoramento populacional e educação ambiental | PARNA Superagui (PR) |

⁸ Com exceção do caranguejo-açú (que consta apenas em listas regionais), foi considerada a informação publicada na Lista Nacional Oficial de Espécies de Fauna Ameaçada de 2014. As alterações em relação ao status da Lista publicada em 2003 foram indicadas.

(Continuação Tabela 7)

| Bioma | Grupo/Subgrupo Taxonômico | Espécie | Status de Conservação | Foco do projeto | UCs de abrangência das pesquisas |
|----------------|---------------------------------------|---|---------------------------------|---|---|
| Mata Atlântica | Aves | Pato-Mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>) | Criticamente em perigo | Pesquisa, monitoramento populacional e divulgação | PARNA Serra da Canastra (MG), PARNA Cavernas do Peruaçu (MG), PARNA Grande Sertão Veredas (MG/BA) |
| Mata Atlântica | Invertebrados Aquáticos/ Crustáceos | Caranguejo-uçá (<i>Ucides cordatus</i>) | Em perigo (em listas estaduais) | Pesquisa e educação ambiental | APA de Conceição da Barra (ES) |
| Mata Atlântica | Invertebrados Terrestres/ Hymenoptera | Abelha Uruçú-negro (<i>Melipona capixaba</i>) | Em perigo | Pesquisa, capacitação e educação ambiental | PE Pedra Azul (ES) |
| Mata Atlântica | Mamíferos/ Carnívoros | Onça-pintada | Vulnerável | Pesquisa | PE das Várzeas do Rio Ivinhema (SP), PE Morro do Diabo (SP) |
| Mata Atlântica | Mamíferos/ Primatas | Mico-leão-da-cara-dourada (<i>Leontopithecus chrysomelas</i>) | Em perigo | Translocação de indivíduos, monitoramento populacional e educação ambiental | PE da Serra da Tiririca (RJ), Reserva Ecológica Municipal Darcy Ribeiro (Niterói, RJ) |
| Mata Atlântica | Mamíferos/ Primatas | Muriqui-do-Norte (<i>Brachyteles hypoxanthu</i>) | Criticamente em perigo | Pesquisa e monitoramento populacional | REBIO Augusto Ruschi (ES) |
| Mata Atlântica | Mamíferos/ Primatas | Muriqui-do-Sul (<i>Brachyteles arachnoides</i>) | Em perigo | Pesquisa e criação de área protegida | PE Carlos Botelho (SP) |

Fonte: Elaborado a partir da compilação de dados dos relatórios dos projetos

- O projeto envolvendo o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*) realizou censo populacional da espécie de grande abrangência. Os dados revelaram que o sudeste de Santa Catarina abriga cerca da metade da população mundial da espécie, conferindo à região altíssima prioridade para a conservação do papagaio-de-peito-roxo.
- Os levantamentos de campo das populações de bicudinho-do-brejo (*Sporophila maximiliani*), espécie ameaçada de extinção endêmica de brejos do sul do Brasil, identificaram populações ainda não conhecidas em localidades de Santa Catarina e São Paulo. Os dados de monitoramento realizados na APA de Guaratuba indicaram aumento das populações locais. As pesquisas sobre variabilidade genética das populações foram publicados em artigos científicos.
- O monitoramento do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) gerou um banco de dados compilando informações sobre as atividades reprodutivas da espécie e distribuição espacial, incluindo registros em vídeo. Os resultados do censo indicaram que a espécie se encontra em bom estado de conservação no litoral Norte do Paraná, principal região de ocorrência, sendo publicados na revista *Ornithologia*. Na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, divulgada pelo MMA em 2014, a espécie deixou a categoria "vulnerável" para "quase ameaçada". O ICMBio atribuiu essa melhoria às ações de conservação realizadas na região, entre as quais este projeto apoiado pelo Programa TFCA. Os resultados das pesquisas foram utilizados no Plano de Manejo do PARNA de Superagui e subsidiarão planos de manejo futuros e a gestão da APA de Guaraqueçaba e de outras áreas protegidas que compõem o Mosaico de UCs do Lagamar.
- As pesquisas com o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), realizadas na região da Serra da Canastra (MG), identificaram 20 novos territórios da espécie. Isso representa um aumento de pelo menos 25% no número de territórios considerados para esta população. Os resultados gerados pela pesquisa apoiada pelo TFCA revelaram que a região da Serra da Canastra abriga uma população de cerca de 70 casais de pato-mergulhão, valor 30% superior ao conhecido anteriormente e o equivalente a mais da metade da população mundial conhecida da espécie. Os resultados foram apresentados no Congresso Brasileiro de Ornitologia, nas edições de 2013 e 2014.
- As pesquisas com muriqui-do-Sul (*Brachyteles arachnoides*) identificaram 36 localidades específicas de ocorrência de populações selvagens, gerando um mapa preliminar indicando as localidades com relato de ocorrência nos estados de São Paulo e Paraná. O mapeamento agregou um conjunto de informações, indicando as áreas prioritárias para a conservação, passando a ser a principal referência utilizada pela IUCN para a revisão global do status de conservação de muriquis-do-Sul, atualizado em 2016 para “*criticamente em perigo de extinção*”.

- As pesquisas de campo sobre a abelha nativa Uruçú-preto (*Melipona capixaba*) resultaram na catalogação de 172 novas colônias, elevando a coleção catalogada pela Universidade de Viçosa de 153 para 325 colônias. Destas, menos de 30 são colônias encontradas na natureza. As demais foram retiradas das matas e são mantidas por produtores rurais em suas propriedades e meliponários. Análises de diversidade genética com amostras das populações catalogadas apontaram que a população remanescente de *M. capixaba* guarda uma diversidade de genótipos importantes para a conservação. Por outro lado, observou-se alta similaridade dos genótipos, ou seja, baixa variabilidade genética.
- Os dados levantados nas pesquisas com a onça-pintada (*Panthera onca*) foram reunidos em banco dados, tornando-se a fonte mais completa e relevante sobre a espécie na Mata Atlântica. Esse resultado contribui diretamente para o alcance de um dos objetivos do “Plano Nacional para a Conservação da Onça-pintada”, publicado pelo ICMBio no ano de 2013. Os resultados das pesquisas conduzidas no âmbito do projeto subsidiaram a formulação do Plano de Conservação da Onça-pintada para a Região do Pontal do Paranapanema e Bacia do Alto Rio Paraná. As áreas prioritárias indicadas abrangeram 10 unidades de conservação, de escalas federal e estadual. As informações levantadas com o apoio do TFCA serviram para atualizar e relançar o livro “*Tigreiros: A saga de homens e mulheres na conservação da onça-pintada no Alto Paraná*”.
- As ações de remoção do mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) de remanescentes do habitat do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) contribuíram com os objetivos do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Mamíferos da Mata Atlântica Central publicado pelo ICMBio em 2010. O trabalho foi realizado de forma coordenada com o Comitê Internacional para Conservação dos Micos-Leões e o ICMBio. No total foram translocados 49 grupos (293 indivíduos), enquanto 58 grupos ou indivíduos solitários permaneceram em cativeiro (284 indivíduos). Como não foi possível capturar todos os indivíduos antes da conclusão do projeto, foi firmada uma parceria com o PE Serra da Tiririca (RJ) para dar continuidade às ações de captura, viabilizada por recursos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados foram divulgados por meio de 15 publicações, sendo 14 delas em anais de eventos científicos e um artigo publicado no *Journal of Veterinary Diagnostic*.
- Os levantamentos populacionais do muriqui-do-Norte (*Brachyteles hypoxanthu*) apontaram que a população total da espécie na Região Serrana do Espírito Santo é pequena, vivendo em grupos isolados. A presença de conectividade florestal foi considerada como oportunidade para a conservação da espécie. Nesse sentido, a proposta de “*Corredor Muriqui*” foi apresentada e validada pelos participantes da

oficina de planejamento para elaboração do Plano Estadual para a Conservação dos Muriqui no ES (PAE – Muriqui). O PAE foi oficializado em 2014 por meio de portaria assinada pelo Governador do Estado. As informações compiladas e levantamentos realizados durante o projeto foram consolidadas em documento descrevendo o histórico do conhecimento sobre os muriquis no estado. O projeto também gerou o Plano de Manejo dos Muriquis para a Região Central-Serrana do Espírito Santo.

- O projeto executado pelo Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) voltado à conservação da flora do Cerrado resultou na elaboração e publicação de três planos: o Plano de Ação Nacional do Faveiro-de-Wilson (*Dimorphandra wilsonii* Rizzini), espécie endêmica de Minas Gerais e criticamente em perigo de extinção; o Plano de Ação Nacional da Serra do Espinhaço Meridional, região que abriga 256 espécies de flora ameaçadas; e o Plano de Ação Nacional para a Flora Ameaçada de Extinção da região de Francisco Sá/Grão Mogol, região que abriga 74 espécies da flora ameaçada de extinção. A elaboração desses Planos inovou com a adoção de abordagem territorial para o planejamento de ações de conservação. O processo de elaboração dos planos contou com a participação de 48 instituições, favorecendo as redes colaborativas. A parceria com o Laboratório de Biogeografia da Conservação (CB-Lab), da Universidade Federal de Goiás, possibilitou incorporar análises de priorização espacial na metodologia de elaboração dos Planos de Ação. A implementação e coordenação do PAN Faveiro foi viabilizada por meio de parceria formalizada entre o CNCFlora e a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte. As informações geradas pelo projeto foram integradas ao Sistema CNCFlora, plataforma online aberta para consulta pública, e publicadas no livro “*Flora Ameaçada do Cerrado Mineiro - Guia de Campo*”.

ii. Desenvolvimento de metodologias de trabalho e protocolos de pesquisa:

- As pesquisas com o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) envolveram uma série de testes de protocolos para chegar a um procedimento adequado à captura de embriões para a criação de banco de germoplasma da espécie. Os pesquisadores envolvidos consideram que a proposta de conservação *ex-situ* e os resultados podem ser aproveitados para outras espécies de mamíferos ameaçados de extinção.
- O projeto voltado ao manejo sustentável de espécies florestais do Cerrado desenvolveu protocolos de germinação para: araticum (*Annona crassiflora*), coquinho-azedo (*Butia capitata*), pequi (*Caryocar brasiliense*), baru (*Dipteryx alata*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), mangaba (*Hancornia speciosa*) e carvoeiro (*Tachigali subvelutina*). As pesquisas realizadas permitiram determinar as técnicas mais eficazes para a reintrodução de espécies para a conservação *in situ*. Os protocolos desenvolvidos incluíram técnicas para a conservação *ex situ* de curto/médio para uso local pelos agricultores. As informações geradas foram divulgadas por meio de

cartilhas e cursos de capacitação para técnicos, lideranças e agroextrativistas. Os principais resultados e recomendações do projeto foram apresentados em um seminário na Câmara Legislativa Federal, em Brasília, DF, em outubro de 2015, transmitido ao vivo pela TV Câmara.

- O projeto com o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), envolvendo comunidades extrativistas de Conceição da Barra, no Espírito Santo, exigiu desenvolver capacidades da equipe de pesquisadores para trabalhar com metodologias participativas. A troca de experiência com a comunidade levantou novas demandas de pesquisa. Segundo a coordenação do projeto, o contato com as comunidades trouxe aprendizados para os pesquisadores e estudantes envolvidos, contribuindo para aperfeiçoar a formulação metodológica de futuros projetos de pesquisa.

iii. **Aperfeiçoamento de proposta de manejo de espécies:**

- O projeto voltado ao manejo sustentável de espécies florestais do Cerrado executado pelo Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa Cenargen) instalou parcelas permanentes para monitoramento de populações, distribuídas nos estados de Goiás e Minas Gerais e no Distrito Federal. As práticas de manejo utilizadas pelas comunidades agroextrativistas foram levantadas para todas as espécies estudadas, sendo determinados os níveis sustentáveis de exploração das espécies relevantes para o extrativismo. Os resultados foram publicados no formato de vídeos e cartilhas de “Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável” para cagaita (*Eugenia dysenterica*), e aprimoradas as cartilhas para o pequi (*Caryocar brasiliense*), coquinho-azedo (*Butia capitata*) e mangaba (*Hancornia speciosa*). No encerramento do projeto estavam em fase de conclusão as cartilhas para baru (*Dipteryx alata*), araticum (*Annona crassiflora*) e carvoeiro (*Tachigali subvelutina*). As cartilhas foram distribuídas gratuitamente aos agroextrativistas.

iv. **Elaboração de plano para manejo de espécie exótica e invasora:**

- Os levantamentos populacionais de javali (*Sus scrofa*) realizados na região do PARNA Itatiaia resultaram na formulação do Plano para Manejo Adaptativo de *Sus scrofa* no PARNA Itatiaia e RPPN Alto-Montana, sendo que o Parque abrange localidades nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e a RPNN situa-se em Itamonte (MG). Para a implementação do plano foram criadas câmaras técnicas nas UCs envolvidas. A execução do projeto permitiu mobilizar comunidade locais, órgãos ambientais, UC, prefeituras, polícia ambiental, entre outros. Os dados gerados ofereceram uma dimensão real do problema, possibilitando traçar estratégias para o controle do javali na região da Alta-Mantiqueira.

v. **Capacitação de profissionais por meio de articulação de atividades de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação:**

- O projeto com caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), executado no Espírito Santo, gerou quatro trabalhos de conclusão de curso no nível de graduação e duas dissertações de mestrado.
- As pesquisas com Bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*) integraram um dos capítulos de uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná.
- O monitoramento do papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) resultou em duas dissertações de mestrado e um trabalho de conclusão de curso de graduação.
- O projeto sobre manejo sustentável de espécies florestais do Cerrado envolveu diretamente cinco projetos de pesquisa de doutorado, sete de mestrado, um pós-doutorado e oito de graduação. Durante a execução do projeto foram capacitados 28 estudantes de graduação em Engenharia Florestal do Norte de Minas Gerais.
- O projeto de pesquisa com abelha nativa Uruçú-preto (*Melipona capixaba*) incluiu atividades de capacitação de extensionistas, abrindo um diálogo com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper) para que o órgão possa assumir os trabalhos de treinamento relacionados à meliponicultura no estado.

vi. **Sensibilização da opinião pública para a importância da conservação:**

- O projeto executado na Serra do Baturité (CE) envolvendo o periquito-cara-suja (*Pyrrhura griseipectus*) teve a educação ambiental como tema central das ações. Foram realizadas atividades de capacitação de professores e estudantes, saídas de campo para observação de aves, produção de material de divulgação e a construção de um Centro de Visitantes para divulgação de informações sobre a espécie. As atividades contaram com o apoio de instrumentos pedagógicos como o "*Manual do Educador Ambiental na Serra de Baturité*" e cartilhas para uso dos alunos. As atividades foram articuladas com o poder público local, ganhando espaço na programação da semana do meio ambiente. A realização da Campanha "*Passarinho? Dou valor é solto*" levou esclarecimentos à população sobre o tráfico de fauna e suas consequências. Como resultado, aumentaram as notificações sobre a localização de ninhos da espécie, bem como as denúncias de atividades de caça e captura de animais silvestres, contribuindo para aperfeiçoar o sistema de monitoramento.
- O projeto com os papagaios-de-altitude, implementado em estados da Região Sul do Brasil, desenvolveu ações de educação ambiental nas localidades de maior ocorrência de captura de filhotes do papagaio-charão (*Amazona pretrei*) e papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*). Além da produção de material de divulgação distribuído em eventos diversos, o projeto realizou duas edições do curso "*Resgate do Pinheiro-*

Brasileiro” para capacitar professores do ensino fundamental e médio, enfatizando conteúdos para atividades em sala de aula tratando da araucária (*Araucária angustifolia*) e a fauna silvestre associada. O curso capacitou 130 professores, sendo 104 oriundos de 32 municípios do Rio Grande do Sul e 26 oriundos de seis municípios de Santa Catarina. As palestras realizadas em escolas públicas dos dois estados contaram com 1.690 participantes. Os investimentos em educação ambiental geraram algumas respostas imediatas, como a força-tarefa realizada em Sarandi (RS), envolvendo o poder público e a sociedade civil local, visando proteger e ampliar a população de papagaio-charão do município.

- O projeto com papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) implementado no litoral do Paraná incluiu atividades de capacitação de professores e alunos, bem como visitas guiadas a unidades de conservação da região. Ao todo foram capacitados 77 professores de 25 escolas do Município de Guaraqueçaba (PR). A partir desse trabalho foram executados cinco projetos de educação ambiental em escolas das ilhas de Superagui, Bertiooga, Barbados, Tibicanga e Rio do Cedro, envolvendo 420 alunos. O sucesso da iniciativa abriu a possibilidade de estender o projeto a todas escolas do município, mas mudanças na gestão municipal impossibilitaram concretizar a parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Além do trabalho com as escolas, o projeto realizou campanhas com turistas que frequentam a região durante o verão, abrangendo 1.500 pessoas.
- Os resultados das pesquisas com pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) na Serra da Canastra (MG) foram sistematizados em material de divulgação e comunicados às comunidades rurais, escolas e organizações de produtores da região, abrangendo cerca de 1.200 pessoas.
- As pesquisas sobre a população de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) conduzidas no Espírito Santo também integraram atividades de educação ambiental, envolvendo escolas e as comunidades locais. As cartilhas e demais materiais educativos produzidos com o apoio do TFCA foram adotados como referência para a elaboração de material similar para outra área de manguezal no litoral norte capixaba. A metodologia desenvolvida foi replicada em outra escola situada no município de Linhares, tendo como foco a fauna e a flora do PE de Itaúnas (ES).
- O projeto de pesquisa com abelhas nativas executado no Espírito Santo instalou um Meliponário Educativo no Centro de Apoio do PE Pedra Azul, próximo ao início da trilha de visitação do Parque. O meliponário recebeu colônias de Uruçú-preto (*Melipona capixaba*) e de outras espécies nativas da região, como Mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), Jataí (*Tetragonisca angustula*), Uruçú-mirim (*Melipona marginata*) e Iraí (*Nanotrigona sp.*). Além das atividades no Parque foram realizadas

palestras em eventos organizados por associações de produtores para tratar questões relacionadas ao manejo e conservação das abelhas nativas.

- O projeto voltado à remoção do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) incluiu atividades de educação ambiental em escolas de Niterói (RJ), envolvendo 174 professores e 1.984 alunos. Foi feito também trabalho de divulgação sobre a importância da remoção para a conservação do habitat do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), alcançando cerca de dois mil moradores de condomínios na região e técnicos de corpo de bombeiros e outras instituições. Na região da Bahia que recebeu as populações translocadas foram realizadas palestras para moradores do assentamento vizinho à área de soltura dos animais. As fazendas do entorno também foram visitadas e seus responsáveis informados sobre as ações. O projeto ganhou grande visibilidade na mídia impressa e televisiva, sendo inclusive pautado em telejornal da Rede Globo.
- O projeto com o miqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthu*) realizou atividades de sensibilização e divulgação de dados sobre a espécie nas escolas. Em quatro dessas escolas foram criados Núcleos de Ciências, alcançando cerca de 160 estudantes, sobretudo de áreas rurais. As atividades realizadas foram articuladas com oficinas temáticas no Museu Mello Leitão. Vinte estudantes foram selecionados para participar no Núcleo de Observadores da Natureza (NONA), recebendo treinamentos para a identificação de espécies ameaçadas. Por meio de uma parceria com o Laboratório de Pesquisas em Redes e Multimídia (LPRM) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi desenvolvido um aplicativo para Androide para que os jovens do NONA passassem a registrar e enviar informações sobre a biodiversidade da região. A continuidade das atividades com o NONA foi viabilizada por meio de recursos captados perante o órgão estadual de fomento à pesquisa.
- O projeto também produziu um livro “O Miqui – Símbolo da Mata Atlântica” e um documentário de 20 minutos “Redescobrimo a Mata Atlântica” para distribuição às escolas. Em parceria com outras instituições locais, foi realizada por 18 meses a exposição “Redescobrimo a Mata Atlântica”, montada no Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, com um público anual estimado em 75 mil pessoas.

vii. Contribuição para a criação de novas áreas protegidas:

- O projeto de pesquisa com o miqui-do-Sul (*Brachyteles arachnoides*), implementado em São Paulo e Paraná, definiu metas específicas para a criação de RPPN. Como resultado foram criadas duas RPPNs no entorno do PE Carlos Botelho: RPPN Parque Taquaral da Mata Atlântica, Capão Bonito Osmar Alves Baptista, com área de 51,4 hectares; RPPN Parque Rio das Pedras Capão Bonito, Osmar Alves Baptista com 47,5 ha. Além dessas duas novas áreas foi dado andamento à

regularização fundiária do Eco-parque Muriqui com vistas à criação de RPPN. A área conta com 100 ha e foi adquirida com apoio da IUCN Holanda.

- Os resultados sobre os levantamentos de flora realizados pelo projeto de conservação plantas de Cerrado foram apresentados ao MMA, ICMBio e Presidência da República para subsidiar tecnicamente a criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Esses órgãos de governo solicitaram uma nota técnica sobre o potencial produtivo de frutos do cerrado como uma das condicionantes para a criação da RDS. A UC foi criada outubro de 2015, ocupando uma área de 38.177 no Norte de Minas Gerais.
- Os resultados das pesquisas com o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*) subsidiaram a formulação da proposta de um novo Sítio Ramsar no Brasil. A proposta foi encaminhada ao MMA e aprovada por consenso em oficinas reunindo os principais gestores e pesquisadores atuantes na região da APA de Guaratuba. Em maio de 2017, dois anos e meio após a conclusão do projeto, foi anunciado o reconhecimento da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, área de 5.928 hectares inserida na APA Guaraqueçaba, como novo sítio Ramsar no Brasil.
- Os resultados da pesquisa com onça-pintada (*Panthera onca*) subsidiaram a criação do PE do Maturi em área de 1.230 ha, vizinha ao PE Rio do Peixe, melhorando a conectividade de habitat da espécie.
- Durante os levantamentos de campo dos papagaios de altitude realizados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a organização executora aproveitou os contatos com proprietários para estimular a criação de RPPN. Em agosto de 2016, o ICMBio regulamentou a criação da RPPN da Universidade de Passo Fundo em uma área de 32,2 ha. A Associação de Meio Ambiente (AMA), executora do projeto apoiado pelo TFCA, assumiu para si a missão de criar uma RPPN para os papagaios, realizando uma campanha de âmbito nacional e internacional para captar recursos financeiros e adquirir a área.
- As pesquisas com a abelha *M. capixaba* resultaram em parceria com o Instituto Brasileiro do Mar (Ibramar), ONG que atua em projetos de conservação na região serrana do Espírito Santo. Essa parceria teve como propósito a criação da RPPN Uruçú-Capixaba, para posterior replicação do trabalho com abelhas nativas apoiado pelo TFCA. A RPPN foi regulamentada pelos órgãos ambientais do Espírito Santo em março de 2016, com 4 ha, localizada no Município de Domingos Martins.
- No Ceará, a organização executora do projeto envolvendo o periquito-cara-suja (*Pyrrhura griseipectus*) produziu mil folders descrevendo o processo para a criação de RPPN. Os folhetos foram distribuídos às 97 propriedades rurais na Serra de Baturité visitadas durante a execução do projeto, em eventos e no Centro de Visitantes. Conforme registrado em relatórios do projeto, apesar da receptividade dos

proprietários, poucos retornaram demonstrando real interesse em criar suas reservas. A falta de conformidade da documentação dos imóveis em relação às exigências para à criação de RPPN foi apontada como principal entrave.

viii. Incidência em políticas públicas:

- Além de contribuir com o Plano de Ação Nacional de Conservação dos Papagaios (PAN Papagaios), o projeto com os papagaios de altitude apresentou aos órgãos ambientais de Santa Catarina proposta para criação do Corredor Ecológico Papagaios-de-Altitude, envolvendo 39 municípios do sul e sudeste do estado.
- O projeto com a abelha Uruçú-preto (*Melipona capixaba*) protocolou perante o Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA) a proposta de elaboração do Plano Estadual de Ação para a conservação da espécie. O projeto também contribuiu na preparação de minuta de Instrução Normativa para regulamentar o uso da fauna de abelhas no Espírito Santo. O andamento do processo depende de autorização superior do Secretário de estado do Meio Ambiente, e isso não aconteceu até o encerramento do projeto.
- As pesquisas com o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) identificaram novas áreas de distribuição da espécie na bacia do rio Araguari, parte delas consideradas para a instalação de quatro unidades de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na bacia do rio Araguari. A instalação dessas PCH é conflitante com a presença do pato-mergulhão, sendo uma ameaça à conservação da espécie que já está criticamente ameaçada de extinção. Com o propósito de incidir na agenda dos tomadores de decisão, a organização executora do projeto lançou a campanha “*Decisão Consciente*” para divulgar informações sobre o pato-mergulhão, e apresentou os resultados da pesquisa em reuniões do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), em reuniões técnicas com a Coordenação Regional do ICMBio - Núcleo Lagoa Santa e palestras para a Câmara de Vereadores. Um dos desdobramentos foi a realização do estudo intitulado “*Avaliação Ambiental Integrada da bacia do rio Araguari*”.

ix. Dificuldades de coordenação com os órgãos ambientais:

- Apesar dos bons resultados dos projetos, foram identificadas algumas dificuldades na relação com os órgãos ambientais. A lentidão na tramitação de solicitação de autorizações de pesquisa e autorizações para a reintrodução de espécies foram algumas das dificuldades apontadas.
- Outro aspecto levantado foi relacionado às parcerias, tão necessárias para a boa execução dos projetos e posterior internalização pelos órgãos ambientais. De um modo geral as organizações executoras registraram dificuldades para conseguir a adesão de órgãos ambientais às iniciativas. A falta de pessoal nos órgãos ambientais estaduais foi apresentada como justificativa.

x. TFCA contribuiu para alavancagem de recursos:

- Conforme as informações levantadas no questionário aplicado nesta avaliação e registros dos relatórios finais dos projetos, todas as sete organizações apoiadas conseguiram captar novos recursos e dez estavam em processo negociação. Cabe destacar que, com exceção do projeto de controle do javali e o projeto de reintrodução do bicudo, os demais envolveram iniciativas nas quais as organizações proponentes já tinha acúmulo e expertise, facilitando a captação de novos recursos.
- O Cento de Visitantes do Periquito-cara-suja, construído com o apoio do TFCA, recebeu apoio do Serviço Social do Comércio (SESC) do Ceará para continuar remunerando os dois monitores que trabalham nesse espaço.
- Empresas do setor de papel e celulose se interessaram em oferecer apoio para dar continuidade e ou fazer o monitoramento de populações de muriquis-do-sul em área de floresta nativa dessas empresas.
- Os resultados do projeto de manejo sustentável de espécies florestais do Cerrado qualificaram a Embrapa Cenargen para aprovar um projeto mais abrangente financiado pelo *Global Environment Facility* (GEF).

xi. Limitações que comprometem a sustentabilidade dos resultados:

- Em relação à sustentabilidade dos resultados, a área de monitoramento populacional de espécies ameaçadas é a mais sensível. O monitoramento é o que permite verificar a eficácia das ações de conservação adotadas e identificar alertas de espécies impactadas pelo uso do território.
- O apoio do TFCA possibilitou a realização de censos e monitoramento populacional que forneceram dados importantes para aperfeiçoar Planos de Ação para a conservação de várias espécies. Todavia, se faz necessário estruturar arranjos de financiamento que possibilitem a realização contínua do monitoramento, pelo menos para os Planos de Ação existentes.
- Outro aspecto levantado pelos projetos apoiados foi a falta de estrutura adequada nas UCs (pessoal e recursos para a fiscalização, regularização fundiária, entre outras), fato que compromete a proteção e a conservação das espécies. Como exemplo cabe mencionar que a falta de estrutura de proteção em Parques Nacionais do Cerrado, levou à decisão de realizar a reintrodução do bicudo (*Sporophila maximiliani*) em uma RPPN do interior de SP.

De todo modo, as evidências apontam que os projetos apoiados geraram informações qualificadas para a conservação da biodiversidade. Três dos projetos apoiados pelo TFCA estiveram entre as sete iniciativas agraciadas na edição 2017 do Prêmio Nacional da Biodiversidade: “*Programa de conservação do cervo-do-pantanal*”, executado pelo

Núcleo de Pesquisa e Conservação de Cervídeos, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); “*Dois papagaios ameaçados da Floresta com Araucárias: um esforço de conservação comum*”, executado pela Associação dos Amigos do Meio Ambiente (AMA) em parceria com a Universidade de Passo Fundo (UPF); e “*Projeto Periquito Cara-Suja*”, executado pela Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos (Aquasis).

Portanto, as informações analisadas nesta avaliação indicam que os efeitos resultantes são **muito satisfatórios** e que o Programa TFCA ofereceu uma contribuição importante para o aperfeiçoamento de estratégias de conservação de espécies nativas de fauna e flora em situação crítica de conservação.

3.2.3. Manejo da Paisagem

Nesta linha temática foram aplicados cerca de R\$13 milhões, beneficiando 30 projetos na área de restauração e manejo sustentável (Anexo 7). Quatro projetos foram implementados na Caatinga, sendo três deles com ênfase no manejo florestal madeireiro e não-madeireiro e outro projeto voltado ao fortalecimento de cadeia produtiva. No Cerrado foram executados cinco projetos, quatro deles voltados a cadeia produtivas. Na Mata Atlântica foram executados 21 projetos, sendo nove voltados à restauração, sete envolvendo a implantação de SAFs e quatro em cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Um dos projetos de restauração não foi concluído. A seguir são apresentados os principais resultados em cada área temática.

3.2.3.1. Restauração de Áreas Degradadas

Nesta área temática foram apoiados 11 projetos, sendo que oito deles tiveram como foco a restauração de áreas degradadas em propriedades rurais e em UCs, sobretudo em APPs. Os projetos de restauração com finalidade ambiental *strictu sensu* foram todos executados em regiões da Mata Atlântica, sendo três deles no estado de São Paulo, dois no Rio de Janeiro e os demais em localidades do Paraná, Minas Gerais e Bahia. O único projeto executado no Cerrado trabalhou a recuperação da mata ciliar por meio da implantação de SAFs para a produção de alimentos e geração de renda. Parte dos projetos envolveu parcerias com Universidades para a realização de pesquisas e estudos para incidência em políticas públicas. Os principais resultados identificados foram os seguintes:

- i. Áreas de restauração implantadas, sendo necessário mais tempo para verificar os efeitos:**
 - Os modelos de restauração adotados variaram entre os projetos, incluindo modelos mais simples de cercamento e abandono para a regeneração natural até modelos com plantio de mudas em toda a área. A compilação de dados disponíveis nos relatórios

indica que pelo menos 150 ha receberam técnicas de restauração, dos quais 80% em propriedades privadas de agricultores, ocupando parcelas variando de 0,1 a 2 hectares.

- O curto prazo de execução dos projetos impossibilitou que as organizações executoras consolidassem dados conclusivos sobre o impacto das intervenções. Observações feitas nas visitas de campo a três dos projetos indicaram que os resultados dessas intervenções estão condicionados por um conjunto de fatores que vai além do bom manejo da técnica de restauração adotada.
- O projeto visitado em Minas Gerais, executado pelo Instituto Xopotó, foi formulado contando com benefícios a serem pagos aos agricultores pelo governo do estado por meio do Programa Bolsa Verde. A não implementação desse programa gerou desmotivação nos produtores, afetando as metas previstas no projeto. Em vez de 60 proprietários, o Instituto conseguiu a adesão de apenas 14 propriedades para as quais elaborou planos de regularização ambiental e implantou técnicas de restauração. O desenho das áreas para a proteção das nascentes nem sempre foi o mais adequado, ficando sujeito à disponibilidade de área do produtor e a negociações entre vizinhos. Mesmo ficando abaixo da meta esperada, estima-se que proteção das nascentes nessas propriedades irá beneficiar aproximadamente 180 pessoas em 57 propriedades rurais adjacentes.
- No Sul da Bahia foram implantadas práticas de restauração em 51,8 ha de áreas degradadas, situadas em áreas de grandes fazendas e pequenos proprietários. O modelo utilizado foi cercamento associado ao plantio de mudas de espécies nativas produzidas no viveiro da Organização de Conservação de Terras (OCT), executora do projeto, com adubação e manutenção pós-plantio. Durante a visita de campo verificou-se que, três anos após o plantio das mudas, parte das áreas já apresentava boa cobertura de árvores. Os custos de implantação e manutenção foram financiados pelo projeto, mas após o encerramento, a falta de compromisso de alguns produtores em dar continuidade à manutenção das áreas, especialmente grandes proprietários, afetou o desenvolvimento das mudas.
- Dados do relatório do projeto executado em UC no Paraná pela Sociedade de Proteção da Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) confirmam a elevada demanda de manutenção para que a restauração seja exitosa. Nos 12 ha restaurados foram plantadas 25 mil mudas. A erradicação da braquiária, espécie dominante no ambiente local, ocorreu dois anos e meio após a primeira intervenção nas áreas, graças ao emprego intensivo de mão-de-obra para controle da gramínea. Nas condições locais foram necessárias seis operações de manutenção para cada plantio.
- Em termos de resposta na vegetação, o modelo implantado em Goiás pela Rede Terra, apresentou bons resultados. A opção de trabalhar a recuperação das áreas por meio de SAFs produtivos, com fomento para pequena estrutura de irrigação, executado em

estreita parceria com os produtores e associado com a comercialização da produção mostrou-se um arranjo eficaz. A meta de 20 propriedades foi superada, sendo beneficiadas 24 propriedades de agricultores familiares. Na ocasião da visita apenas uma das propriedades apresentava problema no desenvolvimento da SAF devido à estiagem. Os agricultores entrevistados declararam sua satisfação com a SAF e em razão disso vem ampliando as áreas por conta própria. Alguns deles afirmaram ter como meta repor a cobertura florestal de 100% da propriedade por meio de SAFs.

ii. **Geração de conhecimento na área de restauração florestal:**

- Parte dos projetos teve como foco pesquisas para o desenvolvimento e avaliação de modelos de restauração florestal. No âmbito do projeto executado pelo Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN) nos estados de Pernambuco e Paraíba foram instaladas as primeiras parcelas de monitoramento de áreas em processo de restauração na região biogeográfica da Floresta Atlântica ao Norte do Rio São Francisco. Essa é uma pesquisa de longo prazo cujos resultados serão consolidados futuramente.
- No projeto executado pela Crescente Fértil foram realizados estudos visando à recuperação ambiental da Sub-bacia do Rio Sesmária, no Rio de Janeiro. O diagnóstico incluiu mapeamento de solos, levantamentos fitossociológicos e socioeconômicos. Os resultados foram sistematizados no documento *“Recuperação Ambiental da Sub-bacia do Rio Sesmária – Diagnóstico Físico e Socioambiental e Implantação de Unidades Demonstrativas”*.
- O Instituto Xopotó elaborou o estudo *“Fragmentos Florestais Remanescentes na Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó: indicação de Áreas Prioritárias para Conservação”*.
- A SPVS estabeleceu parcerias com pesquisadores da Rede Brasileira de Restauração Ecológica (Rebre) para conduzir pesquisas nas áreas restauradas. Os temas tratados incluíram os efeitos do solo sobre a vegetação, capacidade de sequestro de carbono, relação com polinizadores, entre outros. As pesquisas envolveram pelo menos cinco teses de doutorado, gerando publicações em periódicos científicos. Os dados levantados nas áreas restauradas e a revisão de literatura foram consolidados em um protocolo para o desenho de projetos de restauração, considerando estratégias diferenciadas para cada uma das tipologias vegetais existentes no litoral, sobretudo para as florestas. As atividades de pesquisa foram associadas com três cursos de restauração, capacitando 63 pessoas.
- O projeto executado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) teve como foco as atividades de pesquisa. O principal produto do projeto foi a produção do *“Atlas do Sistema Cantareira”* lançado em abril de 2017, contendo informações geoespaciais

em alta resolução sobre o uso do solo, a hidrografia, o relevo e os remanescentes de Mata Atlântica. Um capítulo traz a sistematização da legislação que incide sobre as atividades de restauração. Parte das informações que constam no Atlas foram produzidas com o apoio do TFCA.

- Outra pesquisa realizada pelo IPE envolveu a análise de custos de modelos de restauração. Os resultados mostraram uma variação de 600% entre o modelo de menor intervenção, que apenas cerca o perímetro da área, estimado em R\$ 4.267,00, e o modelo de restauração florestal com sombreamento ou “plantio total”, com custo de R\$ 23.956,80. Essas análises oferecem aportes para formular políticas e instrumentos econômicos que permitam dar escala aos projetos de restauração.
- iii. **Criação de estruturas para garantir o abastecimento de sementes e mudas associadas à geração de renda:**
- A existência de viveiros de mudas regularizados é um elemento importante na cadeia de suporte à restauração, sendo objeto de trabalho de alguns projetos. Atividades de capacitação para coleta de sementes e produção de mudas resultaram na certificação de quatro viveiros pelo Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem), conformando a rede de viveiros do Vale do Ribeira. Até a conclusão do projeto executado pelo Idesc, os viveiros tinham comercializado mais de 60 mil mudas na região, com faturamento estimado em R\$ 60 mil. Consultas realizadas no período desta avaliação verificaram que desde o término do projeto a rede cresceu e agregou novas parcerias, contando atualmente com 23 viveiros de base familiar.
 - O projeto executado no Rio de Janeiro pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) assessorou sete viveiros para a elaboração de planos de negócio. Cinco deles foram regularizados no Renasem. O fortalecimento dos viveiros viabilizou o trabalho de restauração previsto no projeto apoiado pelo TFCA, criando as bases para novos projetos que estão sendo implantados atualmente com o apoio de outros financiadores. A organização dos viveiros aumentou a oferta de mudas e gerou demandas de pesquisa para a Embrapa. Além dos viveiros, a AMLD formalizou parceria com o ICMBio para reforma e uso de câmara fria existente na REBIO Poço das Antas, acompanhada da marcação e georreferenciamento de 1.200 matrizes para coleta de sementes.
- iv. **Incidência em políticas públicas:**
- No município de Presidente Bernardes (MG), sede de uma das comunidades que teve áreas restauradas, a articulação do Instituto Xopotó com a prefeitura, somada à crise hídrica existente nas áreas rurais e urbanas do município, estimulou o poder público local a buscar recursos para ampliar o projeto de restauração para outras comunidades do município, conforme declaração em entrevista realizada com o Secretário de

Agricultura e Meio Ambiente. A dificuldade dos pequenos municípios em acessar recursos foi apontada como a principal limitante para dar continuidade imediata às atividades de restauração. Além das ações com prefeituras, o Instituto Xopotó tem assento no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e tem buscado incidir na agenda do CBH-Doce e no planejamento da Fundação Renova, instituição criada para gerenciar as ações de compensação nas regiões impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, situada em Mariana, Minas Gerais.

- A Prefeitura de Ibirapitanga (BA) disponibilizou R\$90 mil para replicar no município a experiência piloto de PSA implementada pela OCT com recursos da Fundação Odebrecht. O programa permitirá a ampliação das atividades de restauração para outras localidades de maneira associada com um instrumento econômico de fomento.
- O CEPAN produziu um estudo jurídico sobre as principais políticas públicas florestais, gerando recomendações para atualização e regulamentação do marco legal dos Estados da PB e PE. No âmbito do projeto apoiado pelo TFCA foram realizadas oficinas reunindo representações de diversos setores, levando à criação de Grupos de Trabalho (GT) para tratar da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para a elaboração do Plano de Regularização Ambiental (PRA). Fruto desse processo, em 2017 o Governo do Estado de Pernambuco publicou decreto instituindo o PRA, contemplando na norma a recuperação de áreas degradadas.
- A SPVS participou em diferentes espaços de discussão sobre restauração, incluindo eventos internacionais organizados pelo Programa de Restauração da Paisagem da IUCN e pelo *World Resources Institute* (WRI). No Brasil, a organização participou do evento “*Iniciativa BNDES Mata Atlântica*”, o qual reuniu representantes da academia, governo, empresas e ONGs. Como desdobramento da participação nesse evento, a SPVC contribuiu diretamente na elaboração do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).

As evidências analisadas indicam que o suporte oferecido pelo TFCA contribuiu para fortalecer ou consolidar iniciativas em curso, abrindo oportunidades para captação de novos recursos para dar continuidade às ações na área de restauração e instalação de novas áreas. Apenas uma das instituições interrompeu as atividades após a conclusão do projeto.

Como as ações de restauração não oferecem resultados no curto prazo, não é possível, nesta avaliação, verificar os efeitos em termos de quantidade de área efetivamente recuperada. Dificuldades com a adesão de produtores, prejuízos causados pela estiagem, incêndios e a falta de manutenção de áreas instaladas foram alguns dos problemas que afetaram o pleno alcance de resultados pelos projetos. Desse modo, considera-se que os resultados alcançados nesta linha temática foram **parcialmente satisfatórios**.

3.2.3.2. Manejo florestal sustentável

Esta área temática contemplou três projetos, todos no Bioma Caatinga, sendo aplicados R\$1,4 milhões. Dois dos projetos, implantados em assentamentos de Pernambuco e da Paraíba, tiveram como foco o manejo florestal madeireiro. O terceiro projeto, implementado no Rio Grande do Norte, foi voltado ao manejo de produtos florestais não-madeireiros. Os principais resultados foram os seguintes:

i. Ampliação do número de planos de manejo sustentável na Caatinga:

- A Associação Plantas do Nordeste (APNE) é referência em manejo florestal na Caatinga. O projeto apoiado pelo Programa TFCA contribuiu para irradiar e aperfeiçoar a proposta de manejo desenvolvida pela APNE para assentamentos de reforma agrária, ampliando e dando continuidade a ações que já vinham sendo desenvolvidas desde 2006 por meio de parcerias com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB).
- A área total com projetos de manejo florestal sustentável foi de 42.061,96 ha, envolvendo 4.062 famílias. Desse total, 4.328,04 ha (10.3%) foram apoiados pelo Programa TFCA nos estados da Paraíba e Pernambuco, envolvendo 398 famílias. Desse total, a APNE foi responsável por planos de manejo abrangendo 1.444,60 ha e 77 famílias. Os resultados foram sistematizados e disseminados em diferentes formatos, com destaque para a segunda edição da publicação “*Estatísticas Florestal da Caatinga*”, publicada em agosto de 2015 em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro.
- Na Paraíba, a SOS Sertão trabalhou de forma coordenada com a APNE, aplicando a mesma abordagem. O foco do projeto foi apoiar a regularização de planos de manejo já autorizados, realizando CAR de nove unidades produtivas. A desistência de três assentamentos impossibilitou ampliar a proposta de manejo para três novas áreas, como havia sido previsto no projeto.

ii. Desenvolvimento de abordagens participativas para a extensão florestal

- A APNE desenvolveu uma proposta de extensão florestal por meio da capacitação de agentes multiplicadores de manejo florestal das próprias comunidades. Essa abordagem contribuiu para maior apropriação das técnicas de manejo por parte dos agricultores, sendo uma alternativa para reduzir custos e diminuir a demanda de assessoria externa de engenheiros florestais.

iii. Geração de conhecimento sobre a biodiversidade da Caatinga

- Nas áreas manejadas a APNE implantou parcelas para monitoramento de longo prazo dos impactos do manejo sobre a vegetação.

- A Fitovida realizou levantamento de 35 espécies de interesse das comunidades e dos parceiros do projeto. Estas espécies foram coletadas e identificadas do ponto de vista botânico e amostras dos materiais coletados foram enviados para o Herbário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

iv. **Benefícios ambientais e econômicos do manejo florestal sustentável:**

- Durante as visitas de campo, os agricultores entrevistados afirmaram que a implantação do plano de manejo levou à uma redução do uso do fogo e desmatamento, contribuindo na melhor conservação da Caatinga, conforme atestam alguns dos depoimentos: "*O manejo foi uma novidade. Antes era foice e fogo. E o pior é a falta de água que veio junto*" e "*Eu já tirava lenha. Aí decidi entrar na proposta de manejo. Se eu não tivesse feito assim hoje não teria mais lenha para tirar. Tinha se acabado tudo.*"
- Com a prolongação dos períodos de estiagem, os agricultores afirmaram que a área de manejo florestal se tornou a única fonte de renda monetária das famílias. A falta de chuvas no semiárido brasileiro vem afetando tanto os roçados quanto a produção animal. Desse modo, o manejo florestal nos assentamentos se mostrou como atividade potencial para o enfrentamento das mudanças climáticas, conforme atesta um dos depoimentos "*A nossa sorte foi ter entrado para o manejo. Com seis anos de seca foi o que salvou. Quem só tinha gado perdeu tudo e ficou devendo para o banco*".
- O projeto executado pela SOS Sertão incluiu uma pesquisa de mestrado que analisou o grau de satisfação dos produtores⁹. Os dados obtidos indicaram que os valores anuais recebidos pelas famílias com plano de manejo florestal ficaram entre R\$500,00 e R\$12.150,00, dependendo do estoque de madeira disponível. De um modo geral, o trabalho florestal remunerou melhor os agricultores do que a venda de mão-de-obra para terceiros, com um valor diário médio de R\$68, enquanto o valor máximo da diária de trabalho na região é de R\$40,00. A mesma pesquisa indicou que o manejo garantiu a manutenção da cobertura florestal em 61% da área dos assentamentos.
- No caso do projeto com espécies florestais não-madeireiras, os resultados foram comprometidos pela longa estiagem. A Fitovida realizou os diagnósticos e capacitações nas comunidades. Além disso, aprovou como interveniente perante o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) a autorização para a parceria com a empresa MAPRIC, regularizando o trabalho com 80 espécies de plantas. A empresa fez visita a uma das comunidades e acertou uma compra de arnica. Todavia, a estiagem prejudicou os plantios e o projeto não foi a frente.

⁹ GARLET, A. (2015). O manejo florestal comunitário da caatinga em projetos de assentamentos rurais na Paraíba. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias Campus Macaíba. Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais.

v. **Falta de capacidade institucional dos órgãos ambientais para dinamizar o manejo sustentável da Caatinga:**

- Falta de estrutura dos órgãos de controle para responder oportunamente às solicitações de licenciamento de planos de manejo e de autorizações de corte retardou o andamento do manejo das áreas. A aprovação das solicitações de corte pode demorar de dois meses a um ano. A falta de pessoal e os ritos burocráticos dos processos internos são alguns dos entraves apontados pelas organizações de assessoria para a obtenção das autorizações.
- Dificuldade dos agricultores em obter o Documento de Origem Florestal (DOF) por falta de infraestrutura de internet local, dificultando as operações de venda da lenha produzida nas áreas com plano de manejo. Isso fica ainda mais complicado na ausência de acompanhamento técnico. Um dos assentamentos acompanhados pela APNE teve as ações descontinuadas após encerramento do projeto. A não obtenção da DOF paralisou as atividades de exploração da área destinada ao manejo sustentável, com impacto direto na renda das famílias, como atesta um dos agricultores entrevistados: *“Com a parada do manejo só resta trabalhar fora a R\$40,00 por dia. Antes quando tinha o manejo era melhor. A gente trabalhava em casa mesmo. Eu tirava 4 a 5 metros de lenha no machado ou até 10 m com motosserra, vendendo o metro a R\$23,00. Isso dava uma renda melhor, sem falar que não precisava trabalhar de sol a sol.”*
- A falta de fiscalização da lenha obtida ilegalmente acaba restringindo o mercado para a lenha originada de áreas com planos de manejo. Como não há fiscalização, não há interesse de usuários de lenha em adquirir lenha legalizada, pois isso pode revelar a quantidade de lenha ilegal que está sendo comprada, expondo a empresa. A falta de compradores desestimula os produtores a adotarem planos de manejo sustentável. A crise econômica e seus impactos sobre os setores industriais usuários de lenha agravam ainda mais essa situação, uma vez que a lenha não-manejada apresenta menor custo.
- O custo da certificação de lenha oriunda de plano de manejo sustentável é muito elevado, inviabilizando a sua implementação em projetos conduzidos em assentamentos.
- Falta de serviços contínuos de ATEF nos órgãos de extensão rural. Mesmo nas localidades que contam com engenheiro florestal na equipe, não há programas de manejo florestal sustentável estabelecidos. Isso limita o ganho de escala no que vem sendo desenvolvido pela APNE. A necessidade de contratação de serviços privados para a preparação do plano de manejo inviabiliza a atividade para os agricultores com pouca capacidade financeira.

- A alta rotatividade de gestores em órgãos públicos que formulam e gerenciam políticas para o setor, tanto em nível federal como estadual, dificulta que a proposta de manejo florestal sustentável seja internalizada pelos órgãos públicos.

A forte estiagem que atingiu o semiárido no período de execução dos projetos afetou o alcance de parte dos objetivos. De todo modo, cabe destacar que o projeto desenvolvido pela APNE foi bastante exitoso e garantiu a preservação de 4 mil ha de Caatinga. Recursos aprovados pela Caixa Econômica possibilitaram dar continuidade ao acompanhamento de nove assentamentos em Pernambuco. No Sergipe, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Sergipe contratou a APNE para multiplicar no estado o modelo de manejo florestal implementado em Pernambuco com apoio do programa TFCA.

Portanto, mesmo diante das contingências citadas, a boa performance do projeto executado pela APNE permite afirmar que os resultados dessa área temática foram **satisfatórios**.

3.2.3.3. Sistemas agroflorestais

Nessa área temática foram aplicados 3,3 milhões, apoiando sete projetos, todos eles no Bioma Mata Atlântica. A implementação dos projetos contribuiu para capacitar agricultores em técnicas de manejo agroflorestal, criação e regularização de viveiros, instalação de áreas de SAF, gerando benefícios econômicos e ambientais. Os principais resultados dos projetos foram os seguintes:

i. Ampliação e diversificação de áreas manejadas com SAFs:

- No projeto executado pela ASPTA no Rio de Janeiro, foram elaborados três dos cinco CAR previstos para a regularização de áreas agroflorestais conforme normativa estadual. Foram projetos individuais de composição das espécies para 20 unidades de SAFs. O modelo de sistema adotado priorizou o plantio de espécies frutíferas visando à geração de renda. A ocorrência de estiagem e dificuldade de obtenção de mudas das espécies selecionadas levaram ao atraso na implantação das áreas, mas até o final do projeto foram implantados quatro viveiros para produção de mudas.
- O projeto executado pelo Centro Ecológico (CE) no Rio Grande do Sul envolveu a diversificação de SAFs já existentes, com o propósito do aumento de plantio da palmeira juçara (*Euterpe edulis*). As atividades de capacitação realizadas envolveram 490 pessoas. O CE também assessorou os agricultores no processo de registro das áreas perante o órgão ambiental estadual. Como resultado, foram criados novos grupos de produção agroecológica, ampliando a rede de produtores ecologistas que o CE assessorava. Parcelas permanentes foram instaladas em 16 áreas de SAF para

acompanhar a evolução dos sistemas em termos da composição florística, produção de biomassa e retenção de carbono.

- A Cooperafloresta estendeu o trabalho para outras localidades além do território que atua diretamente. A área de atuação da Cooperativa já contava com 250 ha de agroflorestal e outros 500 ha em processo natural de regeneração florestal, enriquecidas com 1.500.000 de mudas de árvore. Outros 116 ha com novas áreas de SAFs foram implantados, sendo 32 ha envolvendo associados da Cooperafloresta e outros 84 ha em outras localidades nas quais a Cooperafloresta prestou assessoria. As atividades de capacitação executadas ao longo do projeto envolveram cerca de 2.800 pessoas, sendo formados 50 agentes multiplicadores de SAFs. O trabalho de extensão florestal resultou na criação da *Coordenação Interinstitucional de Agrofloresta do Litoral do Paraná*, reunindo representantes de diversas instituições que atuam e apoiam a agrofloresta no litoral do Paraná. Parcerias com o ICMBio e a EMBRAPA Florestas facilitaram o monitoramento de todo o processo e a produção de pesquisas científicas nas áreas manejadas.
- A Cooperafloresta colaborou diretamente com o Centro Dom Helder que também executou um projeto apoiado pelo TFCA no Assentamento Mario Lago, em Ribeirão Preto (SP). No conjunto foram implantados 45,3 hectares de SAFs, envolvendo 219 pessoas nas atividades de capacitação. Outros 40 hectares de Reserva Legal foram recuperados com o plantio de SAFs, priorizando espécies florestais nativas. Para contornar os problemas de falta de água devido à estiagem, a instalação das áreas foi acompanhada de um *kit* de irrigação por gotejamento com capacidade de irrigar 500m² por gravidade, a partir de uma caixa d'água alocada a pelo menos 1,50 m de altura. Durante a visita a este projeto foi possível verificar o bom desenvolvimento da cobertura florestal, contrastando com a área de entorno de monoculturas de cana. A perspectiva dos assentados é ampliar as áreas agroflorestais nas áreas de Reserva Legal e assim cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta que prevê o reflorestamento de 35% dessas áreas.
- No sul da Bahia, a OCT implantou 10 hectares de SAFs em áreas alteradas em propriedades de agricultores familiares da região da APA do Pratigi. Esta foi a primeira ação mais sistemática da OCT para promover os SAFs. Foram definidos cinco modelos de SAF, com 40 a 90% de cacau, conforme o interesse da família. Durante a visita a este projeto, os produtores manifestaram satisfação sendo que alguns estão ampliando as áreas por conta própria. Parceria da OCT com instituições de ensino da região possibilitou implantar o monitoramento de longo prazo das áreas. Além dos SAFs, foram elaborados planos ambientais de 45 propriedades. Dados sobre a experiência foram apresentados no Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais realizado em 2013.

- Também na Bahia, a ONG Terra Viva implantou 93 ha de SAF envolvendo 13 comunidades. Os SAFs foram implantados em áreas degradadas nas cabeceiras de nascentes, quintais familiares, áreas de café e banana em monocultivos, cabruças de cacau atacados pela vassoura de bruxa e áreas degradadas pela criação de bovinos. As parcelas variaram de 0,3 hectares até 4,7 hectares. As informações com os resultados foram sistematizadas em uma revista da organização e amplamente divulgada.

ii. Acesso a Mercado:

- A ampliação do acesso ao mercado institucional do PAA e PNAE foi objeto de ação da maior parte dos projetos. A AS-PTA ofereceu assessoria aos grupos de produtores e foram preparados 10 projetos de venda, dos quais cinco foram contratados pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. As vendas totalizaram cerca de R\$ 50.000,00. A dificuldade de acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento exigido para ter acesso a compras governamentais, foi o principal entrave para os agricultores conseguirem acesso aos programas.
- Além do mercado institucional, as organizações também trabalharam na diversificação de mercados. O projeto executado pela AS-PTA contribuiu na organização da Feira Agroecológica da Freguesia, uma das 15 feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Além disso, foi dado acompanhamento à gestão de outras nove feiras locais nos municípios de abrangência do projeto, das quais cinco contam com a participação de agricultores que residem no entorno de UCs da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
- No Assentamento Mário Lago, a produção diversificada de SAFs permitiu organizar um sistema de cestas semanais e uma feira na entrada do assentamento. Desse modo, os SAFs passaram a contribuir diretamente com maior oferta de alimentos produzidos localmente para os habitantes da área urbana de Ribeirão Preto, sendo comercializadas semanalmente cestas agroflorestais para 80 famílias, com uma lista de mais de 70 espécies oferecidas ao longo do ano. Atualmente, as cestas escoam entre 10 a 20% da produção dos SAFs. O Centro Dom Helder está trabalhando para regularizar a certificação orgânica, o que ampliará as possibilidades de comercialização e a renda das famílias.
- O projeto executado pelo CE viabilizou melhorias na identidade visual e na divulgação dos produtos e espaços de comercialização. Foram realizadas análises de 18 amostras de polpa de açaí de juçara e butiá, sendo que os resultados das análises microbiológicas ficaram dentro dos padrões de qualidade exigidos.
- Na Bahia, o projeto executado pela OCT facilitou a certificação de 17 agricultores familiares com o selo *Rainforest Alliance Certified – RAC*, sendo os primeiros a receber este certificado no país. A articulação com a Rede Povos da Mata,

credenciada pelo Ministério da Agricultura para a certificação participativa de orgânicos, abriu mais possibilidades para os agricultores. Com a certificação, os agricultores passaram a receber mais pelos produtos. No caso do cravo, o preço subiu de R\$14,00 para R\$20,00 por quilo.

A revisão documental e as visitas de campo a dois dos projetos indicam que os mesmos apresentaram boa performance. A ocorrência de estiagem e particularidades das comunidades em alguns dos projetos comprometeram o ritmo dos trabalhos, especialmente para duas organizações que não tinham experiência prévia no trabalho com SAF. Mesmo assim, os dados disponibilizados indicam que pelo menos 300 ha de SAFs foram implantados com o apoio do Programa TFCA.

Portanto, os resultados globais desta área temática são considerados **satisfatórios**. Como exemplo cabe destacar o projeto executado no Assentamento Mário Lago, objeto de matéria na Revista Globo Rural em maio de 2017. Com lotes de 1,5 ha, as famílias estão demonstrando como os SAFs são promissores para recuperar a cobertura florestal em curto espaço de tempo, contribuindo para a produção de alimentos e geração de renda.

3.2.3.4. Fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Nesta área temática foram apoiados nove projetos com a aplicação de R\$4,2 milhões, sendo quatro deles executados na Mata Atlântica, quatro no Cerrado e um na Caatinga. As ações apoiadas incluíram investimentos em infraestrutura, capacitação para a gestão e boas práticas de manejo e manipulação de produtos, acesso a mercados, sistematização e divulgação de informações sobre produtos da sociobiodiversidade.

Os projetos voltados à organização de cadeias produtivas trabalharam os seguintes produtos: farinha de mesocarpo e azeite de coco-babaçu (*Attalea speciosa*), semente de baru (*Dipteryx alata*), polpa de pequi (*Caryocar brasiliense*), farinha de jatobá (*Hymenaea* sp), polpa de juçara (*Euterpe edulis*), pinhão de Araucária (*Araucaria angustifolia*) e sementes florestais diversas. Os estudos e manuais de boas práticas produzidos com apoio do TFCA incluíram também outras espécies como a fava d'anta (*Dimorphandra* sp), gueroba (*Syagrus oleracea*), licuri (*Syagrus coronata*), jatobá-do-Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*) e piaçava (*Atalea funifera*). Os principais resultados identificados foram os seguintes:

i. Melhoria da infraestrutura de beneficiamento de comunidades locais:

- A maior parte dos investimentos foi direcionada à aquisição de equipamentos para melhorar a infraestrutura de processamento das comunidades. O projeto executado pela APA-TO viabilizou a contratação dos serviços de um engenheiro de alimentos para elaborar a planta e o memorial descritivo de uma unidade de extração de flocos e da fabriqueta de mesocarpo.

- No Ceará, o IESC investiu na aquisição de equipamentos e melhoria de ferramentas para a quebra do coco-babaçu. Foi criada uma unidade de referência em um galpão cedido por um particular com estrutura de corte e extração da amêndoa e instalada uma unidade de extração de azeite na sede do IESC. Os resultados da máquina não foram satisfatórios, mostrando-se inadequada para as condições locais. Por meio de parceria com o Instituto Federal do Ceará foi aperfeiçoada uma ferramenta para a quebra manual, a qual teve melhor aceitação das famílias. Cabe registrar que a forte estiagem que ocorreu durante o período de execução do projeto desmotivou as famílias, limitando os resultados dos investimentos feitos.
 - O projeto executado pelo IPEMA no litoral norte de São Paulo apoiou investimentos para a aquisição de equipamentos e melhoria das condições de infraestrutura de beneficiamento e armazenamento. Esses investimentos permitiram ampliar a capacidade de produção, subindo de 4 para 9 toneladas de polpa de juçara. A adequação da unidade favoreceu também o melhor armazenamento de outros produtos comercializados, como a mandioca, inhame, abobora e diversas frutas.
 - O projeto executado pelo ISA apoiou a instalação de um laboratório para análise de sementes comercializadas pela Rede de Sementes do Xingu (RSX). Para viabilizar o funcionamento do laboratório foi firmado convênio com a Universidade Estadual do Mato Grosso - Campus Nova Xavantina. A Rede desenvolveu estudos de quebra de dormência para 19 espécies com a contribuição de estudantes de programa de estágio vivencial da ESALQ/USP. As adequações feitas possibilitaram o registro da RSX perante o Renasem.
 - A Central do Cerrado obteve apoio do projeto executado pelo ISPN para a adequação sanitária das suas instalações, obtendo o alvará para processamento de alimentos. Isso conferiu maior agilidade às operações de logística na aquisição de produtos produzidos pelas comunidades locais.
 - O projeto executado pelo Instituto Marista de Solidariedade apoiou melhorias na infraestrutura de agroindústrias em três assentamentos de reforma agrária. Os investimentos melhoraram as condições para manipulação dos alimentos e as condições de trabalho, melhorando as condições para o acesso ao mercado. Os investimentos na melhoria de estrutura dos grupos de produção influenciaram o preço pago pelos atravessadores que subiu de R\$5,00 para R\$13,00 a caixa do pequi *in natura*. As organizações aderiram ao Cadastro de Empreendimento Econômico Solidário (CADSOL).
- ii. Melhoria na qualidade e na apresentação dos produtos:**
- A APA-TO capacitou 53 quebradeiras de coco de nove núcleos produtivos em boas práticas para coleta e fabricação de mesocarpo. Nesse processo foram construídos

acordos para adoção das boas práticas para produção do azeite artesanal e processamento do mesocarpo, os quais foram sistematizados e disseminados. Além disso foram realizados investimento para melhorar a apresentação e divulgação dos produtos, com a criação de marca e rótulos e elaboração de um livro de receitas de babaçu para exposição nos pontos de comercialização. Essas iniciativas contribuíram para melhorar a visibilidade dos produtos do babaçu, favorecendo a abertura de novos mercados.

- A parceria firmada entre o IPEMA e a Vigilância Sanitária da Prefeitura de Ubatuba contribuiu para melhorias nos processos de produção de polpas e demais produtos, credenciando os agricultores para a participação em programas de compras governamentais.
- No Mato Grosso do Sul foram realizadas capacitações dos grupos produtivos para adoção de boas práticas na manipulação de produtos. A parceria entre o Instituto Marista, executor do projeto, e Laboratório de Tecnologias de Alimento da UFMS facilitou o monitoramento da produção. Foram realizadas análises microbiológicas de amostras dos lotes produzidos pelas agroindústrias apoiadas pelo projeto, sendo todos aprovados. Os conteúdos tratados nas capacitações foram consolidados no “*Manual de Boas Práticas do Pequi*” lançado no final do projeto. Além disso, foram realizados investimentos na identidade visual e nas embalagens da polpa de pequi e de outros produtos do extrativismo produzidos pelas Associações, como a farinha de jatobá e a farinha de coquinho-azedo. Para as mulheres indígenas da Terra Indígena de Nioaque e Terra Indígena de Aquidauana foram produzidos cartões de visita e um rótulo para a Aldeia Cabeceira da TI Nioaque. A elaboração da proposta de identidade visual foi feita de forma participativa e cada organização escolheu *design* próprio.

iii. Ampliação e diversificação de mercados para produtos da sociobiodiversidade:

- O acesso ao mercado institucional foi o foco das ações do projeto executado pelo Centro Vianei em Santa Catarina. Foram elaborados 14 projetos para o PAA para a comercialização de 1000 toneladas, dos quais 30 toneladas foram de pinhão. As vendas para o PAA geraram uma receita de R\$2 milhões de reais para o total de 261 famílias de produtores, beneficiando cerca de 47 mil pessoas com as doações de alimentos. Além do PAA foram aprovados dois projetos para o PNAE no valor de 295 mil, beneficiando 19 famílias de agricultores. A divulgação do pinhão por meio da parceria com o *Slow Food* em eventos de gastronomia e produção de uma cartilha contribuíram para aumentar a demanda.
- No Tocantins, a APA-TO trabalhou na diversificação de mercados para os produtos do coco-babaçu. O levantamento do comércio local resultou em três acordos comerciais para a exposição dos produtos (azeite e carvão) nos mostruários de comércios dos municípios de São Miguel e Axixá. Foram organizados também pontos

de venda em cinco feiras. Em relação ao mercado institucional, foram realizadas vendas para escolas de Axixá e de Esperantina, totalizando 155 kg de mesocarpo. No caso do azeite foram comercializados 465 kg para o PAA. Para chegar aos contratos com o PNAE foi necessário investir na comunicação sobre os benefícios dos produtos e realizar cursos de capacitação com merendeiras. Além de folhetos e cartilhas, foi produzido o “*Livro de Receitas do Babaçu*” e o documentário “*Babaçu é Vida: uma experiência de comercialização dos produtos agroextrativistas*” com duração de 52 minutos. Outro desdobramento do projeto foi a articulação com outras organizações que atuam com o extrativismo do babaçu para discutir a formação de uma rede de agroindústrias de azeite e mesocarpo da região do Bico do Papagaio.

- Com a ampliação da área de produção e melhorias na capacidade de processamento, as 23 famílias beneficiárias do projeto executado pelo IPEMA tiveram uma receita bruta de R\$ 108.000,00 ou R\$4.695,00 por família. A comercialização foi viabilizada pela ampliação de seis novos pontos de venda em Ubatuba e Paraty. A capacitação das cozinheiras responsáveis pelo preparo dos alimentos foi um passo necessário para a inclusão da juçara na merenda escolar. As vendas para o PNAE permitiram diversificar a cesta de produtos, sendo comercializadas 78 toneladas de alimentos, gerando uma receita em torno de R\$ 495 mil para o grupo de 23 famílias. Ainda durante a execução do projeto foi observada a necessidade de diversificação dos produtos para contornar a sazonalidade na produção da juçara.
- O projeto executado pelo ISA contribuiu para melhorar o sistema de gestão da RSX, com benefícios para a comercialização. Entre 2013 e 2014, a comercialização de sementes gerou mais de meio milhão de reais para os coletores da Rede. Além dos benefícios econômicos, estima-se que a RSX contribuiu para a recuperação de 900 ha de áreas degradadas fornecendo sementes de mais de 200 espécies para plantios de florestas.
- No Mato Grosso do Sul, a IMS fez estudos para a prospecção de mercados e reuniões com potenciais compradores. Como resultado, a Associação de Mulheres do Monjolinho (AMAM) e o Grupo Produção sustentável do Baru fecharam parcerias com a Prefeitura Municipal de Anastácio para fornecer alimentos para a merenda escolar, incluindo pães enriquecidos com pequi, farinha de bocaiuva, jatobá e baru. Com a prefeitura de Anastácio foi firmado contrato para entregas trimestrais de 50kg de castanhas de baru. A cooperativa Cooperana, situada no assentamento Nova Aliança, renovou contrato com a empresa Biofrutas para a entrega de maracujá orgânico. O projeto também apoiou a instalação de um espaço permanente “Gosto do Cerrado” em Campo Grande, dentro da loja da Central de Comercialização de Economia Solidária.

- Os aprendizados e informações sistematizadas foram consolidados no “*Guia da Cadeia Produtiva do Pequi*”, a primeira publicação do gênero reunindo dados sobre o mercado do pequi no estado do Mato Grosso do Sul. A divulgação das iniciativas atraiu compradores locais que, antes do projeto, adquiriam pequi em outros estados. No ano de 2015, o grupo de mulheres da AMAM vendeu 1.300 caixas de pequi, gerando uma renda de R\$16.900,00. Desse modo, o projeto contribuiu para fortalecer a proposta do Corredor do Extrativismo, que passou a ser reconhecido como território de origem dos produtos da Cadeia do Pequi.

iv. Fortalecimento de organizações de base comunitária

- O projeto executado pela APA-TO na Região do Bico do Papagaio incluiu atividades de capacitação de lideranças das organizações das mulheres quebradeiras de coco-babaçu de nove localidades. Depois dos cursos, as coordenadoras dos núcleos replicaram os conteúdos em quatro localidades situadas na Amazônia.
- No Litoral norte de São Paulo, o projeto executado pelo IPEMA possibilitou retomar a articulação de uma antiga associação que estava paralisada e ampliar o número de famílias envolvidas na cadeia da juçara, subindo de sete para 33 famílias até a conclusão do projeto. Com o apoio do projeto a Associação obteve o Cadastro de Produtor Orgânico do MAPA, sendo reconhecida com Organização de Controle Social (OCS).
- O projeto executado pelo Instituto Socioambiental (ISA) na região do Parque Indígena do Xingu envolveu atividades de capacitação para a gestão da Rede de Sementes do Xingu (RSX) e estudos jurídicos para definir qual a melhor forma organizativa para dinamizar o empreendimento. Como resultado foi criada a Associação Rede de Sementes do Xingu. O projeto também apoiou a elaboração de plano de negócios e melhorias no sistema de gestão de informações da rede por meio da criação de banco de dados estruturado para facilitar a comunicação entre as casas de sementes e a emissão de relatórios gerenciais. Os acordos sobre gestão foram sistematizados em uma publicação.
- Além de atividades de capacitação apoiadas por técnicos e especialistas, o ISPN implementou um Programa de Assessoria entre Comunitários (PAEC), facilitando redes de conhecimento de saber tácito. Por meio do PAEC foram realizadas 15 assessorias entre comunitários, das quais seis foram com recursos do TFCA. Nesse processo foram capacitados 371 multiplicadores, envolvendo homens, mulheres, jovens e idosos. A metodologia adotada serviu para o intercâmbio de experiências e para promover maior articulação entre organizações que enfrentam problemas comuns.

- O projeto executado pelo Centro Vianeí em Santa Catarina para promover a cadeia produtiva do pinhão viabilizou a certificação da produção agroecológica de 132 produtores. O apoio do Programa TFCA permitiu garantir a assistência técnica necessária para alavancar o número de agricultores certificados, resultando na criação de uma Associação com personalidade jurídica própria para dar acompanhamento à certificação agroecológica. A Associação tem como proposta financiar seu funcionamento com taxas cobradas dos agricultores, um sistema inovador de operação que poderá servir de modelo para outras organizações de agricultores agroecológicos.
- Apenas um projeto implementado em Santa Catarina pela Associação Brotar e Crescer não teve êxito. Apesar de ter fomentado a criação de uma cooperativa e realizado investimentos de infraestrutura para desenvolver a cadeia da juçara, durante a avaliação foi verificado que a cooperativa não foi adiante e todas as ações foram paralisadas. Tudo indica que a falta de experiência da organização proponente levou à adoção de estratégias pouco efetivas, desconsiderando a falta de tecido social suficiente para conformar uma cooperativa.

v. Incidência em políticas públicas:

- A partir de trabalho de incidência perante o governo estadual, a RSX obteve isenção da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produção e comercialização de sementes e mudas florestais nativas com a finalidade de recuperação de áreas degradadas, decisão publicada por meio do Decreto número 1238 de 10/07/2012. A Rede também tem participação em diversos espaços que tratam de normas e políticas na área florestal.
- Tanto o ISP como o Instituto Marista foram parceiros da Anvisa no Projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (PIPSS) que resultou na edição da Resolução RDC 49/2013 com normas mais adequadas para os empreendimentos de pequena escala.
- O Instituto Marista buscou articular apoios de órgãos governamentais como Delegacia Federal do MDA, Superintendência Regional do Ministério da Agricultura, CONAB, Fundação do Trabalho do MS (FUNTRAB), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras parcerias. No campo normativo, o projeto organizou uma audiência pública para discutir a cadeia do pequi com a Assembleia Legislativa, a qual resultou em proposta de Projeto de Lei com medidas para a proteção do pequi. Em fevereiro de 2016 a Assembleia Legislativa aprovou o PL, mas o Governador vetou a proposta e a lei não entrou em vigor.

vi. Contribuição na conservação e manejo sustentável das espécies

- Os projetos contribuíram também na geração de informações visando o manejo sustentável das espécies. O Centro Vianei atuou de forma articulada com Universidades, Instituto Federal de Educação, buscando suporte científico para subsidiar a formulação de uma proposta de manejo da *Araucaria angustifolia* visando à produção de pinhão. As informações sistematizadas durante o projeto foram publicadas no manual intitulado “*Fazeres e Saberes no Manejo da Araucária no Planalto Serrano Catarinense*”.
- O IPEMA assessorou as comunidades locais na elaboração de planos de manejos da palmeira juçara (*Euterpe edulis*), todos protocolados nos órgãos ambientais competentes. A elaboração desses planos contou com parceria com pesquisadores do Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ-USP e da UNESP Botucatu. As atividades de plantio de juçara abrangeram outras localidades além das comunidades trabalhadas, com o plantio de 2571 mudas, totalizando uma área de 9,3 ha, envolvendo 76 produtores. A estiagem levou a perda de 40% das mudas.
- O ISPN produziu e disseminou cartilhas de boas práticas de extrativismo de espécies do Cerrado e da Caatinga: fava d’anta; gueroba; licuri; jatobá e cascas.
- O projeto executado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) teve como foco a produção de indicadores para o manejo sustentável das cadeias produtivas de Pinhão, Erva-Mate, Juçara e Piaçaba. O trabalho envolveu realização de oficinas nas regiões produtoras, contando com participação de agricultores, técnicos e pesquisadores envolvidos com essas cadeias. As informações levantadas para duas espécies foram publicadas ainda durante a execução do projeto no Caderno nº 43 do IA-RBMA “Construção participativa de diretrizes para o manejo sustentável do pinhão (*Araucaria angustifolia*) e no Caderno Nº 44 “Indicadores de sustentabilidade da Piaçava (*Atalea funifera*). As publicações foram lançadas nos Seminários da Semana da Mata Atlântica em 2014 e 2015, e estão disponíveis no site da instituição.

No conjunto dos projetos apoiados nesta linha temática, apenas dois apresentaram problemas na implementação. Os demais tiveram um bom desempenho, aproveitando o apoio do TFCA para fortalecer iniciativas em curso. Considerando que a consolidação de empreendimentos requer tempo superior ao de execução do projeto, pode-se afirmar que o apoio do TFCA contribuiu para que iniciativas em curso pudessem dar novos passos nessa direção, gerando resultados **satisfatórios**.

3.2.4. Projetos Comunitários

Nesta linha prioritária foram aprovados dois projetos na Mata Atlântica, envolvendo o aporte de R\$ 909 mil (Anexo 8). Um dos projetos teve como foco estudos sobre o extrativismo pesqueiro e apoio às organizações locais. O segundo projeto deu continuidade a trabalhos com SAFs tratados em outro projeto apoiado pela instituição no primeiro edital do TFCA. Desse modo, ambos projetos poderiam se integrar às áreas temáticas da linha prioritária “*Manejo da Paisagem*”, mas para seguir a lógica do programa eles são tratados separadamente neste item. Os principais resultados são descritos a seguir:

i. Fortalecimento de organizações comunitárias

- O projeto implementado com comunidades extrativistas investiu em capacitações de extrativistas de manguezal, gerando um plano de desenvolvimento de oito organizações comunitárias, superando a meta de cinco organizações definida no projeto.
- Com o apoio do projeto, a Cooperafloresta obteve Licença da Vigilância Sanitária e a certificação para o processamento de produtos orgânicos, regularizando a sua agroindústria perante os órgãos competentes. A certificação também foi estendida a 110 famílias associadas à Cooperativa. Isso se deu em um momento de redução das vendas para o PAA, sendo a agroindústria vital para a busca de novos mercados. No período do projeto, a agroindústria processou 97 toneladas de matéria prima proveniente de SAFs, produzindo 40,5 toneladas de produtos processados.

ii. Produção de informações sobre o extrativismo

- O projeto executado pela Comissão Ilha Ativa apoiou estudos e levantamentos do extrativismo do pescado em Ilha Grande de Santa Isabel (PI), incluindo o levantamento do conhecimento tradicional associado devidamente autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre os estudos sobre a biodiversidade destaca-se a identificação de novas espécies aquícolas. Foram realizados também estudos socioeconômicos para caracterização da atividade do extrativismo. Os resultados foram sistematizados e divulgados em publicações científicas, cartilhas e exposição fotográfica. As informações levantadas serviram de subsídio para reforçar a proposta de criação da Resex Cajuí, demanda discutida na região desde o ano de 2007 e com processo de criação protocolado e aguardando vistoria técnica do ICMBio desde 2010.

iii. Ampliação e diversificação de mercados

- O projeto apoiou a realização de mais de 90 feiras no espaço de convivência da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no município de Parnaíba. Além disso,

foram organizadas 10 feiras itinerantes para a comercialização dos produtos do extrativismo e artesanato. Aspectos de gestão foram aperfeiçoados com a constituição de um comitê gestor e elaboração de um Regimento Interno e Plano de Gestão da Feira de Artesanato e Produtos da Agricultura Familiar (FAPAF). A Feira se mantém desde então e, em 2017, formalizou parceria com a prefeitura de Ilha Grande para abrir um novo ponto de venda. Os resultados da iniciativa foram sistematizados e publicados como artigo de um livro.

- O apoio do projeto possibilitou que a Cooperafloresta buscasse alternativas ao PAA, o qual foi interrompido por redução de orçamento. A partir da realização de oficinas com os associados, certificação dos produtores e prospecção de mercados, foram abertos 34 novos canais de comercialização. A demanda de mercado permitiu ampliar as áreas de SAF em 46,28 ha, em processo facilitado por 12 novos monitores capacitados durante a execução do projeto. Entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, foram comercializados cerca de 380 ton de produtos agrofloretais, gerando uma receita de R\$ 526.000,00.
- Pela distinção dos trabalhos com a promoção da agrofloresta e organização econômica de produtores, em 2014 a Cooperafloresta ficou em 2º lugar na categoria ‘*Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária*’ do Prêmio Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, com a tecnologia social “*Agrofloresta baseada na estrutura, dinâmica e biodiversidade florestal*”.

Ambos projetos sofreram algumas contingências, como as dificuldades para obtenção de licenças para pesquisa (caso da Comissão Ilha Ativa) e interrupção do PAA (caso da Cooperfloresta). Mesmo assim, os resultados foram satisfatórios e o apoio do TFCA possibilitou alavancar novos recursos e apoios para dar continuidade às ações. Portanto, os resultados observados nesta linha prioritária são considerados **satisfatórios**.

3.2.5. Capacitação

Nesta linha temática foram apoiados cinco projetos, três deles voltados à capacitação de pessoas e dois para capacitação de organizações na área de gestão. Três projetos foram implementados na Mata Atlântica, dois no Cerrado e um envolvendo mais de um bioma, com o aporte de cerca de dois milhões de reais (Anexo 9). Os principais resultados identificados para os demais projetos foram os seguintes:

i. Formação de guias em espeleoturismo

- O Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) realizou três módulos de capacitação em espeleoturismo do Alto, Médio e Baixo São Francisco, formando 82 condutores de sete estados. O curso tratou temas relacionados ao meio ambiente, cultura, espeleologia, normas de segurança e gestão do turismo, contando com apostilas

específicas para cada módulo. A iniciativa contou com a parceria do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) do ICMBio e apoio de órgãos ambientais estaduais e das prefeituras dos municípios de São Desidério (BA), Campo Formoso (BA) e Laranjeiras (SE). A atividade contribuiu diretamente com os objetivos do Plano de Ação Nacional de Cavernas (Pan Cavernas).

ii. Sensibilização e capacitação de jovens rurais para a produção sustentável

- O projeto executado pelo Laboratório de Mecanização Agrícola da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) capacitou 208 jovens rurais em legislação ambiental e elaboração de mapas georreferenciados para compor o Sistema do CAR (SisCAR). A mudança da legislação relacionada à regularização ambiental dos imóveis durante o período de execução do projeto afetou o cumprimento das metas. De todo modo, foram regularizados no SisCAR 322 imóveis rurais distribuídos em sete municípios da Região Centro-Sul do Paraná, abrangendo mais de 3 mil ha. Além disso foram realizadas outras atividades de adequação ambiental em 85 propriedades por meio do isolamento das APP, totalizando 20 km de cursos d'água isoladas e 105 ha em processo de recuperação, com a proteção de 210 nascentes e olhos d'água. O sucesso do projeto apoiado pelo TFCA abriu oportunidades para novos financiamentos, garantindo a continuidade as atividades.
- Os jovens também participaram de atividades de intercâmbio em projetos de produção sustentável no estado do Paraná. O projeto também promoveu oficinas e um Seminário para tratar do tema da sucessão familiar na agricultura. As ações do projeto contribuíram para dar mais visibilidade à temática da juventude rural, gerando desdobramentos como a mobilização para a manutenção das Casa Familiares Rurais, a organização da 1º Conferência Livre de Juventude e a criação do conselho municipal da Juventude no município de São João do Triunfo.

iii. Fortalecimento de organizações comunitárias

- O projeto executado pela Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) promoveu a capacitação de lideranças de organizações comunitárias e assessorias em gestão às associações de populações quilombolas e rurais dos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre, em Goiás. O trabalho abrangeu inclusive associações de guias e condutores da Chapada dos Veadeiros, sobretudo jovens. Quando do início do projeto as organizações locais estavam desmobilizadas e com situação documental desorganizada. A principal contribuição do projeto foi apoiar a regularização de duas associações, concluindo a elaboração do planejamento estratégico de ambas. A complexidade dos problemas organizativos e fiscais das demais associações comunitárias com as quais o IEB trabalhou na região impediram o alcance da meta definida no projeto de cinco associações regularizadas.

- Para a organização executora, com larga experiência de trabalho na Amazônia, o apoio do TFCA possibilitou iniciar ações no Cerrado, credenciando o IEB para concorrer e ser selecionado como Equipe de Implementação Regional (RIT) do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF Cerrado), programa de US\$ 7 milhões para concessão de apoio para projetos de conservação do Cerrado, para execução entre 2016 a 2021.
- O projeto executado pela Terra Viva no Sul da Bahia teve como foco capacitar lideranças e fortalecer as organizações que compõem a Rede de Agroecologia do Extremo Sul da Bahia. Os conteúdos tratados em módulos de formação teórica e práticas em SAFs e recuperação de APPs em três localidades, envolvendo agricultores familiares e indígenas do povo Pataxó. No âmbito das ações do projeto, foi firmada parceria com Prefeitura de Itamaraju para a realização da Conferência Municipal de Meio Ambiente.
- Os cursos de capacitação instrumentalizaram cerca de 54 lideranças para debater nas comunidades temas relevantes em discussão no Congresso, como o Código Florestal, o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 215 que trata da demarcação de territórios tradicionais e as alterações propostas no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A qualificação das lideranças ampliou a participação das organizações comunitárias em instâncias de formulação e acompanhamento de políticas públicas nas áreas ambiental, de segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável. Um dos desdobramentos da ação de incidência da Rede foi a criação do Fórum de Desenvolvimento da Agricultura familiar no Município de Itanhém. Como quatro das lideranças participantes participam do Conselho do Terra Viva, a organização executora também foi beneficiada com maior qualificação dos seus conselheiros. A prática pedagógica construída na região pela Rede foi sistematizada e apresenta no Encontro Nacional de Agroecologia realizado em Juazeiro (BA) em 2015.

Uma das organizações apoiadas pelo TFA, Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE, encerrou suas atividades em 2016, impossibilitando verificar os desdobramentos das ações apoiadas. O projeto realizado pelo IEB se deparou com uma situação complexa das organizações, impossível de solucionar durante o período de execução do projeto. Os depoimentos consultados em vídeo e nos registros dos relatórios apontam satisfação dos participantes das capacitações em espeleologia, mas os efeitos desse investimento não foram possíveis de aferir.

Todavia, o apoio oferecido pelo TFCA possibilitou desdobramentos positivos, como a alavancagem de recursos pelo IEB, o que levam a considerar os resultados como **satisfatórios**.

3.2.6. Mobilização de Recursos

Esta linha temática aplicou R\$2,7 milhões de reais em sete projetos voltados à capacitação de organizações da sociedade civil e gestores públicos na elaboração de projetos para captação de recursos (Anexo 10). Três projetos incluíram apoio técnico a órgãos governamentais para criar/aperfeiçoar fundos públicos. Os principais resultados foram os seguintes:

i. Fortalecimento da capacidade institucional para a captação de recursos

- O Instituto Ambiente em Foco organizou capacitação para organizações da sociedade civil e prefeituras de municípios da Região Noroeste de São Paulo, com ênfase em projetos de conservação e restauração da Mata Atlântica e Cerrado. Participaram do curso 206 profissionais oriundos de 79 municípios, representando 110 instituições. Na última etapa do curso foi criada a Rede de Estudos Ambientais da Região Noroeste Paulista (REANP), com plano de trabalho definido para implementação após a conclusão do projeto. Não foi indicado pela proponente o número de projetos elaborados e aprovados.
- O projeto executado pela Conservation Internacional (CI) realizou capacitação em elaboração de projetos ambientais em três regiões da Bahia. O público dos cursos incluiu gestores, conselheiros de UCs e representantes de comunidades locais. As 12 oficinas realizadas contaram com 110 participantes, dos quais 44 completaram os três módulos do curso. Cortes orçamentários no INEMA e ICMBio levaram à diminuição do número de participantes no terceiro módulo. Como resultado foram elaborados 36 projetos, dos quais 12 tiveram sucesso na obtenção de financiamento.
- O IPE organizou um estudo sobre o estado da arte de captação de recursos e um curso de capacitação reunindo 17 participantes de organizações sociais envolvidas na implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Mamíferos da Mata Atlântica Central (PAN MAMMAC). Ao final do processo, 10 propostas foram finalizadas e validadas pelos monitores do curso. Não foi indicado o desdobramento dessas propostas. As informações produzidas no projeto e tratadas no curso foram sistematizadas em banco de dados e publicadas em um livro.
- O ISPN realizou um curso no Maranhão para povos indígenas e outro no Ceará para representantes de organizações comunitárias, reunindo 180 participantes. De 84 projetos elaborados durante as capacitações, mais de 60% foram aprovados. Os conteúdos do curso foram sistematizados no “*Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais*”. Os resultados de um questionário *on line* para avaliar o curso e respondido por 75 participantes indicaram que 151 projetos foram aprovados durante e após os cursos. A partir dessa experiência, o ISPN colaborou com a

Universidade de Brasília na realização de curso similar para indígenas do povo Xavante.

- A Mater Natura ofereceu um curso estruturado em cinco módulos sobre elaboração de projetos voltados à conservação da Mata Atlântica, envolvendo 36 participantes. Durante o curso foram elaborados 21 projetos, dos quais cinco concorreram a editais e quatro foram aprovados. O projeto executado pela Mater Natura realizou também cursos em gestão de projetos, envolvendo 31 participantes.
- No Vale do Ribeira, o projeto executado pelo ISA buscou fortalecer capacidades de organizações de comunidades quilombolas para aperfeiçoar os mecanismos de gestão territorial com vistas à formulação de um piloto de compensação de Reserva Legal em território quilombola. Os principais resultados foram a elaboração de plano de desenvolvimento local de duas associações e o regimento interno participativo de uma associação.
- Na primeira fase do projeto executado pelo CEPAN foram realizados cursos de capacitação para 29 técnicos e profissionais de organizações da sociedade civil e empresas de viveiros florestais. Como resultado foi criada a Associação Nordestina de Produtores de Mudas - Muda do Nordeste (AMN), composta por 4 produtores de mudas e dois técnicos, sendo cinco pessoas de Pernambuco e uma da Paraíba. Com apoio de recursos da IUCN o CEPAN prestou assessoria à Associação para a elaboração de um plano de produção, comercialização e para a formalização do grupo.

ii. Incidência em políticas públicas

- O projeto executado pelo CEPAN atuou também perante as Agências Estaduais de Fomento e órgãos ambientais dos Estados da PB e PE visando ampliar o suporte à cadeia produtiva de produção de sementes e mudas florestais. No caso das agências de fomento, foram realizadas mesas de diálogo e fornecidos subsídios técnicos para a formulação de instrumentos econômicos de apoio à cadeia produtiva de restauração florestal. Os resultados das mesas de diálogos foram debatidos com representantes dos setores público e privado, em Seminários realizados nos dois estados. Restrições orçamentárias dos governos estaduais limitaram os alcances do projeto no que diz respeito a abertura/ampliação de linhas de crédito. Dados levantados pelo projeto subsidiaram também estudos desenvolvidos pelo Instituto Pesquisa Aplicada (IPEA).
- A agenda com órgãos ambientais foi no sentido de buscar a criação de um “Sistema de Cadastramento de Produtores de Insumos e Serviços Florestais” nos dois estados, operados pelos órgãos ambientais. A CEPAN elaborou a proposta de estrutura de cadastro e submeteu à apreciação dos órgãos ambientais da PB e PE. Em Pernambuco as conversas avançaram, mas até a data de encerramento do projeto o sistema não havia sido lançado. Na Paraíba, a proposta ficou para ser considerada no momento de

implementação do Programa de Regularização Ambiental do estado. Resultado dessas interações, o Cepan foi convidado para integrar o Grupo de Trabalho (GT) que colabora com a elaboração do PRA da Paraíba.

- O projeto executado pela CI ofereceu suporte técnico ao Instituto Estadual de Meio ambiente (INEMA) e Secretaria de Meio Ambiente da Bahia para o aperfeiçoamento de processos internos visando dinamizar a aplicação de recursos da compensação ambiental em UCs e para criação de um fundo fiduciário para fortalecimento das UCs baianas com recursos privados. O projeto forneceu aos órgãos ambientais uma análise do estado da arte dos recursos da compensação ambiental no estado da Bahia, com identificação dos principais entraves e gargalos e proposição de formas para aprimoramento e melhorias. Todavia, os órgãos de estado não deram andamento às propostas apresentadas pela CI.
- O projeto executado pelo ISA apoiou a inscrição de territórios quilombolas do Vale do Ribeira no CAR. O processo foi documentado e socializado órgãos ambientais, servindo de referência para outros territórios. Como desdobramento, o Instituto de Terras cadastrou todos os quilombos reconhecidos em São Paulo.
- A Mater Natura realizou curso específico para gestores públicos sobre elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA). Participaram 30 gestores de 16 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Paralelamente a Mater Natura assessorou a elaboração de quatro PMMA. Até a conclusão do projeto, o PMMA de campo Largo (PR) havia sido concluído e aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, sendo encaminhado para providências da Câmara de Vereadores. Os demais estavam em processo de elaboração.

Apesar da dificuldade de reunir evidências que demonstrem os impactos dos investimentos realizados em capacitação, é plausível afirmar que as instituições das 543 pessoas capacitadas se qualificaram para obter mais êxito na captação de recursos. Embora a participação nos cursos não possa ser apontada como fator determinante da aprovação de cerca de 60 projetos, esses números validam as iniciativas. Por outro lado, as ações voltadas à incidência em políticas públicas visando ampliar recursos públicos esbarraram na morosidade da resposta dos órgãos ambientais estaduais.

Uma questão que cabe destacar é o elevado volume de recursos aplicado nesta linha temática, concentrado sobretudo na Mata Atlântica. Dois dos projetos tiveram orçamento superior a meio milhão de reais, ficando na lista dos “top 10” do TFCA. Em alguns casos, o pequeno número de participantes e a falta de desdobramentos em termos de projetos elaborados e aprovados resultaram em um custo/benefício questionável. Talvez o Comitê Gestor pudesse ter dado um tratamento diferenciado para esta área temática, diminuindo o valor dos projetos e ampliando o número de organizações beneficiadas. Levando essas

questões em consideração, os resultados desta linha temática são considerados **medianamente satisfatórios**.

3.2.7. Fortalecimento de Redes

Nesta linha temática foram aplicados R\$2,6 milhões em sete projetos. Três dos projetos foram voltados ao fortalecimento de articulações envolvendo atores atuantes em Corredores da Mata Atlântica (Anexo 11). Dois projetos tiveram como foco o fortalecimento de dinâmicas de rede envolvendo organizações de base comunitária. Os principais resultados foram os seguintes:

i. Mobilização de atores sociais de Corredores da Mata Atlântica

- O projeto executado pela AMANE apoiou a continuidade das ações de articulação da rede de atores com atuação no Corredor da Mata Atlântica do Nordeste. Com apoio do RFCA foi feita a atualização do banco de dados e aperfeiçoados os meios de comunicação da rede. Contudo, o encerramento das atividades da AMANE em 2016, “nodo” central dessa articulação, afetou a dinâmica da rede. Segundo consultas feitas nesta avaliação, nenhuma instituição ocupou este lugar. De todo modo, o acervo da AMANE está sob cuidados da ex-diretora e subsidiando a preparação de uma tese de doutorado que analisará as lições aprendidas em torno da ação em rede no âmbito do Corredor da Mata Atlântica Nordestina.
- O projeto executado pela Conservation Internacional (CI) possibilitou um balanço dos acúmulos da Rede de Gestores do Corredor Central da Mata Atlântica e mobilizar a rede para o desenvolvimento de planejamento estratégico. Os resultados foram documentados em um livro lançado em 2015, que resgatou os resultados de dez anos de existência da rede. Um elemento destacado no livro foi a dificuldade de manter a dinâmica de rede sem recursos contínuos para financiar. Na consulta feita nesta avaliação, foi informado que a CI captou novos recursos para dar continuidade às atividades e, com maior contrapartida dos parceiros, foi realizado em agosto de 2016 o XIII encontro da rede com foco na discussão de Corredores Marinhos de Biodiversidade.
- O fortalecimento da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná (Coripa) foi o principal objetivo do projeto executado pela Mater Natura. Com o apoio do TFCA foram realizadas capacitações sobre restauração florestal para os membros, atualização da base de dados da rede, melhorias nas plataformas de comunicação e atualização do Plano de Gestão Biorregional da Rede Gestora. Os resultados do trabalho da Rede nos últimos cinco anos foram sistematizados e publicados. Como desdobramentos da elaboração do plano de gestão, a Rede conseguiu aprovação de recursos pelo BNDES para a restauração de 344 ha na Mata Atlântica até 2020.

ii. Mobilização de redes de comunidades locais em torno do manejo sustentável

- A Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado – RCS está organizada a partir de núcleos comunitários compostos por 5 a 7 famílias, reunindo mais de 4 mil famílias de agricultores, organizadas em 613 núcleos, distribuídos em comunidades rurais de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Tocantins. O projeto executado pela Coopcerrado, braço comercial da RSC, contribuiu para manter e fortalecer a dinâmica da Rede. Como resultado, o número de associados da Coopcerrado subiu de 1.590 em março de 2012 para 3.296 em julho de 2015, acompanhado de uma ampliação da área de atuação de 46 para 88 municípios. Por meio das ações práticas realizadas para mobilizar a rede, o número de espécies manejadas de forma sustentável subiu de 20 para 62, abrindo novas oportunidades de mercado e renda para os agricultores.
- O intercâmbio de experiências em recuperação de áreas degradadas no âmbito da Articulação Xingu Araguaia (AXA)¹⁰ foi o foco das ações em redes apoiadas pelo projeto executado pela Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA). Como resultado a AXA elaborou um planejamento estratégico comum para execução entre 2016. As ações práticas desenvolvidas em rede resultaram na recuperação de áreas degradadas em assentamentos e na terra indígena Maraiwatsedé do povo Xavante. ‘

iii. Desenvolvimento de ferramentas de gestão da informação

- O projeto executado pela CI desenvolveu uma matriz de avaliação de efetividade de gestão de UCs do Corredor da Mata Atlântica, disponibilizado na Internet¹¹. Os resultados da primeira avaliação foram apresentados no XII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em 2015.
- O projeto executado pela ANSA apoiou o desenvolvimento de duas ferramentas para facilitar a comunicação e gestão da AXA. No nível da gestão institucional, a ANSA desenvolveu um sistema de gerenciamento de projetos com base em *software* livre que foi compartilhado com as demais organizações da rede. O aplicativo “*Reflorestando*”, disponibilizado na Internet¹², permite o gerenciamento de iniciativas de recuperação de áreas degradadas. Consulta ao aplicativo durante a finalização desta avaliação identificou que a ferramenta vem sendo utilizada, contando com 139 áreas recuperadas inscritas.

¹⁰ Participam da AXA a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Instituto Socioambiental (ISA), Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA) e Associação Terra Viva (ATV).

¹¹ Disponível em <http://redegestoresccma.org.br/>. Acesso em junho de 2017.

¹² Disponível em www.reflorestando.org.br. Acesso em junho de 2017.

Apoios pontuais como os oferecidos pelo TFCA não asseguram a manutenção de longo prazo de ações em rede. Inúmeros outros fatores influenciam essas dinâmicas de ação colaborativa. O caso da AMANE é um exemplo. Por outro lado, a manutenção de dinâmicas de rede requer apoio financeiro que nem sempre é possível de ser financiado exclusivamente com recursos das organizações envolvidas. Outro fato a considerar é que muitas vezes, os resultados de um apoio pontual como o oferecido pelo TFCA não se manifestam no curto prazo. Considerando esses condicionantes e as particularidades das dinâmicas da ação em rede, os resultados da avaliação indicam que o apoio do TFCA contribuiu para qualificar as iniciativas apoiadas. Portanto, os resultados desta linha temática são considerados **satisfatórios**.

3.3. Gestão do Programa TFCA

3.3.1. Arranjo Institucional

- O arranjo institucional estabelecido pelo Acordo TFCA incluiu um Comitê da Conta TFCA, presidido pelo MMA e com representação do governo dos EUA (1), do governo do Brasil (3) e da sociedade civil brasileira (5), como instância máxima de decisão e de supervisão da execução dos recursos a cargo do Administrador da Conta, papel exercido pelo Funbio. Conforme as Atas e Reunião disponíveis para consulta, entre maio de 2011 e agosto de 2014, o Comitê realizou nove Reuniões Ordinárias e seis Reuniões Extraordinárias, com uma média de presença 7 membros, entre titulares e suplentes¹³. O Comitê contou também com o apoio de Câmaras Técnicas instituídas para auxiliar na análise de propostas recebidas nas quatro chamadas.
- A revisão das Atas de reuniões indica que o trabalho do Comitê foi bastante intenso, conforme destacado por alguns de seus membros entrevistados nesta avaliação. Os registros indicam que o Comitê cumpriu seu papel de instância superior de decisão, tratando e decidindo sobre os temas envolvendo a execução dos recursos: discussão e aprovação do PELP, Regimento Interno do Comitê e Manual de Execução dos Projetos TFCA; análise de orçamento e tomada de decisões sobre o remanejamentos de recursos entre linhas temáticas; análise de resultados das Câmaras Técnicas e aprovação da lista final de propostas selecionadas em cada uma das chamadas; decisões sobre o monitoramento do programa e relatórios financeiros apresentados pelo Funbio; formulação e adoção de medidas para aperfeiçoar procedimentos. A leitura da Atas permite constatar o

¹³ Não estão contabilizados os participantes da 8ª Reunião Ordinária, pois foram revisadas apenas as Atas disponíveis para consulta online.

processo de construção que foi o Programa TFCA, como mencionado de forma recorrente nas entrevistas com membros do Comitê e equipe do Funbio.

- A consulta realizada às instituições proponentes indicou uma avaliação bastante satisfatória do arranjo institucional adotado, particularmente no que diz respeito à decisão de delegar a operacionalização e administração dos desembolsos para uma organização não-governamental. As instituições proponentes com experiência na execução de recursos públicos geridos diretamente por órgãos de governo foram unânimes em afirmar que o Programa TFCA, comparativamente, foi a melhor experiência que tiveram até então.
- Cabem alguns comentários acerca da composição do Comitê, em particular sobre a representação da sociedade civil. Por um lado, as definições do Acordo TFCA foram generosas, prevendo uma ampla participação da sociedade civil. Dos nove assentos, quatro foram para os governos dos EUA (1) e Brasil (3) e cinco para a sociedade civil distribuídos entre a comunidade acadêmica (1), ONGs ambientalistas (3) e ONG da área de desenvolvimento (1).
- Todavia, analisando a filiação dos membros indicados, constata-se que a composição não refletiu a diversidade de atores da sociedade civil e de representação dos biomas definidos como prioritários no Acordo. Dos oito assentos para ONGs, quatro dos indicados na Portaria que criou o Comitê, considerando titulares e suplentes, eram filiados a ONGs ambientalistas com atuação na Mata Atlântica.
- Embora os esforços do Comitê ao longo da implementação do programa, adotando mecanismos e instrumentos para coibir conflitos de interesse, o posicionamento de alguns membros da sociedade civil registrados nas Atas de Reuniões do Comitê, e até publicados na Internet, sugerem desencontros entre a percepção individual e os objetivos estratégicos do Acordo, como ilustra um relato de uma representante da sociedade civil no Comitê publicado na Internet: *“O Plano Estratégico já estava praticamente aprovado e não foi possível sequer debater os percentuais destinados a cada bioma. Como não poderia deixar de ser tive que marcar posição e falar que o recurso originalmente estava pensado para ser utilizado na Mata Atlântica e mostrar contrariedade em relação a divisão dos recursos. A Ana Cristina e o Clayton participaram das reuniões anteriores e conseguiram fazer algumas “custuras” [sic] para garantir que a M.A. receba um pouco mais de recursos (5%)”¹⁴.*

¹⁴ Relato TCFA [sic], Brasília, 20 de junho de 2011. Disponível em <http://www.miraserra.org.br/site/tcfa.htm>

- Independente da ocorrência deste tipo de manifestação, seria saudável que a composição do Comitê pudesse ser mais plural e integrasse a representação de outras redes e segmentos sociais que interagem diretamente com a temática do programa TFCA nos diferentes biomas. No entanto, as substituições que foram feitas posteriormente mudaram apenas a pessoa, mas não as instituições representadas. O fato de ter sido definido no Acordo que a representação seria de membros de Conselhos já estabelecidos fez com que o Comitê herdasse alguns vieses na representatividade da sociedade civil.
- Os desafios identificados na representatividade da sociedade civil na composição do Comitê não desqualificam os esforços, comprometimento e eficiência da atuação do Comitê, mas apontam para a necessidade de refletir sobre outras possibilidades e formatos de estruturas de governança que possam fortalecer o controle social e conferir maior capilaridade a programas executados com recursos públicos.

3.3.2. Gestão Operacional e Financeira

- Com o conhecimento e aprovação do Comitê, o Funbio implementou um conjunto de rotinas e de instrumentos para auxiliar na gestão operacional e financeira do Programa TFCA. A gestão financeira foi realizada por meio da plataforma “Cérebro”, com interface para ingresso de dados e acompanhamento pelos proponentes, permitindo agilidade no acompanhamento financeiro.
- De um modo geral, as instituições proponentes consultadas avaliaram satisfatoriamente o sistema de gestão do programa, destacando a flexibilidade para ajustes e incorporação de demandas que surgiram ao longo do processo de execução dos projetos. Isso foi considerado um diferencial do Programa TFCA e que, segundo opinião de instituições executoras, se deu graças à postura de parceria adotada pelo Funbio.
- Conforme demonstrado no item que tratou do perfil das instituições, o portfólio de projetos incluiu organizações com pouca trajetória institucional e menor experiência na gestão de projetos. Desde a 1ª Chamada, o Funbio organizou reuniões com os responsáveis pela área administrativa para capacitação sobre o uso do Cérebro e esclarecer dúvidas sobre o Manual de Operação.
- A estrutura do sistema Cérebro se mostrou adequada, mas usuários do sistema apontaram a necessidade de aprimorar o módulo que emite os relatórios. A impossibilidade de gerar alguns relatórios necessários para análises desagregadas exigiu o uso paralelo de *software* de planilhas, com alta demanda de tempo para a equipe do Funbio.

- Apesar dos esforços, os problemas administrativos não deixaram de ocorrer. A adequação de contratações de pessoal em regime CLT foi tema recorrente nas visitas de monitoramento e nas auditorias externas realizadas. Todavia, a baixa incidência de casos graves de má gestão (apenas dois casos identificados nesta avaliação) sugere que os procedimentos adotados pelo Funbio foram eficazes. Entre eles cabe citar: cursos de capacitação realizados desde a 1ª Chamada e aperfeiçoados a partir da 2ª Chamada; a revisão detalhada, por amostragem, de comprovantes das prestações de contas dos projetos; as visitas de monitoramento presencial; e as auditorias externas.
- Em relação ao monitoramento dos projetos, além da comunicação frequente por telefone e e-mail e o acompanhamento pela plataforma “*Cérebro*”, o Funbio implementou um sistema de monitoramento com visitas de campo aos projetos. De acordo com dados repassados pelo Funbio, entre os 46 projetos aprovados na 1ª Chamada, 15 receberam uma visita de monitoramento e 31 receberam duas visitas, alcançando 100% de projetos monitorados presencialmente. Isso se repetiu na 2ª Chamada, com cinco projetos recebendo uma visita e dois projetos recebendo duas visitas, e também na 3ª Chamada, com seis projetos recebendo uma visita e um projeto duas visitas. Na 4ª Chamada, 11 projetos receberam uma visita e dois projetos receberam duas visitas, ficando apenas um projeto na linha temática “*Criação de UC*” sem receber monitoramento presencial do Funbio.
- A maior parte das organizações proponentes consultadas avaliou o sistema de monitoramento como muito satisfatório ou satisfatório. A equipe do Funbio foi elogiada, com destaque para a capacidade técnica, agilidade e empenho para a busca de soluções para os problemas envolvendo a execução dos projetos. A pronta resposta nas demandas comunicadas por telefone e e-mail foi também muito valorizada pelas organizações executoras de projetos.
- Em relação à auditoria externa dos projetos, o Funbio propôs critérios para selecionar nove instituições para auditoria da prestação de contas, com foco na verificação de movimentações financeiras do projeto, controles internos e os riscos operacionais relacionados ao cumprimento das obrigações trabalhistas. As auditorias realizadas identificaram inconsistências na execução dos projetos e recomentaram medidas corretivas. Como as auditorias foram realizadas em período próximo ao encerramento dos projetos, fica a dúvida sobre em que medida as correções foram implementadas pelas instituições auditadas.
- Durante a execução do programa, foram organizados dois eventos com as instituições executoras de projetos. O primeiro foi realizado em Florianópolis. Além de servir como um momento de avaliação das atividades, os eventos contribuíram para promover o intercâmbio entre as instituições apoiadas pelo

programa. Outra iniciativa que contribuiu para divulgar os projetos, tanto para o público interno como externo, foi a publicação de um livro registrando a trajetória do programa, com testemunhos de representantes das organizações executoras e beneficiários. Ainda que essas iniciativas tenham sido valorizadas, a maior parte das instituições consultadas avaliou que os intercâmbios ficaram aquém do desejado.

- Não foi realizada avaliação de meio-termo do programa, mas o Funbio recebeu auditoria externa independente para avaliar a prestação de contas do Programa TFCA e dos procedimentos contábeis adotados. Os relatórios de auditorias externas revisados nesta avaliação, referentes ao ano de 2014 e 2015, não apresentaram ressalvas, atestando a conformidade com o Acordo TFCA, normas contábeis e outros dispositivos legais existentes na legislação brasileira.
- Em termos de número de projetos, o Programa TFCA foi a maior carteira de projetos administrada pelo Funbio, exigindo o desenvolvimento de um sistema gerencial específico. A equipe envolvida destacou que a execução do programa gerou aprendizados institucionais que contribuíram para aprimorar rotinas e instrumentos de gestão, muitos dos quais já estão sendo considerados tanto na nova fase do programa como em outras carteiras de projetos administrada pelo Funbio. Entre eles cabe destacar a revisão do sistema de monitoramento, reduzindo a modalidade presencial e a alteração de ingresso mensal para ingresso semanal de informações no Sistema Cérebro por parte das instituições executoras. A expectativa é que essa mudança resulte em melhorias na gestão dos projetos, reduzindo custos e facilitando a identificação de correções de maneira mais oportuna.
- Cabe mencionar que o setor responsável pelo acompanhamento da gestão financeira dos projetos contou apenas com duas pessoas. Mesmo com esse condicionante, o Funbio conseguiu realizar um trabalho satisfatório, bem avaliado pelas instituições executoras dos projetos e respaldado por pareceres sem ressalvas das auditorias externas.
- É certo que ocorreram problemas na execução de alguns projetos, como aqueles identificados nas auditorias de prestação de contas de nove instituições. A questão de conflito de interesses entre instituições proponentes e instituições terceirizadas contratadas pela execução apareceu em mais de um caso. De todo modo, as evidências possíveis de verificação nesta avaliação sugerem que essas ocorrências foram exceção e não regra.
- Em relação ao sistema de monitoramento dos projetos, ainda que o modelo implementado pelo Funbio tenha sido bem avaliado pelas organizações executoras, as consultas realizadas nesta avaliação identificaram algumas

questões para reflexão. Os benefícios do contato interpessoal entre a unidade gestora e as instituições executoras são inegáveis, para ambas as partes. As instituições têm a oportunidade de um atendimento individual às suas questões e a unidade gestora pode enxergar de fato as dificuldades do mundo real da execução de projetos, chegando a soluções mais eficazes.

- Conforme os registros do Funbio, entre 2013 e 2015 foram realizadas 116 viagens de monitoramento, envolvendo três profissionais da equipe do Funbio. Algumas instituições que executaram dois projetos chegaram a receber quatro visitas, ou duas por projeto. Esses números sugerem que o monitoramento presencial foi uma das atividades com maior demanda de tempo da equipe do Funbio. É compreensível, portanto, que se considere opções de racionalizar as visitas como medida de reduzir custos e aumentar a disponibilidade da equipe para teleatendimentos a partir do escritório.
- De todo modo, considerando os benefícios das visitas presenciais, sugere-se que os aspectos positivos da modalidade de monitoramento presencial adotada pelo Funbio sejam aproveitados em um modelo reformatado que otimize os recursos e aprimore o uso dos resultados de monitoramento pelo Comitê Gestor e instituições executoras.
- Outro aspecto a considerar diz respeito aos mecanismos de planejamento e avaliação adotados no âmbito do Programa TFCA. Embora o programa conte com um “*Plano Estratégico de Longo Prazo da Conta TFCA*”, o mesmo não definiu metas estratégicas, tanto no nível global como nas linhas temáticas priorizadas. No âmbito dos projetos, observou-se uma fragilidade na formulação de indicadores, na maior parte dos casos associados à execução de atividades e sem apontar para os efeitos das ações apoiadas pelo programa. Alguns projetos realizaram avaliações internas por conta própria, mas não houve esse tipo de exigência por parte do programa nem alocação de recursos para essa atividade.
- As discussões sobre linha base, indicadores e procedimentos de PMA muitas vezes entram num terreno árido, sugerindo que esses instrumentos significam apenas mais burocracia e fator que drena tempo e recursos dos projetos. Felizmente vêm se multiplicando as iniciativas inovadoras nesse campo. Nesse sentido, se recomenda que em futuros programas sejam incluídas capacitações em metodologias de PMA participativo, com instrumentos e procedimentos mais leves e factíveis de implementação, nas diferentes escalas: no âmbito do programa e dos projetos. Isso permitirá desenhar um sistema de PMA compartilhado, que melhore o controle e contribua na melhoria da performance dos projetos e do programa.

4. POTENCIAIS APRENDIZADOS

O Programa TFCA apoiou 82 projetos implementados em contextos socioeconômicos e ambientais os mais diversos, por organizações de diferentes perfis institucionais e com trajetórias particulares na conservação e manejo sustentável das florestas tropicais. Contudo, no meio dessa diversidade há alguns elementos comuns ao conjunto das intervenções que servem de potencial aprendizado para o aprimoramento de estratégias voltadas à conservação das florestas tropicais e da biodiversidade. O mesmo se aplica no nível global do Programa, com aprendizados importantes em relação aos arranjos de gestão e operacionalização adotados. São eles:

- i. **Importância do fortalecimento da capacidade de órgãos ambientais para que o Estado possa cumprir o seu papel e dar a contrapartida necessária às ações de conservação executadas por organizações da sociedade civil:** Os órgãos ambientais têm papel relevante na normatização, fiscalização e execução de políticas ambientais. Ações centrais para a conservação como a criação e gestão de UCs, averbação de reserva legal, fiscalização de desmatamento, autorização de projetos de manejo sustentável, entre outros, depende de órgãos ambientais estruturados. A análise dos resultados dos projetos das diferentes linhas temáticas demonstra que a falta de capacidade de órgãos ambientais para dar resposta às demandas, particularmente nos níveis estadual e federal, comprometeu o pleno alcance dos resultados esperados.
- ii. **A importância de contar com instrumentos econômicos que coíbam o desmatamento e estimulem a recuperação de áreas degradadas:** Projetos de restauração florestal são ações de longo prazo e exigem investimentos em capacitação e fomento. Os resultados do Programa TFCA demonstram que a recuperação de áreas degradadas envolvendo pequenos agricultores e associando com SAFs tem potencial de oferecer respostas rápidas. Todavia, a baixa capacidade financeira e o pequeno tamanho das áreas exigem a adoção de instrumentos econômicos no nível de política pública que possam financiar a prestação desses serviços ambientais, particularmente na restauração de APPs.
- iii. **A conservação de espécies ameaçadas requer investimentos contínuos e tem maior chance de sucesso quando associada à educação ambiental:** Os projetos apoiados pelo Programa TFCA demonstraram a importância do monitoramento para a conservação de espécies ameaçadas, sendo atividade essencial para verificar os impactos de mudanças no uso do território sobre as espécies e a resposta a medidas de proteção adotadas. Os projetos demonstraram também que a associação da conservação de espécies com a educação ambiental promove a adesão da sociedade à essa agenda, potencializando os resultados. Como as respostas em termos de melhoria no status de conservação das espécies não são

imediatas, é necessário contar com mecanismos de financiamento de longo prazo que possibilitem a continuidade do monitoramento.

- iv. **A restauração e o manejo sustentável dos recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, requer intervenções articuladas com a gestão da água:** A execução do TFCA se deu em um período que o país atravessou uma das estiagens mais intensas, afetando em maior ou menor escala todos os biomas. A maior das organizações executando projetos envolvendo ações de manejo apontou a estiagem como a principal contingência. Isso teve maior relevância nos projetos implementados na Caatinga, onde intervenções como a construção de viveiros, plantio de mudas e agroindustrialização ficaram completamente comprometidas pela falta de água nas comunidades. Portanto, os resultados do Programa TFCA reforçam a necessidade de, cada vez mais, integrar o fator “água” na escolha de estratégias de restauração, manejo sustentável e estruturação de cadeias produtivas.
- v. **O acesso a mercados para produtos da biodiversidade é fator catalisador da conservação e manejo sustentável das florestas tropicais e da sociobiodiversidade:** Uma parte considerável dos projetos apoiados pelo TFCA envolveu a promoção de sistemas agroflorestais. Os resultados dos projetos demonstram que a implementação de SAFs a partir do manejo sucessional é potencializada quando a ação está vinculada ao acesso a mercado. Os resultados dos projetos visitados em assentamentos de Goiás, executado pela Rede Terra, e em Ribeirão Preto (SP), executado pelo Centro Dom Hélder, mostram como a vinculação ao mercado acelera a disseminação de SAFs, com benefícios ambientais e econômicos de curto prazo. Nesses e em outros tantos projetos apoiados pelo Programa, o mercado institucional teve um papel relevante para impulsionar essas iniciativas, mostrando a importância de políticas governamentais com uma abordagem agroambiental para acelerar a adoção de práticas de produção sustentáveis e a inclusão social.
- vi. **Sistemas ágeis de gestão como os que foram adotadas pelo Programa TFCA são condição para a eficiência no uso dos recursos públicos por meio de parceria com organizações da sociedade civil:** O formato de operacionalização do Programa TFCA, definindo um Comitê Gestor representando diferentes setores sociais e utilizando os serviços de uma instituição com expertise na gestão de fundos na área ambiental, com capacidade gerencial e aplicando normas e instrumentos compatíveis com a capacidade das organizações executoras, foi fundamental para que o Programa TFCA Brasil tivesse o orçamento executado em tão curto período de tempo e com baixo índice de problemas de gestão dos projetos. No nível do Comitê Gestor ficou a lição da necessidade de buscar representação de redes de diferentes setores sociais para que o programa possa abranger maior diversidade de parceiros.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a análise de questões relacionadas à implementação e gestão do Programa TFCA e dos resultados de cada área temática, cabem alguns comentários conclusivos tendo como referência as perguntas orientadoras (Fig.1) e os critérios de avaliação, a saber:

- O Programa TFCA apresentou uma **concepção satisfatória**, tratando o tema da conservação das florestas tropicais de forma abrangente, fato evidenciado pela complementariedade das linhas temáticas e pela diversidade de atores sociais beneficiados pelos projetos apoiados pelo programa. No entanto, faltou à formulação original detalhar os resultados esperados para as linhas prioritárias e respectivas metas.
- O arranjo institucional adotado conferiu **eficiência e transparência à gestão**, com a constituição de um Comitê Gestor com representação de diferentes setores sociais e a execução dos recursos por meio de uma Fundação com expertise e capacidade técnica e gerencial para a administração de fundos na área ambiental. Cabe considerar que a representação da sociedade civil no Comitê Gestor foi majoritariamente de atores da Mata Atlântica, fato que explica parte das dificuldades para alcançar a meta estabelecida referente ao volume de recursos a ser destinado para cada bioma e para incluir “*caras novas*” no portfólio de projetos. Nesse sentido, maior diversidade na representação da sociedade civil é um aspecto que pode ser considerado em iniciativas futuras.
- O perfil de organizações apoiadas incluiu aquelas com uma trajetória institucional consolidada e, no caso da Mata Atlântica, beneficiárias de iniciativas anteriores como o “Projetos Demonstrativos PDA”, subcomponente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Para esse grupo de organizações, o Programa TFCA possibilitou fortalecer e consolidar iniciativas já iniciadas, contribuindo para a sustentabilidade de resultados “semeados” por outros apoiadores. Ao mesmo tempo, o programa acolheu organizações sociais mais jovens e/ou iniciando ações que ainda não faziam parte da sua estratégia. Além de contribuir com o fortalecimento institucional, a abertura a organizações de menor porte e com ação mais local favoreceu à irradiação de práticas já consolidadas em outros territórios.
- Exceção para as organizações de base comunitária, que tiveram pouquíssima participação no portfólio dos projetos. Isso não diminui a qualidade das propostas selecionadas, mas sugere a necessidade de aperfeiçoar o sistema de prospecção de propostas e o formato das chamadas em programas futuros.
- De um modo geral, as organizações com menor trajetória e/ou com pequena capacidade gerencial têm dificuldades de executar o volume de recursos definido nas chamadas do TFCA em tão curto período de tempo. Em iniciativas futuras, além de

buscar a prospecção de propostas nas redes que articulam as organizações de base comunitária, seria interessante considerar modalidades de “*inception phase*”¹⁵, com valores menores e possibilidade de renovação, para apoiar organizações locais de menor porte e propostas inovadoras que exigem um período de “*teste e validação*” e/ou mobilização prévia dos atores locais. Esta pode ser uma alternativa para alcançar um equilíbrio entre a necessidade de eficiência na gestão de programas dessa natureza e a eficácia dos resultados.

- Os **temas prioritários** eleitos pelo Programa TFCA são **de grande relevância** para o contexto brasileiro, tratando de áreas estratégicas para o país e mostrando convergência com a agenda global, como as Metas de Aichi para a Biodiversidade e os compromissos relacionados às mudanças globais do clima. Os temas também apresentam grande sinergia com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), continuando relevantes para programas futuros.
- No conjunto das linhas temáticas, **os resultados alcançados foram satisfatórios**, apesar de contingências como estiagens e o pequeno prazo para execução de ações que exigem mais tempo para dar respostas. Esta avaliação encontrou evidências de contribuições concretas para a conservação das florestas tropicais, tais como: 10 UCs fortalecidas nos seus instrumentos de gestão, abrangendo uma área 392.889 ha, sobretudo em categorias de proteção integral; 32 estudos para criação de UCs realizados e protocolados, com uma área de pelo menos 160 mil ha, aguardando resposta dos órgãos ambientais; projetos na área de conservação de espécies de fauna e flora contribuindo para o cumprimento de metas ou formulação de Planos de Ação Nacional, subsidiando a criação de pelo menos seis UCs com área aproximada de 40 mil ha; implantação de técnicas de restauração em pelo menos 150 ha de áreas degradadas e implantação de 300 ha de SAFs.
- De um modo geral, o Programa mostrou níveis de **eficiência** satisfatórios, cobrindo itens de custo necessários para a execução das ações, incluindo pagamento de pessoal, item vital para as organizações da sociedade civil. Em relação aos valores alocados por projeto e benefícios gerados, os resultados foram a contento, com exceção dos projetos da área temática “*Mobilização de Recursos*”. Em alguns casos, o pequeno número de beneficiários das atividades de capacitação resultou em um custo/benefício questionável. Talvez o Comitê Gestor pudesse ter dado um tratamento diferenciado para esta área temática, diminuindo o valor dos projetos e ampliando o número de organizações beneficiadas.
- As normas definidas no Manual do Programa TFCA e o sistema de monitoramento físico e financeiro adotado pelo Funbio conferiram clareza e agilidade ao processo,

¹⁵ Primeira fase do ciclo de um projeto, que permite o levantamento de informações para aperfeiçoar o desenho do projeto e/ou “preparar o terreno” para ações subsequentes.

possibilitando um grau de controle satisfatório e baixa incidência de casos graves de má gestão (apenas dois casos identificados nesta avaliação). No caso de organizações com pouca estrutura gerencial, a orientação por parte do Funbio permitiu correções de maneira oportuna.

- Além dos resultados diretos para a conservação das florestas tropicais e da biodiversidade, o apoio oferecido pelo Programa TFCA permitiu o fortalecimento da capacidade institucional das organizações e redes que atuam na conservação e manejo sustentável das florestas tropicais, favorecendo, na maioria dos casos, a alavancagem de novos recursos para manter e/ou expandir as ações apoiadas pelo programa. De 75 projetos que responderam ao questionário aplicado nesta avaliação, 29 afirmaram ter captado novos recursos e 32 estavam em fase de negociação. Apenas três projetos foram interrompidos definitivamente por encerramento das atividades das organizações. Esses fatos sugerem que, em certa medida, a continuidade das ações está assegurada.
- Contudo, isso não implica, necessariamente, na sustentabilidade dos resultados. A maior parte das ações apoiadas exige o suporte de políticas públicas para que possam se consolidar e ganhar escala. As áreas protegidas, por exemplo, dependem de recursos permanentes para que possam cumprir com sua finalidade de criação. Apoios pontuais como os oferecidos pelo Programa TFCA permitem dar alguns saltos, mas não resolvem a precariedade na manutenção de serviços essenciais como a fiscalização. Os projetos apoiados pelo programa que investiram na elaboração planos de proteção e contratação temporária de guardas-parque demonstraram que essas atividades não se mantêm sem o aporte de recursos orçamentários dos órgãos ambientais com mandato para a gestão das UCs.
- Portanto, considerando esses condicionantes – a falta de suporte de políticas públicas, a natureza das ações apoiadas e o pequeno prazo para execução dos projetos (tempo médio de 34 meses, com alguns contanto com apenas 18 meses) – não se justifica, nesta avaliação, uma análise *strictu sensu* do critério sustentabilidade.
- Por fim, cabe destacar que o Programa TFCA produziu resultados e um conjunto de aprendizados gerenciais, técnicos e metodológicos que podem inspirar programas similares no futuro, bem como a adequação de estratégias e políticas de Estado que buscam alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os resultados do Programa TFCA também demonstram que as organizações da sociedade civil têm papel relevante no tratamento de questões que afetam interesses difusos da sociedade, com capacidade de imprimir dinâmicas virtuosas e inovações na agenda da conservação das florestas tropicais.

Considerando todas as análises apresentadas, esta avaliação faz seguintes recomendações:

Ao Comitê Gestor:

- iii. Documentar e divulgar os resultados e aprendizados gerados com o apoio do Programa TFCA, organizando publicações temáticas com a contribuição das organizações executoras dos projetos e de especialistas externos que possam analisar os resultados a partir da perspectiva técnica da temática e também da perspectiva de políticas públicas.
- iv. Divulgar os resultados do Programa TFCA para os atuais gestores do Ministério do Meio Ambiente e solicitar que resultados de projetos apoiados pelo programa que não se consolidaram por falta de resposta de órgãos ambientais possam ser priorizados. Especial atenção deve ser dada à análise de processos de criação de unidades de conservação protocolados no ICMBio e que ainda não tiveram resposta.

Ao Ministério do Meio Ambiente:

- iv. Compartilhar os resultados do Programa TFCA nos espaços de governo que estão articulados em torno da Agenda 2030, com vistas a aproveitar os resultados e aprendizados para a formulação de novas ações de governo e para a definição de prioridades de políticas alinhadas com a conservação e manejo sustentável das florestas tropicais e a inclusão econômica de povos e comunidades tradicionais.
- v. Considerar a mobilização de novos recursos para parcerias com as organizações da sociedade civil, constituindo um novo programa no formato do TFCA, por um período mínimo de sete anos e com mais oferta de recursos para o Bioma Cerrado e Caatinga.
- vi. Buscar a ampliação do orçamento de órgãos ambientais para garantir maior efetividade na gestão de áreas protegidas e na aplicação da legislação ambiental.

À USAID

- iv. Considerar em outros Acordos TFCA a pertinência da adoção de modalidades de projetos “*inception phase*”, com menor volume de recursos e com possibilidade de renovação, para atender as possibilidades de organizações de base comunitária e o apoio a iniciativas inovadoras que necessitem de uma etapa de validação e/ou mobilização social para a sua implementação.
- v. Estimular os países parceiros nos Acordos a definirem um conjunto mínimo de resultados e metas na elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo, com flexibilidade para ajustes ao longo da execução.

- vi. Considerar, nas situações que assim se justifiquem, a solicitação de contrapartidas financeiras dos países para alavancar os fundos do Programa TFCA e/ou para ampliar orçamentos de órgãos ambientais relevantes para o alcance dos objetivos de conservação das florestas tropicais.

Ao Funbio:

- iv. Compartilhar internamente os resultados e aprendizados do Programa TFCA, incorporando ajustes que possam aprimorar o sistema gerencial. No caso do monitoramento, considerar a manutenção de visitas a pelo menos uma amostra de projetos apoiados para manter os benefícios do contato pessoal apontados nesta avaliação.
- v. Em novos programas dessa magnitude, considerar a instalação de plataformas de comunicação virtual que favoreçam o intercâmbio entre os projetos e a conformação de redes colaborativas.
- vi. Em novas chamadas a serem lançadas pelo Funbio em outros programas tratando temas correlatos, considerar as organizações apoiadas pelo Programa TFCA no processo de prospecção de propostas.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lista de documentos consultados

- *Agreement between the government of the United States of America and the government of the Federative Republic of Brazil regarding the reduction of debt in support of conservation and sustainable management of tropical forests.* Disponível em <https://www.state.gov/documents/organization/154062.pdf>
- MMA. Plano Estratégico de Longo Prazo Conta TFCA, junho de 2011.
- *Ata da Reunião de Instalação do Comitê da Conta TFCA.* Disponível em <http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/09/23012.pdf>
- FUNBIO. *Chamada de Projetos para o Tropical Forest Conservation Act TFCA.* Chamada de Projeto 01/2011, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.funbio.org.br/funbio-abre-edital-para-conservacao-de-florestas-tropicais/>
- FUNBIO. *Chamada de Projetos para o Tropical Forest Conservation Act TFCA.* Chamada de Projeto 02/2012, Rio de Janeiro, 04 de abril de 2012. Disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/04/TFCA_-_Chamada-de-Projetos_2012_Reddes-Edital-02_2012_Final_04-04-2012.pdf
- FUNBIO. *Chamada de Projetos de Capacitação para Mobilização de Recursos Financeiros para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras Tropical Forest Conservation Act - TFCA.* Chamada de Projeto 03/2012 Rio de Janeiro, 04 de abril de 2012. Disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/04/TFCA_-_Chamada-de-Projetos_2012_Capacitacao-Edital-03_2012_Final_04-04-2012.pdf
- FUNBIO. *Chamada de Projetos para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras Tropical Forest Conservation Act - TFCA.* Chamada de Projeto 04/2012, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2012. Disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/08/TFCA_-_Chamada-de-Projetos_04_20121.pdf
- MAZARS. *Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração de prestação de contas dos recursos do Tropical Forest Conservation Act geridos pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.* Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2014/07/TFCA-Relatorio-de-auditoria-2013-Portugu%C3%AAs.pdf>
- GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES. *Auditors' report on the demonstration of accountability of the "Tropical Forest Conservation Act (TFCA)" Project January 1st to December 31st, 2015.* Disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Aud_TFCA_Ingl%C3%AAs_2015.pdf
- Portaria n.527, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, Seção 2, página 45.
- FUNBIO. *TFCA – A experiência brasileira / The Brazilian experience.* Rio de Janeiro: Funbio, 2015. Disponível em <http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2015/12/parte-1.pdf>
- FUNBIO. *Relatório do I Seminário de Projetos do Tropical Forest Conservation Act – TFCA.* Brasília, outubro de 2013.
- FUNBIO. *Relatório da oficina de apresentação de resultados: II Seminário de Projetos do Tropical Forest Conservation Act – TFCA.* Brasília, novembro de 2015.
- Relatório Final (Anexo – B1) de 81 projetos apoiados pelo Programa TFCA
- Relatórios de Monitoramento de 81 projetos apoiados pelo Programa TFCA
- Relatórios de Auditoria Externa de nove projetos apoiados pelo Programa TFCA.
- Relatórios das Reuniões do Comitê da Conta TFCA.

ANEXO 2 – Questionário

TFCA - AVALIAÇÃO 2016

SOBRE ESTE QUESTIONÁRIO

O Programa *Tropical Forest Conservation Act* (TCFA), gerenciado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), foi o resultado de um acordo firmado entre o governo brasileiro e os EUA para converter US\$ 20,8 milhões da dívida do Brasil com esse país em apoio a projetos de conservação e manejo das florestas tropicais. O Programa foi implementado entre 2010 e 2015, apoiando 82 projetos nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga.

Este questionário faz parte da primeira etapa do processo de avaliação externa contratada pelo Funbio para verificar os resultados globais do Programa. O objetivo do questionário é conhecer a opinião das instituições parceiras que executaram projetos apoiados pelo TFCA. As respostas serão tratadas em caráter confidencial. Os resultados serão analisados e integrados ao relatório final da avaliação sem identificação dos respondentes.

Como coordenador/a de um dos projetos apoiados pelo Programa, gostaríamos de solicitar sua colaboração nesta avaliação. São apenas nove perguntas e a resposta não deverá tomar mais que 40 minutos do seu tempo. É possível interromper o preenchimento e retomar em outro momento, caso necessário. O avanço para a próxima pergunta requer o preenchimento do campo de resposta da pergunta anterior.

Como outras etapas da avaliação serão organizadas a partir dos resultados deste questionário, agradecemos se você puder enviar a resposta até o dia 26 de setembro de 2016 (2a.feira).

Se você tiver qualquer dúvida, por favor, faça contato no e-mail: dmpc.pesquisa@uol.com.br

Muito obrigada pela sua colaboração!

TFCA - AVALIAÇÃO 2016

SOBRE O APOIO RECEBIDO DO TFCA

* 1. Qual afirmação que melhor define a natureza do projeto executado por sua instituição com o apoio do Programa TFCA? Use o campo comentários se necessário.

- O apoio do TFCA possibilitou iniciar uma ação ainda não trabalhada pela instituição.
- O apoio do TFCA ajudou a fortalecer uma ação estratégica da instituição.
- O apoio do TFCA possibilitou consolidar uma ação estratégica que a instituição vinha trabalhando há algum tempo.

Comentários adicionais

* 2. Em relação aos apoios recebidos para a ação objeto do Projeto TFCA executado pela sua instituição, qual situação se aplica?

- O Programa TFCA foi o único apoiador da ação objeto do projeto no período de execução do mesmo.
- A ação objeto do projeto contou com o apoio de outros doadores durante a execução.

Comentários adicionais

TFCA - AVALIAÇÃO 2016

SOBRE OS RESULTADOS DO PROJETO EXECUTADO PELA SUA INSTITUIÇÃO

* 3. Qual destas opções melhor descreve o projeto executado pela sua instituição?

- O projeto alcançou todos os resultados esperados e outros não previstos na proposta aprovada pelo TFCA.
- O projeto alcançou todos os resultados esperados.
- O projeto alcançou os resultados esperados parcialmente.
- O projeto enfrentou muitos problemas durante a execução e não alcançou os resultados esperados.

Comentários adicionais

* 4. Descreva de forma sucinta os principais resultados alcançados pelo projeto (máximo 5).

1.
2.
3.
4.
5.

(Continuação Anexo 2- Questionário)

* 5. Qual destas situações melhor se aplica à sua instituição?

- Após a conclusão do projeto foram captados novos recursos para dar continuidade às ações apoiadas pelo Programa TFCA.
- Outros projetos estão sendo negociados para dar continuidade às ações apoiadas pelo Programa TFCA.
- Após a conclusão do projeto, as ações foram interrompidas por falta de recursos.

Comentários adicionais

TFCA - AVALIAÇÃO 2016

SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA TFCA

* 6. O Programa TFCA apoiou projetos nas seguintes áreas temáticas: *Áreas protegidas* (14 projetos), *Manejo da Paisagem* (30 projetos), *Capacitação* (5 projetos), *Manejo de Espécies* (17 projetos), *Projetos comunitários* (2 projetos), *Fortalecimento de redes* (7 projetos), *Capacitação para mobilização de recursos financeiros* (7 projetos). Em que medida essas linhas temáticas abrangeram temas prioritários para avançar na conservação das florestas tropicais?

- As linhas temáticas abrangeram de forma satisfatória temas considerados estratégicos pela instituição.
- As linhas temáticas abrangeram parcialmente temas considerados estratégicos pela instituição.
- As linhas temáticas não abrangeram temas considerados estratégicos pela instituição.

Comentários adicionais

(Continuação Anexo 2- Questionário)

* 7. Com base na experiência da sua instituição como executora de projeto, como você avalia a implementação do Programa TFCA em relação às seguintes questões?

| | Muito satisfatório | Satisfatório | Razoável | Pouco satisfatório | Insatisfatório |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ediais | <input type="radio"/> |
| Processo de seleção dos projetos | <input type="radio"/> |
| Monitoramento dos projetos | <input type="radio"/> |
| Normas de gestão financeira | <input type="radio"/> |
| Comunicação entre órgão gestor e parceiros | <input type="radio"/> |
| Interação entre instituições apoiadas pelo Programa | <input type="radio"/> |

Comentários adicionais

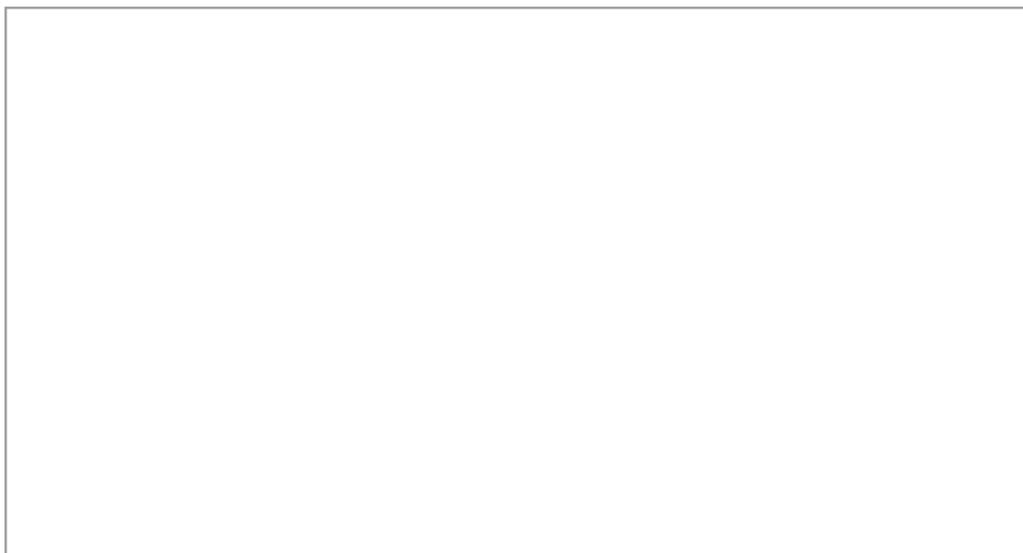
* 8. Quais propostas você apresentaria para aperfeiçoar os mecanismos operacionais do Programa TFCA e que poderiam ser consideradas por programas similares no futuro?

(Continuação Anexo 2- Questionário)

TFCA - AVALIAÇÃO 2016

COMENTÁRIOS ADICIONAIS

9. Faltou perguntar alguma coisa? Por favor, agregue quaisquer comentários que você julgue relevante para esta avaliação. Muito obrigada!



ANEXO 3 - Lista das pessoas entrevistadas

Comitê Gestor

| Nome | Instituição |
|--------------------------------|-------------|
| Daniela Oliveira ¹⁶ | MMA |
| Elizário Noé Toledo | CONTAG |
| Michael Eddy | USAID |
| Ricardo Rodrigues | ESALQ/USP |

FUNBIO

| Nome | Categoria/ Instituição |
|--------------------|--------------------------------|
| Daniela Leite | Gerente Programa TFCA - Funbio |
| Ana Paula Lopes | Equipe Técnica - Funbio |
| Maria Rita Olyntho | Equipe Técnica - Funbio |
| Natalia Paz | Equipe Técnica - Funbio |
| Fabio Leite | Coord. Agência GEF/Funbio |

Outras Instituições

| Nome | Categoria/ Instituição |
|--|--|
| Ricardo Brochado da Silva | Coordenação-geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação – ICMBio |
| Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti Melo | Ex-Diretora Executiva da Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) |

¹⁶ A Sra. Daniela Oliveira representou o MMA no Comitê da Conta TFCA entre 2011 e 2014. No momento de realização desta avaliação, ela já não fazia mais parte dos quadros do MMA.

ANEXO 4 – Lista de pessoas consultadas nas localidades visitadas**Viagem 1:** Lages e Painel (Santa Catarina)

| Nome | Categoria/ Instituição/Localidade |
|-----------------------------|---|
| 1. Douglas Nascimento Teles | Agricultor – Comunidade Mortandade Painel/SC |
| 2. Eraldo de Souza | Agricultor - Urubici/SC |
| 3. Jaison Roda | Agricultor – Comunidade Mortandade Painel/SC |
| 4. Mauro Cesar Garcia | Técnico da Coop. Urubici – Urubici/SC |
| 5. Sara Aparecida Rosa | Agricultora – Comunidade Mortandade Painel/SC |
| 6. Silvino de Liz Rosa | Agricultor – Comunidade Mortandade- Painel/SC |
| 7. Eliane dos Reis | Pres. Cooperativa Ecoserra – Lages/SC |
| 8. João Natal Magnant | Coord. Projeto – Centro Vianeí, Lages/SC |
| 9. Carolina Couto Waltrick | Equipe Técnica – Centro Vianeí, Lages/SC |
| 10. Zeferino Leite da Silva | Equipe Técnica – Centro Vianeí, Lages/SC |

Viagem 2: Recife, Ibimirim, Ingazeiras e Serra Talhada (Pernambuco)

| Nome | Categoria/ Instituição |
|---|--|
| 1. Frans Pareyn | Coord. Projeto - APNE |
| 2. Danilo Gomes Soares | Equipe Técnica – APNE |
| 3. Moacir de Araújo Batista | Equipe Técnica – APNE |
| 4. Ana Nunes | Agricultora - – Assoc. Comunitária do Proj. Irrigantes do Vale do Moxotó- Assent. Pipoca, Ibimirim/PE |
| 5. Jailson José de Lemos | Agricultor – Assoc. Comunitária do Proj. Irrigantes do Vale do Moxotó- Assent. Pipoca, Ibimirim/PE |
| 6. Dorgival Alexandre da Silva | Agricultor - Assent. N.S. S. Família – Ingazeiras/PE |
| 7. Dorgivalia Lima de Azevedo | Agricultora - Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras/PE |
| 8. Edivaldo Andrade da Silva | Agricultor – Presidente da Assoc. Nova Esperança – Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras/PE |
| 9. José Carlos da Silva | Agricultor - Assent. Na Senhora Sagrada Família, Ingazeiras/PE |
| 10. Manoel Bezerra da Silva | Agricultor Agricultora - Assent. N.S. S. Família – Ingazeiras - PE |
| 11. Maria Aparecida Veras Brito Silva | Agricultora - Assent. N.S. S. Família – Ingazeiras - PE Agricultura - Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras/PE |
| 12. Maria Ferreira do Nascimento Carvalho | Agricultora - Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras/PE |
| 13. Nilson Fausto da Silva | Agricultor - Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras - PE |
| 14. Severino Marques da Silva | Agricultor - Assent. N.S. S. Família, Ingazeiras/PE |
| 15. Marcelina Pereira Alves | Agricultora – PA Mandacaru, Serra Talhada/PE |
| 16. Paulo Isidoro Alves (Seu Sandro) | Agricultor – PA Mandacaru, Serra Talhada/PE |

Viagem 3: Campo Grande e Anastácio, MS

| Nome | Categoria/ Instituição |
|----------------------------------|---|
| 1. Rosane Bastos | Coord. Projeto – Instituto Marista |
| 2. Darli Castro da Costa | Equipe Técnica – Instituto Marista |
| 3. Rodrigo dos Santos Nantes | Central de Economia Solidária do MS e membro dos Fóruns Estadual e Bras.de Economia Solidária |
| 4. Gilda da Silva Souza | Agricultora – AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 5. Isabel Custódio de Souza | Agricultora – AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 6. Luciana de Moraes Lima | Agricultora – AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 7. Lucila Ferreira da Cruz | Agricultora – AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 8. Maria da Penha Macedo da Cruz | Agricultora – Presidente da AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 9. Marta Moraes de Oliveira | Agricultora – AMAM, Assent. Monjolinho, Anastácio/MS |
| 10. Osvaldo Pereira Coutinho | Agricultor - Assent. Nova Aliança – Terenos/MS |

Viagem 4: Brás Pires, MG

| Nome | Categoria/ Instituição |
|-----------------------------------|--|
| 1. José Geraldo Rivelli Magalhães | Coord. Projeto – Instituto Xopotó, Brás Pires/MG |
| 2. Rafael Leão Magalhães | Técnico – Instituto Xopotó, Brás Pires/MG |
| 3. Adão da Consolação Silva | Agricultor – Comunidade Aterrado – Presidente Bernardes/MG |
| 4. André Quintão Carneiro | Secretário Agricultura de Presidente Bernardes/MG |
| 5. Geraldo Sebastião Mesquita | Agricultor - Sítio da Laje, Brás Pires/MG |
| 6. João Bosco Quintão | Agricultor - Faz. São José do Porto, Brás Pires/MG |
| 7. Sr. Nem | Agricultor - Corgo da Glória, Brás Pires/MG |
| 8. Dona Aparecida | Agricultora- Corgo da Glória, Brás Pires/MG |

Viagem 5: Ribeirão Preto, SP

| Nome | Categoria/ Instituição |
|------------------------------------|--|
| 1. Vandeir Junqueira | Agricultor - Assent Mario Lago, Ribeirão Preto/SP |
| 2. Patrícia Jóia Nunes | Coord. Projeto – Centro de Formação Dom Hélder, Ribeirão Preto/SP |
| 3. Jesuíta Correia Batista Pereira | Agricultora – Assent. Mario Lago, Ribeirão Preto/SP |
| 4. José Norberto Pereira | Agricultor – Ass. Mario Lago, Ribeirão Preto/SP |
| 5. José Rodrigues Santos Neto | Agricultor e tratorista dos SAFs – Assent. Mario Lago, Ribeirão Preto/SP |
| 6. Amarildo Pereira Jr. | Escola Rosa Luxemburgo MST |
| 7. Cristine Ferreira | Assessoria da Cooperativa- Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP |

Viagem 6: Ibirapitanga, Piraí do Norte e Igrapiúna (Bahia)

| Nome | Categoria/ Instituição/Comunidade |
|-------------------------------|--|
| 1. Ana Paula Matos | Coord. Projeto SAFs – OCT, Ibirapitanga/BA |
| 2. Alessandro Quaresma | Equipe Técnica – OCT, Ibirapitanga/BA |
| 3. Eduardo Mamede | Equipe Técnica - OCT, Ibirapitanga/BA |
| 4. Joeli Neris | Equipe Técnica – OCT, Ibirapitanga/BA |
| 5. Rogério de Miranda Ribeiro | Coord. Projeto Restauração – OCT, Ibirapitanga/BA |
| 6. Arivaldo Mamédio | Agricultor – Cachoeira Alta, Piraí do Norte/BA |
| 7. Maria de Lourdes Santos | Agricultora – Cachoeira Alta, Ibirapitanga/BA |
| 8. Henrique Mamédio | Agricultor - Cachoeira Alta, Piraí do Norte/BA |
| 9. Marta da Conceição | Agricultora – Sítio da Fé em Deus, Ibirapitanga/BA |
| 10. Raimundo de Jesus Souza | Agricultor – Sítio da Fé em Deus, Ibirapitanga/BA |
| 11. Pedro Tereso | Agricultor – Mata do Sossego, Igrapiúna/BA |
| 12. Genilson | Agricultor – Mata do Sossego, Igrapiúna/BA |

Viagem 7: Lassance (Minas Gerais)

| Nome | Categoria/ Instituição/Comunidade |
|-----------------------------------|---|
| 1. Adalberto dos Santos | Agricultor e Diretor do STR, Conselheiro da Rede Cerrado e Diretor da Coopcerrado |
| 2. Antônio Lopes dos Santos | Agricultor |
| 3. Antônio Viana de Mendonça | Agricultor |
| 4. Aparecida Mariana de Jesus | Agricultora |
| 5. Clemente Adriano da Silva | Agricultor e Presidente STR Lassance |
| 6. Gentil Batista dos Santos | Agricultor |
| 7. Hilda Celina Denivaldo | Agricultora |
| 8. João Batista de Macedo | Agricultor |
| 9. José Teixeira Soares | Agricultor |
| 10. Polidoro Rodrigues dos Santos | Agricultor |
| 11. Renata Cristina Carvalho | Agricultora |
| 12. Robson de Souza Coelho | Agricultor |
| 13. Rosalino de Jesus | Agricultor |

Viagem 8: Cristalina (Goiás)

| Nome | Categoria/ Instituição/Comunidade |
|----------------------------------|---|
| 1. Flávia Stela Gonçalves Vieira | Equipe do Projeto - Rede Terra, Cristalina/GO |
| 2. Almós da Silva Saraiva | Equipe Técnica - Rede Terra, Cristalina/GO |
| 3. Rafael Xavier Lisboa | Equipe Técnica - Rede Terra, Cristalina/GO |
| 4. Vanessa Brito de Jesus | Equipe Técnica - Rede Terra, Cristalina/GO |
| 5. Marilene Facchi | Agricultora – Coop. Rede Terra, Cristalina/GO |
| 6. Alcides Miguel Tomas | Agricultor – Comunidade Mimoso- Cristalina/GO |
| 7. Carlos Antonio Silva | Agricultor – PA Poço Grande, Cristalina/GO |
| 8. Eliane Alves Oliveira | Agricultora – PA Poço Grande, Cristalina/GO |
| 9. Genivaldo Antonio Baraúna | Agricultor – PA Vitória, Cristalina/GO |
| 10. Noeli Luzia Costa | Agricultora – PA São Marcos |

ANEXO 5 – Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Áreas Protegidas”

| Área Temática | | Criação de Unidades de Conservação | | | | | |
|-----------------|----------------|--|---|---------|-------------|----------------|------------------------------|
| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Editais | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
| 1 | Caatinga | Associação Técnico Científica Ernesto Luiz Oliveira Júnior – ATECEL/Univ Paraíba/CCA/Depto Ciências Biológicas | Potencialidades para Criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral na Serra De Santa Catarina – Paraíba | 1 | 13/03/2012 | 13/09/2015 | R\$ 388.760,00 |
| 2 | Caatinga | Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar – FUNDEP | Monumento Natural Cavernas de Martins | 1 | 17/02/2012 | 17/11/2015 | R\$ 500.000,00 |
| 3 | Caatinga | WCS/Brasil – Associação Conservação da Vida Silvestre | Oportunidades de Criação de Unidades de Conservação na Caatinga, com Ênfase no Rio Grande do Norte | 4 | 09/04/2013 | 09/09/2015 | R\$ 494.437,44 |
| 4 | Cerrado | Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC | Agroextrativistas garantindo seu Território: Reservas Extrativistas no Cerrado | 1 | 05/03/2012 | 30/09/2015 | R\$ 494.908,08 |
| 5 | Mata Atlântica | Associação Flora Brasil | Conexão Verde: Incentivo a Criação de RPPN no Entorno dos Parques Nacionais do Descobrimento e Monte Pascoal | 1 | 14/03/2012 | 14/06/2013 | R\$ 274.190,00 |
| 6 | Mata Atlântica | Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá | Unidade de Conservação da Serra da Jiboia: Uma estratégia para conservação no extremo norte do Corredor Central da Mata Atlântica | 4 | 03/06/2014 | 03/12/2015 | R\$ 492.951,70 |
| 7 | Mata Atlântica | Instituto Ynamata de Desenvolvimento Socioeconômico e Conservação da Natureza | UCs Privadas no Âmbito do Programa Floresta Legal | 4 | 13/05/2013 | 13/08/2015 | R\$ 368.395,24 |
| Subtotal | | | | | | | R\$ 3.013.642,46 |

(Continuação do Anexo 5 – Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Áreas Protegidas”)

| Área Temática | | Manutenção de Unidades de Conservação | | | | | | |
|---------------|----------------|--|--|---------|-------------|----------------|------------------------------|-------------------------|
| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Editais | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 | |
| 8 | Caatinga | Associação Plantas do Nordeste – APNE | Consolidação e Conservação da RPPN Fazenda Almas – Paraíba | 1 | 10/02/2012 | 10/11/2015 | R\$ 508.789,20 | |
| 9 | Cerrado | Associação Onça D’água de Apoio a Unidades de Conservação do Tocantins | Proteção, Uso Público e Monitoramento do Parque Estadual do Cantão | 1 | 10/02/2012 | 10/02/2015 | R\$ 217.077,88 | |
| 10 | Cerrado | Fundação Pró-Natureza – FUNATURA | Grande Sertão Veredas | 1 | 10/02/2012 | 10/09/2015 | R\$ 499.949,00 | |
| 11 | Mata Atlântica | Associação Movimento Mecenas da Vida – Movimento Mecenas da Vida | Amigos do PESC – Um Exercício de Gestão Participativa no Parque Estadual Serra do Conduru | 1 | 29/02/2012 | 29/12/2015 | R\$ 452.941,99 | |
| 12 | Mata Atlântica | Caipora Cooperativa para Proteção e Conservação dos Recursos Naturais | Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Fritz Plaumann e Fortalecimento dos seus Mecanismos de Gestão Bases Comunitárias de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Contribuindo na Conservação do Parque Estadual da Serra do Papagaio | 1 | 14/03/2012 | 14/12/2015 | R\$ 345.619,98 | |
| 13 | Mata Atlântica | Fundação Matutu | Combate a Incêndios Florestais – Contribuindo na Conservação do Parque Estadual da Serra do Papagaio | 1 | 14/03/2012 | 14/05/2015 | R\$ 323.387,39 | |
| 14 | Mata Atlântica | Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI | Planejamento e Capacitação em Unidades de Conservação | 4 | 21/03/2013 | 21/10/2015 | R\$ 434.296,85 | |
| | | | | | | | Subtotal | R\$ 2.782.062,29 |
| | | | | | | | TOTAL | R\$ 5.795.704,75 |

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo Funbio.

ANEXO 6 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Conservação de Espécies”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|----|---------------------------|--|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| 1 | Caatinga & Mata Atlântica | Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos – AQUASIS | A Mata Atlântica da Caatinga: O Periquito Cara-suja como Símbolo para Conservação da Serra de Baturité (CE) | 4 | 09/04/2013 | 09/12/2015 | R\$ 489.340,00 |
| 2 | Cerrado | Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa /Cenargen) – Fund.Eliseu Alves | Manejo de Plantas do Cerrado: Subsídios Técnicos às Políticas Públicas de Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade | 1 | 27/03/2012 | 27/09/2015 | R\$ 499.865,00 |
| 3 | Cerrado | Fundação Flora de Apoio à Botânica | Conservação de Espécies da Flora Criticamente em Perigo de Extinção do Cerrado Brasileiro | 1 | 22/05/2012 | 22/08/2015 | R\$ 493.100,00 |
| 4 | Cerrado | Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão – FUNEP | O Futuro da Conservação de Pequenas Populações Ameaçadas: Banco Genômico e Reintrodução de Embriões de Cervo-do-Pantanal | 4 | 07/08/2013 | 08/12/2015 | R\$ 388.136,10 |
| 5 | Cerrado | Instituto Pro Terra | Estudo Populacional e Taxonômico Visando a Reintrodução do Bicudo <i>Sporophila Maximiliani</i> | 4 | 05/04/2013 | 05/12/2015 | R\$ 249.637,51 |
| 6 | Mata Atlântica | Associação dos Amigos do meio Ambiente – AMA | Dois papagaios Ameaçados da Mata Atlântica, um Esforço de Conservação Comum | 1 | 13/02/2012 | 31/12/2015 | R\$ 460.210,00 |
| 7 | Mata Atlântica | Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica – IPEMA | Conservação do Muriqui-do-Norte no Espírito Santo | 1 | 13/02/2012 | 13/09/2015 | R\$ 375.427,18 |
| 8 | Mata Atlântica | Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ | Estratégia para Conservação da Onça-pintada no Alto Rio Paraná: Pesquisas, Publicações e Plano de Manejo de Metapopulação para a Espécie | 1 | 13/02/2012 | 31/12/2015 | R\$ 390.481,80 |

(Continuação Anexo 6)

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--------------|----------------------------------|--|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| 9 | Mata Atlântica | Instituto Pri-Matas para a Conservação da Biodiversidade – Pri-Matas | Remoção e Translocação do Mico-Leão-da-Cara-Dourada (<i>Leontopithecus chrysomelas</i>) Invasor na Área de Ocorrência do Mico-Leão-Dourado (<i>Leontopithecus rosalia</i>) | 1 | 10/02/2012 | 10/05/2015 | R\$ 327.000,00 |
| 10 | Mata Atlântica | Instituto Terra Brasilis | Conservação e Manejo do Pato-Mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>) na Região do P. Serra da Canastra, MG | 1 | 27/02/2012 | 27/06/2015 | R\$ 458.501,00 |
| 11 | Mata Atlântica | Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais | Implantação do Plano de Conservação do Bicudinho-do-brejo | 1 | 06/03/2012 | 06/12/2015 | R\$ 480.584,40 |
| 12 | Mata Atlântica | Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS | Projeto de Conservação do Papagaio-de-Cara-Roxa | 1 | 05/03/2012 | 05/12/2014 | R\$ 359.748,00 |
| 13 | Mata Atlântica | Associação Civil Muriqui de Desenvolvimento Sustentável – Associação Pró-Muriqui | Parâmetros Demográficos, Distribuição Geográfica e Conservação de Muriqui-do-Sul (<i>Brachyteles arachnoides</i>.) nos Estados de São Paulo e Paraná | 4 | 04/04/2013 | 31/12/2015 | R\$ 401.920,00 |
| 14 | Caatinga/Cerrado /Mata Atlântica | Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas – CBEE/ FUNDECC | Projeto Malha | 4 | 14/05/2013 | 14/12/2015 | R\$ 558.100,00 |
| 15 | Mata Atlântica | Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE | Conservação de <i>Melipona capixaba</i>, abelha ameaçada de extinção | 4 | 06/06/2014 | 06/12/2015 | R\$ 401.091,32 |
| 16 | Mata Atlântica | Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST | Manutenção do Estoque Natural: Experiências Compartilhadas com a Comunidade Extrativista | 4 | 05/04/2013 | 05/10/2015 | R\$ 342.351,06 |
| 17 | Mata Atlântica | Instituto Alto-Montana da Serra Fina | Medidas de Controle e Erradicação da Espécie Exótica <i>Sus scrofa</i> em UC das Terras Altas da Mantiqueira | 4 | 24/04/2013 | 24/09/2015 | R\$ 400.687,42 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 7.076.180,79 |

ANEXO 7 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Manejo da Paisagem”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|---|----------------|--|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| Área Temática: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS | | | | | | | |
| 1 | Cerrado | Instituto de Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – Rede Terra | Recuperação de Áreas Degradadas com SAFs na Bacia do Rio São Bartolomeu e entorno | 4 | 03/06/2014 | 23/12/2015 | R\$ 443.685,56 |
| 2 | Mata Atlântica | Associação Mico-Leão-Dourado – AMLD | Restaurando Paisagens Florestais na APA Bacia do Rio São João / Mico-Leão-Dourado | 1 | 07/03/2012 | 31/12/2015 | R\$ 499.106,05 |
| 3 | Mata Atlântica | Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – Cepan | Rede de Restauração Ecológica do Corredor de Biodiversidade do Nordeste | 1 | 30/03/2012 | 30/09/2015 | R\$ 411.495,00 |
| 4 | Mata Atlântica | Crescente Fértil – Projeto Ambientais, Culturais e de Comunicação | Recuperação Ambiental da Sub Bacia do Rio Sesmarias Fase 1- Diagnóstico Físico e Ambiental | 1 | 28/03/2012 | 28/06/2015 | R\$ 299.227,57 |
| 5 | Mata Atlântica | Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ | Projeto Embaúba: Recuperação de Áreas Degradadas no Corredor Cantareira-Mantiqueira | 1 | 16/03/2012 | 16/08/2015 | R\$ 499.158,00 |
| 6 | Mata Atlântica | Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC | Formando Florestas - Recuperação Florestal Participativa em Unidades de Conservação no Mosaico do Jacupiranga-SP | 1 | 13/02/2012 | 13/02/2014 | R\$ 315.400,00 |
| 7 | Mata Atlântica | Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental | Agente Ambiental – Produtor Rural Prestador de Serviços Ambientais | 1 | 10/02/2012 | 10/01/2015 | R\$ 437.344,00 |

(Continuação Anexo 7)

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|---|----------------|--|---|--------|-------------|-----------------------------|------------------------------|
| Área Temática: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS | | | | | | | |
| 8 | Mata Atlântica | ONG Pátio das Artes - Pró-Mata | Uma Ação de Restauração Florestal para Proteção de Remanescente da Mata Atlântica no Vale do Paraíba | 1 | 06/03/2012 | 06/09/2015 | R\$ 405.521,00 |
| 9 | Mata Atlântica | Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul – OCT | Restaurando Serviços Ambientais nas Sub-Bacias do Mina Nova e Vargido – APA do Pratigi | 1 | 27/02/2012 | 27/08/2015 | R\$ 458.266,50 |
| 10 | Mata Atlântica | Organização para o Bem da Água, da Natureza e da Vida - Amanhãgua | Continuidade da recuperação de áreas degradadas de Mata Atlântica na área de abrangência do PE da Serra do Papagaio e em mananciais hídricos de abastecimento urbano no sul de MG | 1 | 30/03/2012 | Não concluído ¹⁷ | R\$ 50.240,30 |
| 11 | Mata Atlântica | Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS | Pesquisa e Capacitação em Restauração Ambiental na Floresta Atlântica do PR | 1 | 05/03/2012 | 05/08/2015 | R\$ 473.877,50 |
| Subtotal | | | | | | | R\$ 4.293.321,48 |

¹⁷ Este projeto foi interrompido em 2013.

(Continuação do Anexo 7)

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|---|----------------|--|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| Área Temática: MANEJO FLORESTAL | | | | | | | |
| 12 | Caatinga | Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sociobiodiversidade – FITOVIDA | Conservação, Recuperação e Uso Econômico Sustentável da Biodiversidade para Produção de Matéria-prima e Bioprodutos em Municípios da Caatinga Potiguar, com a Valorização de Produtos Florestais Não Madeireiros | 1 | 17/02/2012 | 17/08/2015 | R\$ 496.305,00 |
| 13 | Caatinga | Associação Plantas do Nordeste – APNE | Avaliação e Implementação Comunitária de Manejo Florestal Sustentável da Caatinga | 1 | 10/02/2012 | 31/08/2015 | R\$ 408.199,00 |
| 14 | Caatinga | Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza – SOS SERTÃO | Consolidação do Manejo Florestal Comunitário em Projetos de Assentamento Localizados na Caatinga do Estado da Paraíba | 1 | 27/03/2012 | 31/12/2015 | R\$ 494.582,50 |
| <i>Subtotal</i> | | | | | | | R\$ 1.399.086,50 |
| Área Temática: SISTEMAS AGROFLORESTAIS | | | | | | | |
| 15 | Mata Atlântica | Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia – TERRA VIVA | Floresta de Alimentos | 1 | 27/02/2012 | 27/09/2014 | R\$ 499.957,95 |
| 16 | Mata Atlântica | Centro Ecológico – CE | Ampliação e Consolidação dos SAFs na Serra e Litoral Norte do RS | 1 | 13/03/2012 | 13/12/2015 | R\$ 560.000,00 |

(Continuação do Anexo 7)

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--|----------------|---|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| Área Temática: SISTEMAS AGROFLORESTAIS | | | | | | | |
| 17 | Mata Atlântica | Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis | Agroflorestando o Vale do Ribeira | 1 | 14/03/2012 | 31/08/2015 | R\$ 490.445,75 |
| 18 | Mata Atlântica | Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul – OCT | Uma Estratégia de Agroconservação na Bacia do Rio Juliana – APA do Pratigi | 1 | 30/03/2012 | 31/08/2015 | R\$ 497.680,00 |
| 19 | Mata Atlântica | Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA | Árvores na Agricultura Familiar para a Conservação da Mata Atlântica | 4 | 11/03/2013 | 11/10/2015 | R\$ 536.000,00 |
| 20 | Mata Atlântica | Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia – CEPEDES | Semeando Novos Caminhos para uma Agricultura Familiar Sadia e Sustentável nos Assentamentos Lulão e Macadame no Extremo Sul da Bahia | 4 | 03/05/2013 | 30/06/2015 | R\$ 209.344,91 |
| 21 | Mata Atlântica | Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara | Projeto Candeia - Agroflorestas iluminando a vida e os caminhos para o renascer das águas do Aquífero Guarani | 4 | 02/06/2014 | 31/12/2015 | R\$ 500.000,00 |
| Subtotal | | | | | | | R\$ 3.293.428,61 |
| Área Temática: FORTALECIMENTO DE CADEIAS DE VALOR | | | | | | | |
| 22 | Caatinga | Instituto de Ecologia Social Carnaúba – IESC | Conservação, Recuperação e Uso Econômico Sustentável do Babaçu nas Serras da Meruoca e da Ibiapaba | 4 | 02/04/2013 | 31/08/2015 | R\$ 429.475,30 |
| 23 | Cerrado | Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO | Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Babaçu da Região do Bico do Papagaio – TO | 1 | 20/03/2012 | 20/06/2015 | R\$ 483.476,12 |

(Continuação do Anexo 7)

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--|--------------------|--|---|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| Área Temática: FORTALECIMENTO DE CADEIAS DE VALOR | | | | | | | |
| 24 | Cerrado & Caatinga | Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN | Do Baru ao Caroá- Uso Sustentável dos Produtos da Sociobiodiversidade do Cerrado e da Caatinga | 1 | 05/03/2012 | 05/08/2015 | R\$ 495.140,00 |
| 25 | Cerrado | Instituto Socioambiental – ISA | Rede de Sementes do Xingu - Geração de Renda e Valorização da Sociobiodiversidade no Mato Grosso | 1 | 15/02/2012 | 15/05/2015 | R\$ 499.556,03 |
| 26 | Cerrado | União Brasileira de educação e ensino – UBEE/Instituto Marista de Solidariedade – IMS | Estruturação da Cadeia Produtiva do Pequi | 4 | 25/03/2013 | 25/09/2015 | R\$ 500.000,00 |
| 27 | Mata Atlântica | Associação Brotar e Crescer | Produção de Açaí através do Manejo Sustentável do <i>Euterpe edulis</i> (Juçara), no Município de Antônio Carlos/SC | 1 | 05/04/2012 | 05/06/2014 | R\$ 292.540,00 |
| 28 | Mata Atlântica | Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA | Construção de Indicadores de Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade | 1 | 27/02/2012 | 27/08/2015 | R\$ 488.260,00 |
| 29 | Mata Atlântica | Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica – IPEMA | Manejo Florestal Comunitário da Juçara e Cambuci | 1 | 22/03/2012 | 22/09/2014 | R\$ 499.949,32 |
| 30 | Mata Atlântica | Centro Vianei de Educação Popular – Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde – AVICITECS | Promoção e Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Pinhão na Serra Catarinense, Tendo como Protagonista a Agricultura Familiar Agroecológica e como Mote a Agregação de Valor e o Fortalecimento de Mercados Sustentáveis | 4 | 23/05/2013 | 23/05/2015 | R\$ 488.077,31 |
| Subtotal | | | | | | | R\$ 4.176.474,08 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 13.162.310,67 |

ANEXO 8 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Projetos Comunitários”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--------------|----------------|---|---|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| 1 | Mata Atlântica | Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis | Agrofloresta Gerando Desenvolvimento Comunitário e Conservação da Mata Atlântica | 1 | 14/03/2012 | 31/08/2015 | R\$ 499.246,13 |
| 2 | Mata Atlântica | Comissão Ilha Ativa – CIA | Fortalecimento das Comunidades Tradicionais da Ilha Grande de Santa Isabel (PI) para Conservação e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais Sociobiodiversidade da Ilha | 4 | 02/09/2013 | 31/12/2015 | R\$ 409.949,72 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 909.195,85 |

ANEXO 9 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Capacitação”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--------------|----------------|---|--|---------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| 1 | Cerrado | Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB | Capacitação em Gestão de Associações e Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade na Região da Chapada dos Veadeiros-GO | 4 | 04/04/2013 | 04/08/2015 | R\$ 483.581,91 |
| 2 | Mata Atlântica | Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE | Capacitando Lideranças para a Conservação da Mata Atlântica do Nordeste | 1 | 24/01/2012 | 24/10/2015 | R\$ 439.460,00 |
| 3 | Mata Atlântica | Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia – TERRA VIVA | Capacitação e Mobilização da Rede de Agroecologia do Extremo Sul da Bahia com Enfoque Agroecológico para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar | 1 | 05/03/2012 | 05/08/2014 | R\$ 420.255,75 |
| 4 | Mata Atlântica | Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa / Laboratório de Mecanização Agrícola | Capacitação em Técnicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Regularização Ambiental de Propriedades de Base Familiar | 1 | 19/04/2012 | 19/07/2015 | R\$ 356.630,00 |
| 5 | Todos | Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS | Curso de Capacitação em Espeleoturismo para guias/condutores de espeleoturismo | 4 | 21/03/2013 | 21/09/2014 | R\$ 360.790,00 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 2.060.717,66 |

ANEXO 10 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Mobilização de Recursos”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--------------|--------------------------|--|--|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| 1 | Caatinga e Cerrado | Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN | Capacitação de Projetos de Temática Ambiental – CAPTA | 3 | 27/11/2012 | 27/08/2015 | R\$ 644.960,00 |
| 2 | Cerrado e Mata Atlântica | Instituto Ambiente em Foco – IAF | Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros e Desenvolvimento de Projetos Técnicos com Vista à Conservação e Restauração da Mata Atlântica e Cerrado no Noroeste Paulista | 3 | 09/11/2012 | 30/06/2015 | R\$ 304.597,00 |
| 3 | Mata Atlântica | Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais | ConBio: Investindo na Capacitação como Estratégia para a Conservação da Mata Atlântica | 3 | 22/11/2012 | 22/12/2015 | R\$ 376.474,00 |
| 4 | Mata Atlântica | Conservação Internacional – CI-Brasil | Consolidando as Unidades de Conservação da Bahia | 3 | 22/11/2012 | 30/07/2015 | R\$ 507.549,00 |
| 5 | Mata Atlântica | Instituto Socioambiental – ISA | Estratégias de Implementação do Planejamento e Gestão Territorial: Oportunidades e Desafios para os Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira | 3 | 27/11/2012 | 27/02/2015 | R\$ 307.820,00 |
| 6 | Mata Atlântica | Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – Cepan | Fortalecendo Capacidades em Mobilização de Recursos Financeiros para Restauração Ecológica no Corredor de Biodiversidade do Nordeste | 3 | 05/11/2012 | 05/09/2015 | R\$ 213.570,00 |
| 7 | Mata Atlântica | Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ | Multiplicando Saberes: Capacitação das Instituições Participantes do PAN MAMMAC para Mobilização Financeira | 3 | 19/11/2012 | 19/06/2014 | R\$ 368.486,03 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 2.723.456,03 |

ANEXO 11 - Lista de Projetos apoiados no Tema Prioritário “Fortalecimento de Redes”

| ID | Bioma | Instituição Proponente | Título do Projeto | Edital | Data Início | Data Conclusão | Valor repassado até Set/2016 |
|--------------|----------------|--|---|--------|-------------|----------------|------------------------------|
| 1 | Cerrado | Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção – ANSA | <u>Melhorando a Gestão do Conhecimento das Iniciativas Socioambientais das Entidades da Articulação Xingu Araguaia (AXA) e Gerando Informações Sobre as Alternativas de Restauração Florestal no Araguaia-Xingu</u> | 2 | 01/10/2012 | 01/07/2015 | R\$ 471.360,00 |
| 2 | Cerrado | Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado – COOPCERRADO | <u>Fortalecendo a Organização Comunitária em Rede, dos Agroextrativistas do Cerrado</u> | 2 | 31/10/2012 | 31/10/2015 | R\$ 523.838,80 |
| 3 | Cerrado | Rede de Sementes do Cerrado | <u>Formação Continuada no Cerrado</u> | 2 | 25/10/2012 | 25/07/2014 | R\$ 342.456,00 |
| 4 | Mata Atlântica | Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE | <u>Rede de Gestores do Corredor da Mata Atlântica do Nordeste</u> | 2 | 21/03/2013 | 21/08/2015 | R\$ 360.000,00 |
| 5 | Mata Atlântica | Centro de Desenvolvimento Agroecológico – SABIÁ | <u>Rede em Movimento Disseminando a Agrofloresta</u> | 2 | 21/03/2013 | 21/03/2015 | R\$ 180.312,00 |
| 6 | Mata Atlântica | Conservação Internacional – CI-Brasil | <u>Aprofundando a Gestão Integrada de Corredores Ecológicos e Mosaicos de Áreas Protegidas</u> | 2 | 11/03/2013 | 30/08/2015 | R\$ 344.060,00 |
| 7 | Mata Atlântica | Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais | <u>Ações de Governança Territorial da Rede Gestora do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná</u> | 2 | 25/03/2013 | 25/11/2015 | R\$ 385.414,50 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 2.607.441,30 |